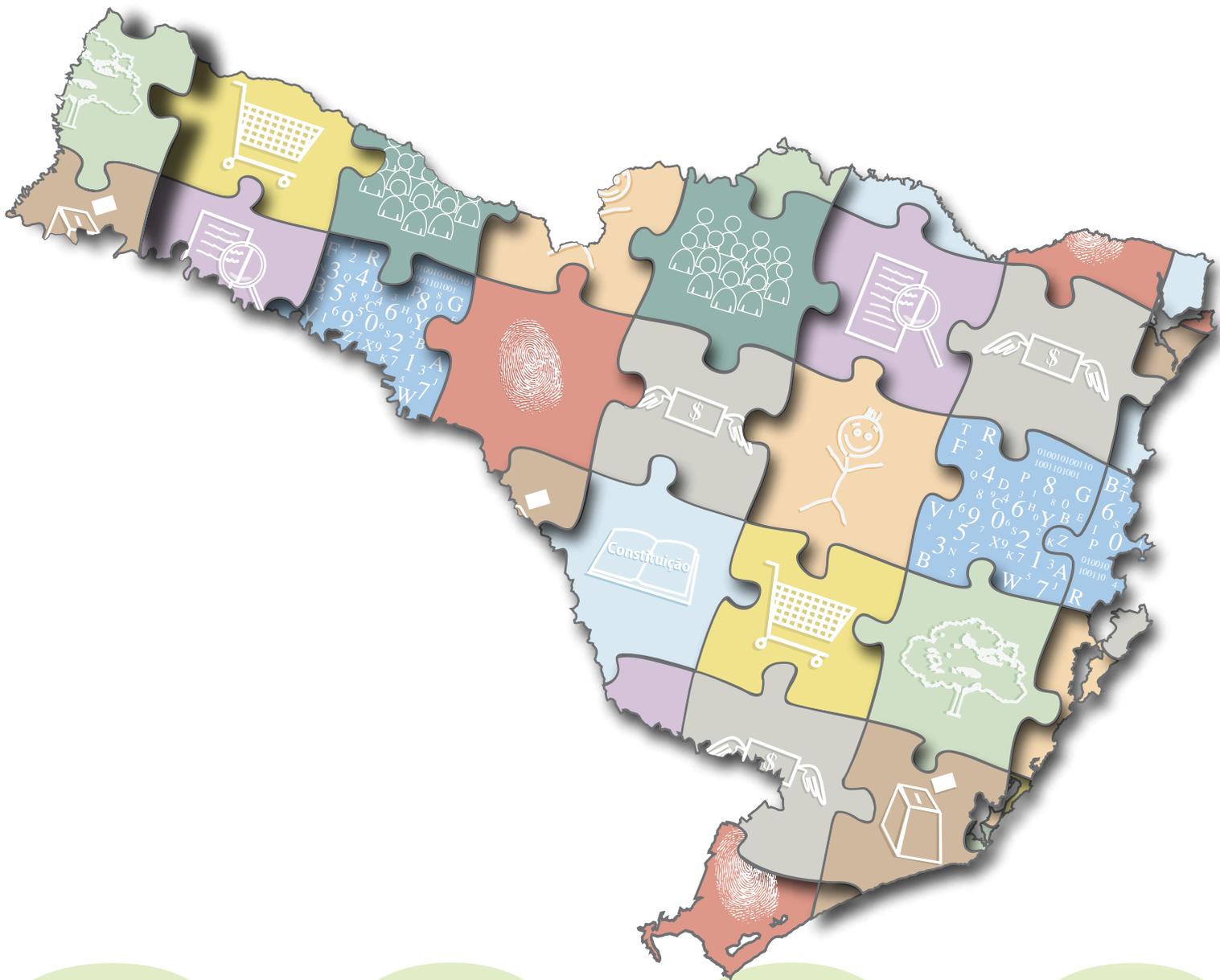




Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO



2008

Relatório de Gestão Institucional

Relatório de Gestão Institucional 2008

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.

(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br | www.mp.sc.gov.br | www.youtube.com.br/ministeriopublicosc

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229.9011 | comso@mp.sc.gov.br

Capa: Bruno Coelho Probst

Editoração: Leandro Zanella Marcon

Revisão gramatical

Tatiana Wippel Raimundo

Impressão

Gráfica e Editora Lisegraff

Tiragem: 900 exemplares

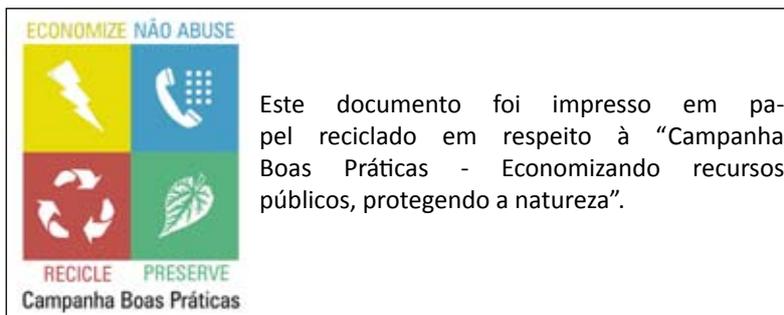
S622 Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
Relatório de gestão institucional 2008. – Florianópolis :
Procuradoria-Geral de Justiça, 2009.
140 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina - Relatório. 2. Ministério
Público – Santa Catarina - Gestão - 2008. I. Título.

CDDir : 341.413

CDU : 347.963(064)

Catálogo: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)



Apresentação

O Ministério Público cumpre, mais uma vez, a obrigação prevista no art. 101 da Constituição do Estado de Santa Catarina e apresenta o relatório de gestão das atividades, projetos e programas relativos ao ano de 2008, trazendo ao conhecimento da sociedade catarinense o conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior do Ministério Público, Procuradorias e Promotorias de Justiça, em prol da relevante missão de servir com presteza e eficiência, na construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

As relações institucionais com a sociedade e com os Poderes e órgãos de Estado foram pautadas nos valores que guiam o Ministério Público: *independência, ética, legalidade, efetividade, moralidade, solidariedade, harmonia, transparência, justiça e confiança*.

Tem a Instituição ciência de suas limitações para a consolidação de sua missão constitucional.

A reformulação do Plano Geral de Atuação (PGA), a ele acrescentando-se um plano estratégico que possibilite a participação direta de todos os membros da Instituição, constitui-se numa das prioridades do Ministério Público, no sentido de fortalecer os mecanismos democráticos de gestão e administração, culminando num documento transparente e de fácil acesso à sociedade, a qual poderá participar do monitoramento e da fiscalização das ações propostas como prioridades institucionais para o atual exercício.

A ampliação da estrutura de recursos humanos e materiais colocados à disposição dos Procuradores e Promotores de Justiça tem sido um grande desafio e paulatinamente vem sendo estabelecida.

Os Centros de Apoio Operacional tiveram destacada atuação no suporte aos órgãos de execução do Ministério Público catarinense.

O ano de 2008 foi marcado por significativa mudança na carreira ministerial decorrente da extinção da Entrância Intermediária e da implementação da elevação de entrância de algumas comarcas, ocorrida no final de 2007.

Criação de quatro Promotorias Regionais com atribuição na ordem tributária. Hoje o Ministério Público do Estado de Santa Catarina dispõe, nas Comarcas, de sete Promotorias de Justiça Especializadas e com atribuição exclusiva no combate aos crimes cometidos contra a ordem tributária. Com exceção da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, seis delas têm abrangência regional.

A continuidade da “Campanha Boas Práticas - Economizando recursos públicos, protegendo a natureza” demonstrou seu sucesso.

Dentre as principais realizações e conquistas da Instituição destacam-se:

1. criação, por meio do Ato n. 415/2008/PGJ, do Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP), com a finalidade específica de buscar, gerenciar, analisar, cruzar, proteger, prevenir e difundir informações de interesse institucional produzindo o conhecimento necessário para subsidiar as decisões estratégicas dos diversos Órgãos do Ministério Público, inclusive da sua Administração Superior. Ao novo Centro de Apoio, foi incorporado, sob a denominação de Coordenadoria de Investigações Especiais, o Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais;

2. revisão e atualização dos procedimentos de elaboração do Plano Geral de Atuação;

3. instalação, no ano de 2008, de dezenove Promotorias de Justiça, dentre essas as criadas pelas Leis Complementares n. 368/2006 e 399/2007, e redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça pelo Colégio de Procuradores;

4. renovação e ampliação da frota de veículos do Ministério Público, com a aquisição de oito novos veículos para atender as necessidades dos Órgãos Institucionais;

5. criação de Comissão de Estudos para apresentação de proposta de alteração das Leis Complementares n. 223/2002 e 312/2005, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores. Foram, ainda, remetidos projetos de lei à Assembleia Legislativa visando ao reajustamento do valor do piso salarial dos Servidores, no índice de 5,25%, e à fixação do dia 1º de junho de cada ano como a data-base para a revisão remuneratória anual da categoria. A medida resultou na edição das Leis Complementares n. 430/2008 e 431/2008;

6. ampliação do quadro de Servidores efetivos com a nomeação de candidatos aprovados no último concurso;

7. remessa à Assembleia Legislativa de projeto de lei que visa à readequação da carreira do Ministério Público Catarinense à nova formatação adotada pelo Poder Judiciário Estadual. A medida resultou na edição da Lei Complementar n. 416, de 7 de julho de 2008, que extinguiu a entrância intermediária da carreira do MPSC e reclassificou as respectivas Promotorias para a entrância final;

8. instituição e implementação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais e administrativos do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar n. 424, de 1º de dezembro de 2008, e no Ato n. 469/2008/PGJ;

9. instituição do programa denominado “Biblioteca do Gabinete”, que disciplina a forma de aquisição de obras jurídicas pela Biblioteca do Ministério Público e possibilita aos Procuradores e Promotores de Justiça solicitá-las mediante sistema de requisição eletrônico, disponível na *intranet*;

10. institucionalização do programa “*O que você tem a ver com a corrupção?*”;

11. consolidação de parcerias interinstitucionais, responsáveis pela intensificação das atividades e pelo aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público.

Concluindo, podemos afirmar que o Ministério Público catarinense tem procurado dar as respostas aos anseios da sociedade, a quem são destinados todos os nossos esforços.

Mais passos foram dados na busca do ideal de uma sociedade mais humana, mais justa e mais solidária.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

Sumário

I – Estrutura do Ministério Público

1 Considerações iniciais	9
2 Procuradoria-Geral de Justiça	10
3 Colégio de Procuradores de Justiça.....	10
4 Conselho Superior do Ministério Público.....	11
5 Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	11
6 Procuradorias de Justiça.....	12
7 Coordenadoria de Recursos	12
8 Promotorias de Justiça	12
9 Órgãos Auxiliares.....	13
9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público.....	13
9.2 Ouvidoria.....	13
9.3 Centros de Apoio Operacional.....	14
9.4 Comissão de Concurso	15
9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.....	15
9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.....	15
9.7 Estagiários.....	16

II – Recursos do Ministério Público

1 Recursos Humanos.....	17
2 Recursos Orçamentários e Financeiros	18
3 Patrimônio.....	21

III – Resultados das Atividades do Ministério Público

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça	23
2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça	31
3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público	31

4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público	32
5 Atividades da Coordenadoria de Recursos	33
6 Atividades dos Procuradores de Justiça	36
7 Atividades dos Promotores de Justiça	37
7.1 Na Área Criminal	37
7.2 Na Área Cível	43
7.3 Na Área da Infância e Juventude	46
8 Atividades dos Órgãos Auxiliares	50
8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público	50
8.2 Da Ouvidoria	51
8.3 Dos Centros de Apoio Operacional	54
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	54
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal	56
8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	60
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	63
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	77
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor	82
8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	88
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	98
8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas	99
8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	100
8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	100
8.5 Da Comissão de Concurso	104
8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	105
8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	105
8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais	106
8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	108
8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação	108
8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas	114
8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos	116
8.6.7 Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	119
8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	121
8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social	122
8.6.10 Assessoria Militar	127
8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle	129
IV – Composição da Administração do Ministério Público	132
V – Promotores de Justiça, por Entrância e Antigüidade na Carreira	136

I – Estrutura do Ministério Público



1 Considerações iniciais

O Ministério Público, como função essencial à Justiça.

Por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127).

Ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tarefa que lhe foi outorgada pela Constituição Federal de 1988 e para a qual ainda se busca a estruturação e o aprimoramento necessários a lhe dar plena satisfação.

Além de estabelecer as atribuições do Ministério Público, a Constituição Federal conferiu independência funcional e autonomia administrativa e orçamentária, com poderes de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, assim como as regras sobre sua organização e funcionamento.

A Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, denominada Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu normas gerais sobre a organização do Ministério Público dos Estados e, de forma específica, a Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, definiu a estrutura do Ministério Público de Santa Catarina, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. São Órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça. Para desempenhar as atribuições definidas constitucionalmente,

o Ministério Público possui como Órgãos de Execução o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Coordenadoria de Recursos, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público os Órgãos Auxiliares, quais sejam, a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos Membros da Instituição, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. O Procurador-Geral de Justiça é substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como Órgão de Execução. Nessa qualidade, age perante a Segunda Instância do Poder Judiciário Estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça; na revisão do arquivamento de inquérito policial; e nos casos de não-formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado.

Assessoram o Procurador-Geral de Justiça um Procurador de Justiça e três Promotores de Justiça de entrância especial, que exercem funções de assessoramento tanto no que diz respeito ao Órgão de Administração Superior quanto no que tange ao Órgão de Execução.

A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos tem dentre suas principais funções a de exercer a Coordenação-Geral dos Órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo, além das atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça. A Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos tem dentre suas principais funções a de exercer a Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional e presidir o Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, criado pela Lei Federal n. 7.347, de 24 de julho de 1985, e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987, além das atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Há, ainda, o Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, composto por três Procuradores de Justiça, que tem como função oficial, por delegação e sem exclusividade, nas ações que tramitam perante o Tribunal de Justiça em que a autoridade reclamada possui foro privilegiado, nas áreas criminal, do meio ambiente, do consumidor e da moralidade administrativa, além de instaurar e presidir o inquérito criminal e o inquérito civil público de competência do Procurador-Geral de Justiça. Prestam serviços nos gabinetes da Procuradoria-Geral de Justiça e nos dois gabinetes de Subprocurador-Geral de Justiça, quatro Servidores efetivos, sendo três deles comissionados, um servidor exclusivamente comissionado, um funcionário terceirizado, dois estagiários e um bolsista de 2º grau. Vinculam-se também ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por 40 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de

Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares; a proposição de modificação da Lei Orgânica; a análise de proposta de providência relacionada ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da indicação do Subcorregedor-Geral do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária; a apreciação de recursos e; a revisão de procedimentos administrativos; e a definição e modificação das atribuições dos Órgãos de Execução.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de atribuição originária. O Colégio de Procuradores de Justiça é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, a qual é composta por três Servidores efetivos, sendo um deles comissionado, um funcionário terceirizado e um bolsista de 3º grau.

4 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, dentre outras funções, aprova o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decide sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; aprecia os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afastamento dos Membros do Ministério Público; decide sobre o vitaliciamento, disponibilidade e aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público; elabora o regulamento de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e elege os Membros da respectiva comissão; e decide sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra Membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto, em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil. O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove integrantes e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que, assim como o Corregedor-Geral do Ministério Público, ocupa assento como membro nato. Compõem ainda o Conselho Superior do Ministério Público cinco Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e dois eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça. O Conselho Superior é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados.

5 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior, encarregando-se da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público. O Corregedor-Geral do Ministério Público é substituído, nos seus impedimentos e nas suas faltas, ou por delegação, pelo Subcorregedor-Geral do Ministério Público. A Corregedoria-Geral possui uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça da mais elevada entrância e é assessorada por três Promotores de Justiça, também da mais elevada entrância. Por fim, atuam na Corregedoria-Geral do Ministério Público sete Servidores efetivos, dois funcionários terceirizados e dois estagiários.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público e cabe-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a fixação das férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; fixar critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento e estabelecer sistema de inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam. Há duas Procuradorias de Justiça: uma com atuação cível (com 20 Procuradores) e outra com atuação criminal (com 12 Procuradores). Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida em quatro grupos de Procuradores de Justiça: para atuação em matéria relativa ao Direito Administrativo (grupo formado por sete Procuradores de Justiça); em matéria tributária (composto por três Procuradores de Justiça); em matéria de família, sucessões, infância e juventude (formado por quatro Procuradores de Justiça); e em matéria relativa à moralidade administrativa (composto por seis Procuradores de Justiça).

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução e cabe-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que tais atribuições não sejam privativas do Procurador-Geral de Justiça. Havia, em dezembro de 2008, 40 Procuradores de Justiça em atividade, dentre os quais, cinco exerciam cargos na Administração Superior (Subprocuradores-Gerais de Justiça, Assessor do Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público e Subcorregedor-Geral do Ministério Público), três exerciam as funções de Coordenadores-Gerais dos Centros de Apoio Operacional, um exercia a função de Coordenador da Coordenadoria de Recursos e um exercia a função de Ouvidor. Os Procuradores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de nove Servidores efetivos, sendo sete deles comissionados, 70 Servidores exclusivamente comissionados e 63 estagiários, os quais estão distribuídos equitativamente nos gabinetes.

7 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, chefiada por um Procurador de Justiça, é o Órgão de Execução do Ministério Público encarregado, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive nos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos Órgãos de Execução acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição. Atuam na Coordenadoria de Recursos, além do Procurador de Justiça, dois Promotores de Justiça, seis Servidores efetivos, sendo um deles comissionado, e dois estagiários.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial.

As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da

moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e recuperações de empresas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade, dentre outras.

Havia, em dezembro de 2008, 315 Promotorias de Justiça, distribuídas pelas 111 Comarcas do Estado, das quais treze ainda não haviam sido instaladas, a saber: 18ª, 19ª, 20ª e 21ª Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville; 15ª, 16ª e 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Blumenau; 14ª e 15ª Promotorias de Justiça da Comarca de Criciúma; 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó; e 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí, todas criadas pela Lei Complementar n. 399, de 19 de dezembro de 2007; 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira, criada pela Lei Complementar n. 203, de 28 de dezembro de 2000; e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Urussanga, criada pela Lei Complementar n. 368, de 14 de dezembro de 2006. Para atuarem nas Promotorias de Justiça, como Órgãos de Execução, havia na Instituição 294 Promotores de Justiça, dos quais 70 eram de entrância especial; 139 de entrância final; 72 de entrância inicial; e 13 eram substitutos.

Os Promotores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de 86 Servidores efetivos, sendo um deles comissionado, 289 Servidores exclusivamente comissionados, 83 funcionários terceirizados, 444 estagiários, 7 bolsistas de 3º grau e 16 bolsistas de 2º grau, os quais estão distribuídos equitativamente nos diversos gabinetes. As Promotorias de Justiça de mais elevada entrância (especial e final) contam com Servidores efetivos ou funcionários terceirizados. Os primeiros para serviços administrativos do Órgão e os segundos para serviços regulares de manutenção e limpeza e, eventualmente, apoio administrativo. Os demais Promotores de Justiça são auxiliados, no máximo, por um Assistente de Promotoria de Justiça e dois Estagiários da 5ª fase em diante dos cursos de Direito.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Procurador de Justiça ou por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Cabe, ainda, ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária e conduzir os processos disciplinares e sindicâncias de Servidores. O Secretário-Geral do Ministério Público é auxiliado nas suas tarefas por um total de 11 Servidores efetivos, sendo dois deles comissionados, quatro funcionários terceirizados, um bolsista de 3º grau e um bolsista de 2º grau.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 298, de 4 de outubro de 2005, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transparência e presteza das atividades desenvolvidas pelos Órgãos, Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu da exigência da Emenda

Constitucional n. 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. Compete à Ouvidoria, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público. O Ouvidor é auxiliado, nas suas tarefas, por dois Servidores efetivos.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional, no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, foram instituídos pelo Ato n. 48/MP/2003, como Órgãos auxiliares vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Em 2005, por meio do Ato n. 134/PGJ, foi instituído o Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE) e o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC), reformulado em 2007, juntamente com a instituição do Grupo Estadual de Combate ao Tráfico de Drogas (GECOT). Já em 2008, por meio do Ato n. 415/PGJ, foi instituído o Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP), o que transformou o Centro de Apoio Operacional às Investigações Criminais em Coordenadoria de Investigações Criminais, vinculada ao novo Centro de Apoio Operacional criado.

Exercem funções nos Centros de Apoio Operacional 3 Procuradores de Justiça, como Coordenadores-Gerais, e 11 Promotores de Justiça, como Coordenadores-Gerais e Coordenadores, os quais são auxiliados nas suas tarefas por 42 Servidores efetivos, sendo 2 deles comissionados, 8 Servidores exclusivamente comissionados, 9 funcionários terceirizados, 15 estagiários, 11 bolsistas de 3º grau e 6 bolsistas de 2º grau.

Centros de Apoio Operacional	
CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Atua na área da moralidade administrativa e do patrimônio público, abrangendo as matérias cível e criminal.
CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Atua na área do meio ambiente, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Atua na área do consumidor, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Atua na área da cidadania e fundações, abrangendo as matérias cível e criminal, relativas, especialmente, aos direitos humanos, à saúde, à educação especial, à educação para idosos, à discriminação, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos idosos, à previdência, às fundações, ao terceiro setor e ao regular funcionamento dos serviços públicos.
CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Atua na área da infância e da juventude.
COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Atua na área da ordem tributária, especialmente nos crimes contra a ordem tributária, e na área cível, no que diz respeito à tributação ilegal e matéria correlata.
CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal	Atua na área criminal, especialmente no que diz respeito à execução penal, ao controle externo da atividade policial, à criminalidade organizada e de alta repercussão social e à segurança pública, e apoia o Promotor de Justiça que atua perante o Tribunal do Júri.
CECCON - Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	Atua na área do controle de constitucionalidade das normas jurídicas.

CIP - Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas	Atua subsidiando os Órgãos de execução no assessoramento técnico e no repasse de informações coletadas e, por determinação ou autorização do Procurador-Geral de Justiça, na área das investigações cíveis e criminais do âmbito do Ministério Público.
CCE - Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	Atua na área cível residual não abrangida pelos demais Centros de Apoio, especificamente no que diz respeito à implementação da racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil, e na área eleitoral.

9.4 Comissão de Concurso

Como Órgão Auxiliar de natureza transitória, cabe à Comissão de Concurso realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo composta pelo Procurador-Geral de Justiça, Presidente e membro nato da Comissão, por seis Procuradores de Justiça eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público e por um Advogado indicado pela Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil. A Secretaria da Comissão de Concurso é exercida por um Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Essa Comissão, em face de sua natureza transitória, é constituída especificamente para a realização de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, sempre que há necessidade. Exercem funções, além dos integrantes mencionados anteriormente, Servidores efetivos, comissionados, funcionários terceirizados, estagiários e bolsistas especialmente designados, conforme a necessidade do serviço, especialmente no que se refere à aplicação das provas.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, que visem ao aprimoramento profissional e cultural dos Membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e funcionários, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, atualmente, é dirigido por um Promotor de Justiça, auxiliado por 4 Servidores efetivos, um bolsista de 3º grau e um bolsista de 2º grau.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	
COGER – Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias a ela subordinadas.
COFIN – Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	Compreende a Gerência de Finanças e a Gerência de Contabilidade.
COAD – Coordenadoria de Operações Administrativas	Compreende a Gerência de Patrimônio, a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes e Serviços Gerais, a Gerência de Manutenção e a Gerência de Compras.
COPIJ - Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	Compreende a Gerência de Biblioteca e a Gerência de Arquivo e Documentação.
CORH - Coordenadoria de Recursos Humanos	Compreende a Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal.
COPAG - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	Excepcionalmente não é dividida em Gerências.
COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Compreende a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento e a Gerência de Suporte.
COPEO - Coordenadoria de Planejamento e Estratégia Organizacional	Compreende a Gerência de Informações e Projetos.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle e a Assessoria Técnica e Jurídica, subordinadas diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público, e a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar, subordinadas ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Ao todo, atuam nos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, nas Coordenadorias de Auditoria e Controle e de Comunicação Social e na Assessoria Militar, 158 Servidores efetivos, sendo 23 deles comissionados, 4 Servidores exclusivamente comissionados, 108 funcionários terceirizados, 31 bolsistas de 3º grau e 26 bolsistas de 2º grau.

9.7 Estagiários

Os estagiários, que desenvolvem quatro horas de atividades diárias, são Órgãos Auxiliares do Ministério Público, aos quais cabe o exercício de atividades de levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; a realização e o acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; o estudo de matérias que lhe sejam confiadas; o atendimento ao público; o controle da movimentação processual e a execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos. Há, no Ministério Público, 749 vagas de estagiários, dessas estão providas 528 vagas. Os estagiários estão distribuídos equitativamente, numa média de dois para cada membro do Ministério Público, e auxiliam os Órgãos de Execução e os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público nas suas atribuições.

II – Recursos do Ministério Público



1 Recursos Humanos

A missão do Ministério Público do Estado de Santa Catarina é desempenhada por um quadro de Membros e Servidores reduzido, se comparado à dimensão da sua atuação constitucional em todo o território catarinense e nas relevantes demandas sociais, mas ainda assim capaz de cumprir as metas estabelecidas em virtude do comprometimento, dedicação e observância ao interesse público de cada um de seus integrantes.

O ano de 2008 foi marcado por significativa mudança na carreira ministerial decorrente da compactação da Entrância Intermediária na Entrância Final, com a conseqüente movimentação automática de mais de dois terços dos Membros. Também verificou-se, no período, a convocação de novos Servidores aprovados no último concurso para o preenchimento de vagas remanescentes do quadro de pessoal da atividade meio.

A evolução do quadro de pessoal pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 1. Evolução do Quadro de Pessoal

Membros em atividade	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Evolução (07/06)	Evolução (08/07)
Procuradores de Justiça	40	40	40	0,00%	0,00%
Promotores de Justiça de Entrância Especial	66	64	70	-3,03%	9,38%
Promotores de Justiça de Entrância Final	94	95	139	1,06%	46,32%

Promotores de Justiça de Entrância Intermediária	38	45	0	18,42%	-100,00%
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	69	63	72	-8,70%	14,29%
Promotores de Justiça Substitutos	13	29	13	123,08%	-55,17%
Subtotal	320	336	334	5,00%	-0,60%
Servidores em atividade	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Evolução (07/06)	Evolução (08/07)
Servidores Efetivos	287	312	331	8,71%	6,09%
Servidores Comissionados Efetivos	33	36	40	9,09%	11,11%
Servidores Comissionados Não-Efetivos	289	356	371	23,18%	4,21%
Servidores À Disposição do MP (PC/PM/PRF)	36	36	36	0,00%	0,00%
Subtotal	645	740	778	14,73%	5,14%
Colaboradores	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Evolução (07/06)	Evolução (08/07)
Servidores Terceirizados	193	202	226	4,66%	11,88%
Estagiários	491	538	534	9,57%	-0,74%
Bolsistas	79	46	98	-41,77%	113,04%
Subtotal	763	786	858	3,01%	9,16%
Inativos	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Evolução (07/06)	Evolução (08/07)
Membros	127	127	123	0,00%	-3,15%
Servidores	30	31	27	3,33%	-12,90%
Subtotal	157	158	150	0,64%	-5,06%
Total	1.885	2.020	2.120	7,16%	4,95%

2 Recursos Orçamentários e Financeiros

A gestão financeira do Ministério Público é subordinada à programação contida no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e no Orçamento Anual (LOA), mantendo vínculo direto com as metas fixadas no Plano Geral de Atuação (PGA) e regras de gestão fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A programação orçamentária do Ministério Público é estruturada em quatro unidades orçamentárias, com dotações vinculadas a fontes de receitas que, para serem executadas, precisam ter o valor correspondente nas receitas arrecadadas.

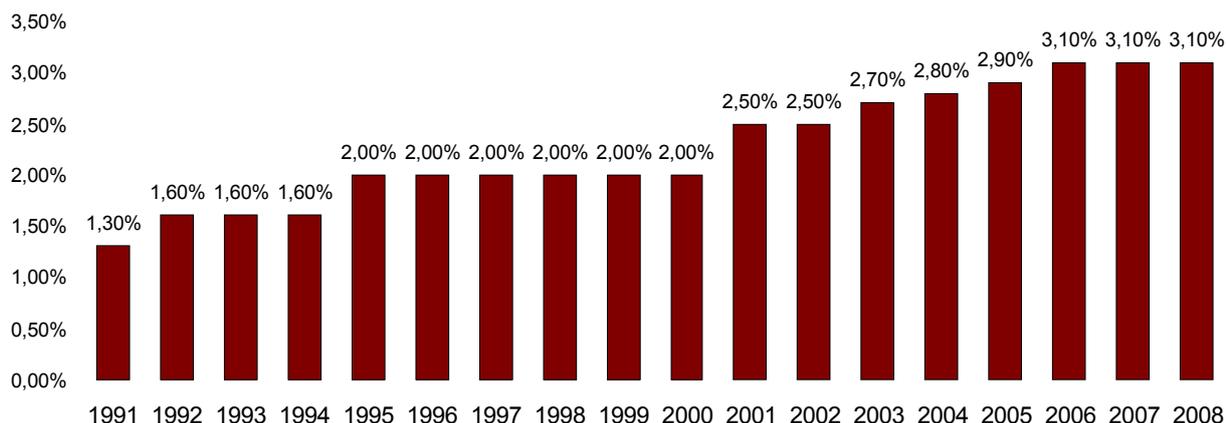
Tabela 2 – Estrutura orçamentária do MPSC

Unidades	2008		2009	Evolução 09/08
	Orçado	Realizado	Orçado	% Orçado
04001 - MPSC*	240.006.906,00	250.867.885,10	254.970.636,00	6,23%
04091 - FRBL	1.433.397,00	294.008,45	1.747.920,00	21,94%
04092 - FECEAF	91.241,00	99.036,44	39.519,00	-56,69%
04093 - FERMP	14.700.000,00	11.973.417,57	17.268.135,00	17,47%
Total	256.231.544,00	263.234.347,56	274.026.210,00	6,94%

* O valor realizado acima do orçado decorre do excesso de arrecadação do exercício e superávit financeiro o exercício anterior

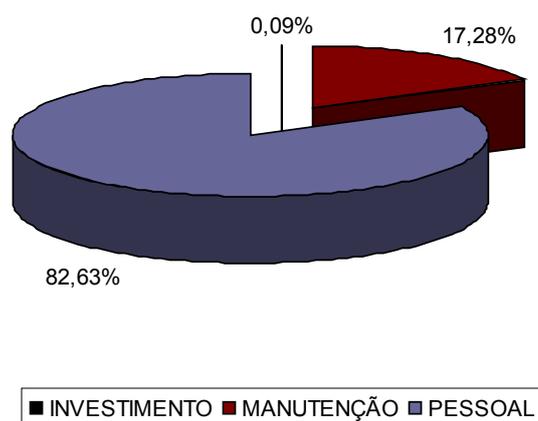
A principal fonte de receita da Instituição é o repasse previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujo valor estimado para 2009 é de R\$ 254.970.636,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta mil e seiscentos e trinta e seis reais) e corresponde a 3,10% (três vírgula dez por cento) da Receita Líquida Disponível - RLD do Estado. O repasse desse valor ocorrerá mensalmente, de acordo com o comportamento da receita efetivamente arrecadada, sendo necessário o acompanhamento e a avaliação mensal das despesas da Instituição, face o comportamento da arrecadação. O gráfico abaixo demonstra a evolução da participação do Ministério Público, desde a adoção deste critério de repasse pelo Poder Executivo.

Gráfico 1 – Evolução da participação do MPSC na RLD



Na Unidade Orçamentária 04001 – Ministério Público, são realizadas despesas com pagamento de pessoal ativo e inativo, assim como as despesas necessárias ao funcionamento do aparato administrativo e manutenção da Instituição. A distribuição da aplicação dos recursos orçamentários em 2008 é apresentada no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos recursos orçamentários por Grupo de Despesa em 2008



Na Unidade Orçamentária 04091 – Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, são realizadas despesas com a contratação de perícias e projetos vinculados à área de recuperação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental.

Tabela 3 – Recursos do FRBL liberados em 2008

Recursos Liberados	Número	Valor (R\$)
Perícias deferidas	53	85.516,79
Projetos aprovados	4	1.897.809,00
Total		1.983.325,79

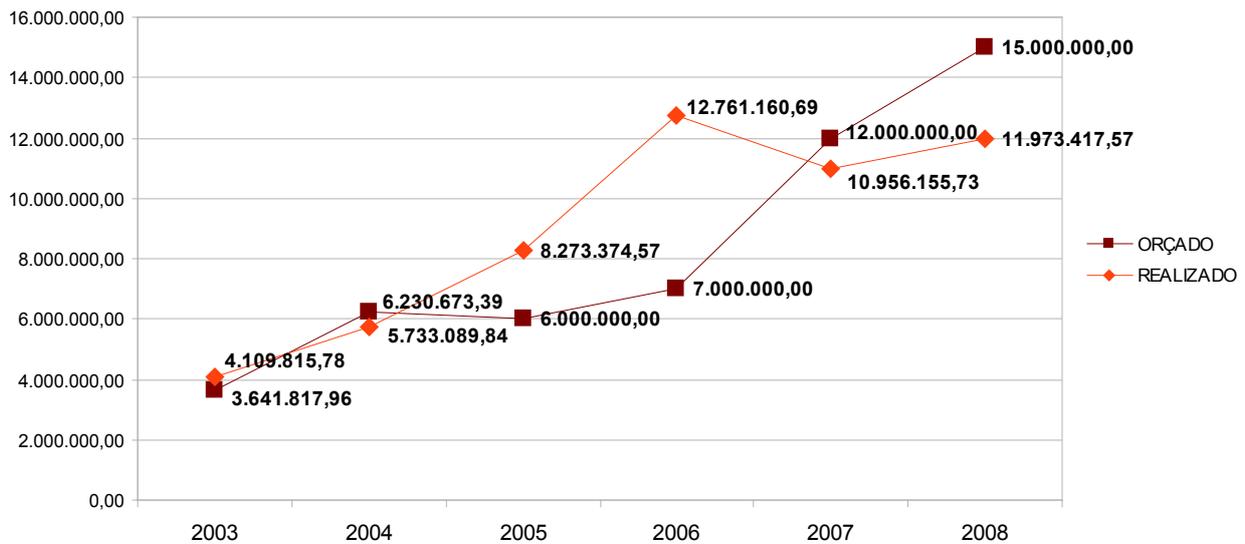
Na Unidade Orçamentária 04092 – Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPSC, são realizadas atividades relacionadas à capacitação e formação de Membros, Servidores e Colaboradores do Ministério Público, conforme detalha a tabela abaixo:

Tabela 4 – Atividades Realizadas pelo CEAF em 2008

Atividades Realizadas em 2008	
Eventos	49
Participantes	2360
Carga-horária	1000
Bolsa de Estudo Graduação	0
Bolsa de Estudo Pós-Graduação	43
Custo das Atividades Realizadas	R\$ 243.441,00

Na Unidade Orçamentária 04093 – Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do MPSC, os recursos aplicados são aprovados pelo Conselho de Administração do Fundo, composto por três Membros do Ministério Público, um representante do Poder Judiciário e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil. As receitas desse Fundo decorrem de transferência financeira, correspondente a 20% (vinte por cento) das taxas judiciais e extrajudiciais do Fundo de Reparcelamento da Justiça (FRJ) do Poder Judiciário. Os valores são aplicados na modernização da Justiça e da Instituição, sendo que parte retorna ao Poder Judiciário a título de ressarcimento das despesas de manutenção dos fóruns, na proporção das áreas ocupadas pelo Ministério Público.

O Conselho de Administração do FERMP aprovou a destinação de recursos para o atendimento de 67 (sessenta e sete) solicitações, no montante de R\$ 13.391.368,00 (treze milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e oito reais), em projetos de modernização e desenvolvimento institucional, dos quais R\$ 11.973.417,57 (onze milhões, novecentos e setenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos) foram empenhados no exercício de 2008. Os principais investimentos ocorreram na área de informática (com a continuidade da implantação do Sistema de Informatização e Gestão - SIG/MPSC), aquisição de equipamentos para ampliar os *links* da rede de dados e de softwares para ensino a distância e de análise investigativa. Também foram adquiridos oito veículos para modernizar a frota oficial.

Gráfico 3 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FERMP

3 Patrimônio

A evolução do patrimônio imobiliário e mobiliário do Ministério Público, demonstrado na tabela a seguir, evidencia o crescimento da Instituição. Sempre que ocorre a admissão de um novo Promotor de Justiça ou Servidor, surge a necessidade de aparelhar o local de trabalho, com móveis e equipamentos. A evolução do patrimônio guarda uma relação direta com o incremento do número de Membros, Servidores ou Colaboradores do Ministério Público.

Tabela 5 – Patrimônio móvel do MPSC

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
Veículos	16	35	37	39	42*
Máquinas e Equipamentos de Informática	6.454	8.171	9.116	11.475	13.705
Mobília em Geral	8.942	10.864	13.141	14.028	15.409
Utensílios em Geral	9.139	1.845	1.986	2.243	2.428
Livros e Softwares	9.006	8.397	8.956	8.905	9.149

* Incluindo 1 (um) reboque em uso do CIE

III – Resultados das Atividades do Ministério Público



1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão da Administração Superior, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	117
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	10
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	18
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	33
Reuniões da Comissão de Concurso	19
Projetos de Lei elaborados	5
Atos	471
Atos conjuntos	1
Portarias	5.927
Resoluções	3
Processos administrativos despachados	425
Processos licitatórios despachados	32
Convênios	51
Outros	1.487

O Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Na área criminal	
Espécie	Quantidade
Remanescentes do período anterior	284
Procedimentos de Investigação Criminal - PIC/Notícias Criminais/PROT	217
Inquérito Policial/TC recebidos	87
Inquérito Policial/TC arquivados	51
Remetidos a outros Órgãos	59
Arquivamento PIC/PROT/NC	136
Requisição de Inquérito Policial/Baixa Delegacia	28
Portarias de instauração de PIC	93
Despachos motivados	288
Realização de oitivas	7
Denúncias	40
Passam para o período seguinte	274
Precatórias expedidas	69
Processos Judiciais	
Remanescentes do período anterior	0
Recebidos	99
Manifestação de Denúncia	12
Outras Manifestações	67
Alegações Finais	19
Proposta de Transação	2
Proposta de Suspensão	14
Recursos	1
Passam para o período seguinte	1
Audiências judiciais	23
Sessão TJ – Admissibilidade de denúncia	16
Sessão TJ – Julgamento	6
Na área cível	
Espécie	Quantidade
Remanescentes do período anterior	29
Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos Preliminares (PAP)/ Peças Informativas	2
Remetidos a outros Órgãos	5
Arquivados	12
Portarias de instauração de PAP/IC	2

Despachos motivados	18
Passam para o período seguinte	14

No controle da constitucionalidade	
Espécie	Quantidade
Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas	43
Representações ao PGR	2
Pareceres exarados como <i>custos legis</i>	142
Representações recebidas	125

Outras atividades	
Espécie	Quantidade
Reuniões	54
Participações em cursos/seminários/congressos e outros eventos	13
Ofícios, <i>e-mails</i> e fax expedidos	895
Ofícios, <i>e-mails</i> e fax recebidos	846
Pessoas atendidas (do público externo)	41
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	5
Encaminhamentos de documentos ou feitos a outros Órgãos	36

Registram-se, ainda, as atividades referentes ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP) e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), sob a administração da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Jurídicos, respectivamente:

Atividades do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	8
Pedidos encaminhados	71
Pedidos deferidos	67
Pedidos indeferidos	4
Certidões expedidas	11
Correspondências expedidas	39
Correspondências recebidas	7
Acompanhamento das receitas do FERMP	12
Acompanhamento das despesas do FERMP	12

Os principais investimentos dos recursos do FERMP ocorreram na área de informática: a continuidade da implantação do Sistema de Informatização e Gestão – SIG/MPSC e a aquisição de equipamentos para ampliar os *links* da rede de dados e de *softwares* para ensino a distância e de análise investigativa. Foram, ainda, adquiridos oito veículos para modernizar a frota oficial.

Atividades do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	3
Correspondências expedidas	86
Correspondências recebidas	40
Portarias expedidas	7
Declarações expedidas	12
Acompanhamento das receitas do FRBL	12
Acompanhamento das despesas do FRBL	12
Projetos encaminhados	11
Atuação de processos	11
Processos distribuídos	11
Processos deferidos	3
Processos indeferidos	5
Pareceres técnicos	3
Acompanhamento dos processos deferidos	2
Conferência de documentação	2
Minutas de convênios dos processos deferidos	3
Cadastros de peritos aprovados	46
Perícias solicitadas	57
Perícias deferidas	51
Perícias pagas	7

No ano de 2008, o Conselho Administrador do FRBL aprovou projetos que contemplavam os interesses coletivos e difusos, assim como, subsidiou os Promotores de Justiça nas perícias solicitadas para instruir procedimentos e ações.

Aspectos Qualitativos

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades da Procuradoria-Geral de Justiça:

Centros de Apoio Operacional

Instituição, por meio do Ato n. 415/2008/PGJ, do Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP), com a finalidade específica de buscar, gerenciar, analisar, cruzar, proteger, prevenir e difundir informações de interesse institucional, produzindo o conhecimento necessário para subsidiar as decisões estratégicas dos diversos Órgãos do Ministério Público, inclusive da sua Administração Superior. Ao novo Centro de Apoio, foi incorporado, sob a denominação de Coordenadoria de Investigações Especiais, o Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais.

Plano Geral de Atuação

Revisão e atualização dos procedimentos de elaboração do Plano Geral de Atuação, que passou

a contemplar, dentre outros, a coleta de sugestões dos Centros de Apoio Operacional e de seus respectivos Conselhos Consultivos e a publicação de anteprojeto em fórum eletrônico institucional para discussões.

Instalação de novas Promotorias de Justiça

Instalação, no ano de 2008, de dezenove Promotorias de Justiça, dentre essas as criadas pelas Leis Complementares n. 368/2006 e 399/2007. Foram elas: 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Braço do Norte, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Capinzal, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Guaramirim, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Içara, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Imbituba, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapema, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sombrio, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Belo, 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma, 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí, 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages e 31ª, 32ª, 33ª, 34ª e 35ª Promotorias de Justiça da Comarca da Capital.

Atribuições das Promotorias de Justiça

Formulação de proposta ao Colégio de Procuradores de Justiça para redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas de Araranguá, Balneário Piçarras, Braço do Norte, Camboriú, Canoinhas, Capinzal, Capital, Chapecó, Criciúma, Guaramirim, Içara, Imbituba, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Lages, Palhoça, Porto Belo, Rio do Sul, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste e Sombrio.

Frota de veículos

Renovação e ampliação da frota de veículos do Ministério Público, com a aquisição de oito novos veículos para atender as necessidades dos Órgãos Institucionais.

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Quadro Permanente

Criação de Comissão de Estudos para apresentação de proposta de alteração das Leis Complementares n. 223/2002 e 312/2005, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Ministério Público Catarinense, composta pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, pela Secretária-Geral do Ministério Público, pelo Coordenador-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, pelo Coordenador de Finanças e Contabilidade, pelo Coordenador de Auditoria e Controle, pela Coordenadora de Recursos Humanos e pelo Presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público de Santa Catarina. Foram, ainda, remetidos projetos de lei à Assembleia Legislativa, visando ao reajustamento do valor do piso salarial dos Servidores, no índice de 5,25%, e à fixação do dia 1º de junho de cada ano como a data-base para a revisão remuneratória anual dos Servidores, assim como dos proventos de aposentadoria dos inativos e das pensões devidas a dependentes de Servidores falecidos da Instituição. A medida resultou na edição das Leis Complementares n. 430/2008 e 431/2008.

Convocação de aprovados em concurso

Ampliação do quadro de Servidores efetivos com a nomeação de candidatos aprovados no último concurso, com o provimento de 3 cargos de Analista do Ministério Público, 2 cargos de

Analista de Sistemas, 1 cargo de Psicólogo, 2 cargos de Motorista Oficial II, 16 cargos de Técnico do Ministério Público, 6 cargos de Técnico em Informática, 1 cargo de Técnico Contábil e 1 cargo de Oficial de Diligência.

Extinção da Entrância Intermediária

Remessa à Assembleia Legislativa de projeto de lei visando à readequação da carreira do Ministério Público Catarinense à nova formatação adotada pelo Poder Judiciário Estadual. A medida resultou na edição da Lei Complementar n. 416, de 7 de julho de 2008, que extinguiu a entrância intermediária da carreira do MPSC e reclassificou para entrância final as Promotorias de Justiça das Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê, assim como os respectivos cargos de Promotor de Justiça.

Diário Oficial Eletrônico

Instituição e implementação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais e administrativos do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar n. 424, de 1º de dezembro de 2008, e no Ato n. 469/2008/PGJ. O Diário Oficial Eletrônico substituiu a versão impressa das publicações oficiais do Ministério Público Catarinense, para todos os efeitos legais, e passou a ser veiculado, gratuitamente, na rede mundial de computadores, no endereço <http://www.mp.sc.gov.br>.

Núcleo do Tribunal do Júri

Criação do Núcleo do Tribunal do Júri do MPSC, vinculado ao Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), com a finalidade de auxiliar os Órgãos de execução do Ministério Público que tenham atuação nos processos de apuração dos crimes dolosos contra a vida.

Biblioteca de Gabinete

Instituição do programa denominado “Biblioteca do Gabinete”, que disciplina a forma de aquisição de obras jurídicas pela Biblioteca do Ministério Público e possibilita aos Procuradores e Promotores de Justiça solicitá-las mediante sistema de requisição eletrônico, disponível na *intranet*.

Coleção Suporte Técnico-Jurídico

Lançamento da “Coleção Suporte Técnico-Jurídico”, com o objetivo de oferecer subsídio à atuação dos Procuradores e Promotores de Justiça, por meio de manuais e guias elaborados pelos Centros de Apoio Operacional, sob a supervisão da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. No ano de 2008, foram editados e publicados o “Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude” e o “Guia do Saneamento Básico”, os quais foram colocados à disposição no *site* oficial da Instituição.

Projeto VideO Seu Direito

Desenvolvimento e execução do projeto denominado “VideO Seu Direito”, que consiste

na produção de vídeos institucionais de caráter educativo, com o fim de orientar e esclarecer a sociedade sobre as diversas áreas de atuação do Ministério Público. Em 2008, foi realizada a pré-produção, a gravação e a edição do primeiro vídeo institucional desse projeto, denominado “Os Direitos do Cidadão e o Promotor de Justiça”, com nove minutos de duração. A divulgação foi feita, inclusive, por meio do portal *youtube*, na *internet*, em canal institucional especialmente criado para essa finalidade.

Programa “O que você tem a ver com a corrupção?”

Institucionalização do programa “O que você tem a ver com a corrupção?”, que tem por objetivo ajudar na prevenção da ocorrência de atos de corrupção e a consequente diminuição dos processos extrajudiciais e judiciais por meio da educação das gerações futuras e estimular o encaminhamento de denúncias populares e a efetiva punição de corruptos e de corruptores.

Termos de Cooperação Técnica firmados

Consolidação de parcerias interinstitucionais, responsáveis pela intensificação das atividades jurisdicionais e aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público, das quais se destacam:

Relacionamento Interinstitucional		
Objeto	Área de atribuição	Parceiros
Promoção de parceria para a coleta, análise laboratorial de águas e efluentes e a realização de laudos técnicos ambientais e laudos periciais, que visem a instruir inquéritos civis, procedimentos administrativos preliminares, inquéritos policiais e termos circunstanciados.	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a intervenção do Instituto Geral de Perícias e da Polícia Militar Ambiental, UNIVALI, FURJ, FUCRI, UNISUL, UnC, FUNOESC, FUNDESTE, UFSC, FURB, UNIDAVI e UNIPLAC
Encaminhamento de jovens em situação de vulnerabilidade social para inserção no “Projeto Jovem Aprendiz” da CELESC Distribuição S.A.	CIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	CELESC Distribuição S.A.
Promoção de intercâmbio de informações nas áreas de geoprocessamento, sensoriamento remoto, cartografia, análise ambiental, tecnologia da informação e compartilhamento de bancos de dados, que visem a otimizar ações preventivas, mitigatórias, corretoras e educativas na aplicação da legislação ambiental no meio rural catarinense e demais ecossistemas circunvizinhos ou dele dependentes.	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI)
Operacionalização do “Programa de Estágio Curricular Obrigatório”, com o oferecimento de vagas de estágios aos estudantes de curso de graduação em nível superior.	CORH – Coordenadoria de Recursos Humanos	UFSC e UNISUL

Promoção de condições e estabelecimento de regras para a execução de intercâmbio de informações, que visem a esclarecer a população do Estado de Santa Catarina acerca dos impactos que as sacolas plásticas geram no meio ambiente.	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Associação Catarinense de Supermercados
Estabelecimento de parceria para a implantação e execução do “Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias”, que tem por finalidade normatizar e fiscalizar as comunicações de internações psiquiátricas involuntárias ao Ministério Público.	CCF – Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Secretaria de Estado da Saúde, Instituto São José, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina e Hospital Santa Catarina
Promoção de intercâmbio de informações consistente no envio, pelo PROCON/SC, de informativos dos processos administrativos em que se constate lesão aos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos consumidores, ou a prática, em tese, de crimes previstos na legislação consumerista, Código Penal ou qualquer outro diploma legal, assim como na remessa, pelo Ministério Público, de trabalhos realizados que afetem direito do consumidor ou de medidas individuais a serem adotadas, em busca da efetividade das ações desenvolvidas na defesa dos interesses dos consumidores.	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Secretaria Executiva de Justiça e da Cidadania, por intermédio da Gerência do Programa de Defesa do Consumidor
Promoção do compartilhamento dos acervos das respectivas bibliotecas	GEBIB - Gerência de Biblioteca	Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP)
Operacionalização do “Programa Bolsa Estágio”, com o oferecimento de vagas de estágios aos estudantes de cursos de nível médio e superior.	CORH – Coordenadoria de Recursos Humanos	UDESC, SENAI/SC, CEPU, Instituto Estadual de Educação, Colégio Solução, Colégio Decisão, Escolas de Educação Básica Ildelfonso Linhares, Padre Anchieta, Governador Ivo Silveira, José Maria Cardoso da Veiga, José Matias Impermanente, Simão José Hess, Cecília Rosa Lopes, Irmã Maria Teresa e Escola de Educação Básica de Lages
Promoção de parceria para viabilizar a realização do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental, que visa a promover e aprofundar debates de temas importantes para a saúde mental e para a afirmação do SUS.	CCF – Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME)
Promoção da cessão de biólogo para atuar perante o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	CME – Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	FATMA
Estabelecimento de regime de cooperação mútua, que vise à promoção de medidas necessárias à prevenção e repressão ao crime organizado e a delitos que exijam investigações especiais, ações conjuntas ou a formação de força-tarefa.	CCR – Centro de Apoio Operacional Criminal e CIP – Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por intermédio da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	10
Sessões extraordinárias	4
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	11
Edição de Ato de redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça	29
Eleições realizadas	2
Posses solenes	2
Aprovação de proposta orçamentária	1
Aprovação de proposta de alteração de Ato	1
Feitos recebidos	10
Feitos distribuídos	9
Feitos – pedido de vista	1
Publicações – IOESC	13
Editais de Convocação	15
Editais diversos	2
Resolução	2
Súmulas	13
Atas	15
Ofícios expedidos	38

Vale destacar, ainda, que o Colégio de Procuradores de Justiça manifestou-se acerca de anteprojeto de lei que trataram: a) da reclassificação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira do Ministério Público Catarinense; b) da instituição do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público; c) da prorrogação do prazo da licença à gestante, prevista no art. 188, inciso III, da Lei Complementar n. 197, 13 de julho de 2000; d) do reajuste do piso salarial do quadro de Servidores; e e) do estabelecimento de data-base para a revisão remuneratória do quadro de Servidores.

3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	21
Sessões extraordinárias	2
Sessões realizadas – 1ª Turma Revisora	21
Sessões realizadas – 2ª Turma Revisora	21
Súmulas	23

Atas	23
Convocações	44
Feitos recebidos	2.139
Feitos distribuídos	2.037
Feitos julgados	2.177
Editais de concurso para movimentação na carreira	115
Movimentação no quadro – Permutas	1
Movimentação no quadro – Opções	12
Editais de remoção	65
Movimentações no quadro – Remoções	27
Editais de Promoção	46
Movimentação no quadro – Promoções	31
Consulta formulada por Promotor de Justiça	1
Aprovações de residência fora da comarca de lotação	82
Justificativas de ausência em pleito institucional	18
Afastamentos autorizados	1
Aprovação do quadro de antiguidade dos Membros do Ministério Público	1
Sorteios do critério de provimento	21
Edições de Resoluções	1
Publicações Oficiais (Diário Oficial)	113
Publicações Oficiais (Diário Eletrônico do MPSC)	228
Ofícios expedidos	1.035

Em 2008, foram recebidos 2.139 feitos, o que resulta na média de 178 por mês. Dos feitos recebidos, 2.037 foram distribuídos aos Conselheiros, sendo que 1.989 foram julgados, 22 permaneceram em gabinete e 25 foram convertidos em diligência. Em relação ao ano de 2007, houve aumento na ordem de: a) 12,1% no número de feitos recebidos na Secretaria do Conselho Superior, passando de 1.908 para 2.139; e b) 6,8% no número de feitos distribuídos aos Conselheiros, passando de 1.907 para 2.037.

4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em estágio probatório	19
Relatórios Trimestrais de Estágio Probatório	66
Consultas respondidas	6
Procedimentos de verificação de pendências instaurados	3
Pedidos de explicações instaurados	8
Correições realizadas	2
Visitas de inspeção realizadas	67

Sindicâncias instauradas	7
Processos administrativos instaurados	4
Procedimentos Administrativos Preliminares	60
Atos	2
Recomendações	1
Ofícios expedidos	1.064
Portarias expedidas	96
Expedição de certificados de estágio	225
Procedimentos de anotação em ficha funcional	27
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	11
Participação de sessões do CSMP	23
Participação de sessões do Colégio de Procuradores	14
Procedimento de Acompanhamento de Residência (PARE's)	67
Acompanhamento de Processos de Investigação Criminal (PICs)	419

5 Atividades da Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, como Órgão de Execução, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Aspectos quantitativos – Área Criminal	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	11.270
Processos requisitados para estudo	559
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	1
Recursos interpostos	228
Recursos Especiais	124
Recursos Extraordinários	33
Agravos de Instrumento	11
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	1
Embargos de Declaração	48
Agravos de Decisão do Relator	11
Outras manifestações recursais	21
Contrarrazões de recursos	743
Feitos pendentes de manifestação	103
Aspectos quantitativos – Área Cível	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	9.792
Processos requisitados para estudo	320
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	2.791
Recursos interpostos	157
Recursos Especiais	77
Recursos Extraordinários	16

Agravos de Instrumento	12
Embargos de Declaração	39
Embargos Infringentes	2
Agravos de Decisão do Relator	10
Agravo Regimental	1
Outras manifestações recursais	51
Contrarrazões de recursos	234
Feitos pendentes de manifestação	43
Aspectos qualitativos – Área Criminal	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários	33
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	11
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	19
Não-admitidos	3
Recursos Especiais	124
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	46
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	66
Não-admitidos	10
Providos	1
Parcialmente providos	1
Recursos interpostos em anos anteriores e julgados em 2008	88
Providos	42
Desprovidos	25
Prejudicados	13
Não-conhecidos	8
Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	11
Providos	1
Pendentes de Julgamento	10
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	1
Pendentes de Julgamento	1
Embargos de Declaração	48
Acolhidos	15
Parcialmente acolhidos	3
Não-acolhidos	26
Pendentes de Julgamento	4
Agravos de Decisão do Relator	11
Desprovidos	8

Pendentes de Julgamento	3
Aspectos qualitativos – Área Cível	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários	16
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	7
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	9
Recursos Especiais	77
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	2
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	8
Não-admitidos	67
Recursos interpostos em anos anteriores e julgados em 2008	65
Providos	30
Desprovidos	12
Prejudicados	6
Não-conhecidos	17
Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	12
Providos	2
Desprovidos	4
Pendentes de Julgamento	6
Embargos de Declaração	39
Acolhidos	5
Parcialmente Acolhidos	2
Não-acolhidos	19
Pendentes de Julgamento	13
Embargos Infringentes	2
Pendentes de Julgamento	2
Agravos de Decisão do Relator	10
Desprovidos	6
Pendentes de Julgamento	4
Agravo Regimental	1
Pendente de Julgamento	1

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

Subdivididas as Procuradorias de Justiça em Coordenadorias Cível e Criminal, nessa qualidade desenvolveram, no ano de 2008, as seguintes atividades:

Coordenadoria Civil	
Espécie	Quantidade
Sessões Ordinárias	9
Sessões Extraordinárias	1
Proposta de alteração de Ato	2
Processos sem manifestação de mérito (Ato n. 103/04/CPJ)	2.553
Aprovação de Enunciado	1
Elaboração de escala de férias dos Procuradores de Justiça	1
Eleição de Coordenador e Suplente	1
Ofícios expedidos	25
Ofícios recebidos	3

Coordenadoria Criminal	
Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	6
Elaboração de escala de férias dos Procuradores de Justiça	1
Ofícios expedidos	24
Ofícios recebidos	2

Além das atividades das Coordenadorias antes referidas, os Procuradores de Justiça atuaram, como Órgãos de Execução, nos seguintes processos:

Atividades da Procuradoria de Justiça Cível	
Classe	Quantidade
Ação Civil Pública	2
Ação Rescisória	375
Agravo de Instrumento	2.208
Apelação Cível	7.863
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1.143
Apelação ECA	5
Arguição de Inconstitucionalidade	1
Conflito de Competência	196
Embargos Infringentes	12
Exceção de Suspeição e/ou Impedimento	7
Habeas-Corpus	276
Mandado de Injunção	8
Mandado de Segurança	1.283
Medida Cautelar	4
Pedido de Reexame	2

Precatório	58
Processo Administrativo	14
Reclamação	2
Recurso de Decisão	4
Reexame Necessário	366
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	480
Outros	5
Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal	
Classe	Quantidade
Agravo de Instrumento	18
Apelação Criminal	6.190
Apelação do ECA	192
Carta Testemunhável	6
Conflito de Competência	3
Conflito de Jurisdição	27
Embargos Infringentes	15
Exceção de Suspeição	8
Habeas-Corpus	2.163
Mandado de Segurança	45
Pedido de Correição	1
Pedido de Desaforamento	9
Reclamação	53
Recurso de Agravo	343
Recurso de Habeas-Corpus	2
Recurso Ordinário Crime	782
Revisão Criminal	166
Outros	15

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

7 Atividades dos Promotores de Justiça

Os Promotores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram, no ano de 2008, as seguintes atividades:

7.1 Na Área Criminal

Atividades da Área Criminal	2007	2008	Percentual
1 Inq. Policiais / Not. Criminais / Procedimentos / Termos			
1.1 – Remanescentes em gabinete no período anterior	17.701	16.895	-4,55%
1.2 – Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	72.071	93.788	30,13%
1.3 – Recebidos/instaurados no período (somente os novos)			
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	811	790	-2,59%

b) meio ambiente	4.717	5.311	12,59%
c) consumidor	599	522	-12,85%
d) moralidade administrativa	289	290	0,35%
e) idosos	121	154	27,27%
f) pessoas portadoras de deficiência	7	4	-42,86%
g) preconceito racial	10	3	-70,00%
h) ordem tributária	1.750	1.712	-2,17%
i) Código Penal Militar	1.396	1.763	26,29%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	46.495	47.150	1,41%
k) área comum/outros	66.239	69.816	5,40%
1.4 Transações Penais:			
a) meio ambiente	1.918	1.630	-15,02%
b) consumidor	181	97	-46,41%
c) moralidade administrativa	16	39	143,75%
d) idosos	15	26	80,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	1	2	100,00%
f) ordem tributária	79	85	7,59%
g) Código Penal Militar	46	0	-100,00%
h) outras infrações de menor potencial ofensivo	10.702	11.225	4,89%
i) área comum/outros	4.095	3.475	-15,14%
1.5 Arquivados:			
a) Procedimento de Investigação Criminal (PICs)	101	116	14,85%
b) meio ambiente	538	594	10,41%
c) consumidor	140	90	-35,71%
d) moralidade administrativa	95	111	16,84%
e) idosos	25	48	92,00%
f) pessoas portadoras de deficiência	2	1	-50,00%
g) preconceito racial	4	0	-100,00%
h) ordem tributária	700	475	-32,14%
i) Código Penal Militar	563	967	71,76%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	21.619	21.084	-2,47%
k) área comum/outros	20.985	24.073	14,72%
1.6 Baixados para diligência	29.701	36.205	21,90%
1.7 Extinção da punibilidade pelo cumprim. da transação formalizada	12.996	15.330	17,96%
1.8 Remetidos a outra Promotoria e demais sit. de baixa estatística	60.650	75.292	24,14%
1.9 Denúncias oferecidas:			
a) meio ambiente	1.415	1.541	8,90%
b) consumidor	202	182	-9,90%
c) moralidade administrativa	71	42	-40,85%
d) idosos	33	52	57,58%
e) pessoas portadoras de deficiência	1	1	0,00%

f) preconceito racial	0	1	-
g) ordem tributária	902	722	-19,96%
g.1) valor nominal sonegado (em milhares de R\$)	68.703	56.444	-17,84%
h) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	1	1	0,00%
i) Código Penal Militar	189	329	74,07%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	4.729	4.898	3,57%
k) área comum/outros	22.734	24.106	6,04%
1.10 Passam para o período seguinte	16.757	15.357	-8,35%
2 Tipos Penais Denunciados:			
2.1 Área da Coletividade / Código Penal Militar			
a) meio ambiente	1.550	1.578	1,81%
b) consumidor	216	147	-31,94%
c) moralidade administrativa	23	26	13,04%
d) pessoas portadoras de deficiência	1	0	-100,00%
e) preconceito racial	5	2	-60,00%
f) ordem tributária			
f.1) art. 1º, da Lei 8.137/90	182	146	-19,78%
f.2) art. 2º, da Lei 8.137/90	762	606	-20,47%
f.3) outros contra a ordem tributária	11	9	-18,18%
g) Código Penal Militar	189	329	74,07%
2.2 Código Penal			
2.2.1 Contra a Pessoa			
a) Homicídio	778	852	9,51%
b) Lesão Corporal	3.168	3.146	-0,69%
c) Outros tipos contra pessoa	1901	2200	15,73%
2.2.2 Contra o Patrimônio			
a) Furto	5.926	6.275	5,89%
b) Roubo e extorsão	1.420	1.526	7,46%
c) Latrocínio	49	53	8,16%
d) Estelionato e outras fraudes	1.341	1.665	24,16%
e) Outros tipos contra o patrimônio	1.520	1.656	8,95%
2.2.3 Contra os Costumes			
a) Estupro	244	258	5,74%
b) Atentado violento ao pudor	266	316	18,80%
c) Outros contra os costumes	150	124	-17,33%
2.2.4 Contra administração pública			
a) Peculato	38	53	39,47%
b) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1	3	200,00%
c) Concussão	22	13	-40,91%
d) Corrupção passiva	11	22	100,00%
e) Prevaricação	7	12	71,43%
f) Desacato/resistência	715	759	6,15%
g) Outros contra a Administração Pública	542	572	5,54%

2.2.5 Outros tipos de Código Penal	1.113	1.552	39,44%
2.3 Tipos previstos em leis especiais:			
2.3.1 Tóxicos			
a) Tráfico	1.932	2.162	11,90%
b) Posse	747	742	-0,67%
c) Outros da Lei de Tóxicos	236	264	11,86%
2.3.2 Abuso de autoridade	28	40	42,86%
2.3.3 Tortura	21	24	14,29%
2.3.4 Crimes da Lei de Armas	2.174	1.765	-18,81%
2.3.5 Crimes da Lei de Trânsito	2.964	4.032	36,03%
2.3.6 Crimes Eleitorais	38	76	100,00%
2.3.7 Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	1	7	600,00%
2.3.8 Outros	1.307	1.732	32,52%
3 Crimes Contra Crianças e Adolescentes:			
3.1 Contra a vida	14	5	-64,29%
3.2 Lesão corporal e maus tratos	83	67	-19,28%
3.3 Abandono e omissão de socorro	36	38	5,56%
3.4 Contra os costumes			
a) Estupro	137	105	-23,36%
b) Atentado violento ao pudor	226	207	-8,41%
c) Outros contra os costumes	38	18	-52,63%
3.5 Crimes previstos na Lei nº 8.069/90(ECA)			
a) Privação de liberdade - art. 230	2	1	-50,00%
b) Constrangimento ilegal - art. 232	11	6	-45,45%
c) Produção artística pornográfica - art. 240	0	1	-
d) Uso de imagem pornográfica - art. 241	2	4	100,00%
e) Submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	22	22	0,00%
f) Outros previstos na Lei nº 8.069/90 (ECA)	80	59	-26,25%
3.6 Abuso de autoridade	5	0	-100,00%
3.7 Tortura	8	14	75,00%
3.8 Outros contra criança e adolescente	90	95	5,56%
4 Crimes Contra Idosos			
4.1 Contra a vida	1	1	0,00%
4.2 Lesão corporal e maus tratos	173	18	-89,60%
4.3 Abandono e omissão de socorro	3	6	100,00%
4.4 Outros contra os costumes			
a) Estupro	0	3	-
b) Atentado violento ao pudor	2	1	-50,00%
c) Outros contra os costumes	0	0	-
4.5 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)			
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	14	13	-7,14%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	2	1	-50,00%

c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	0	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	1	0	-100,00%
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor do idoso	0	0	-
f) Outros previstos na Lei nº 10.741/03	7	17	142,86%
4.6 Abuso de autoridade	1	1	0,00%
4.7 Tortura	0	0	-
5 Processos:			
5.1 Remanescentes em gabinete no período anterior	3.009	3.671	22,00%
5.2 Recebidos no período:			
a) meio ambiente	5.419	6.663	22,96%
b) consumidor	386	618	60,10%
c) moralidade administrativa	780	577	-26,03%
d) idosos	63	94	49,21%
e) pessoas portadoras de deficiência	3	2	-33,33%
f) preconceito racial	4	1	-75,00%
g) área tributária	2.434	2.033	-16,47%
h) Código Penal Militar	779	1.083	39,02%
i) outras infrações de menor potencial ofensivo	28.502	27.843	-2,31%
j) área comum/outros	273.521	286.071	4,59%
5.3 Manifestações:			
5.3.1 alegações finais	16.520	18.446	11,66%
5.3.2 medidas cautelares	5.107	5.610	9,85%
5.3.3 propostas de suspensão condicional do processo	2.842	3.224	13,44%
5.3.4 execução penal	60.268	68.871	14,27%
5.3.5 libelos	613	418	-31,81%
5.3.6 razões de recursos	1.899	1.876	-1,21%
5.3.7 contra-razões de recursos	4.470	5.299	18,55%
5.3.8 pareceres perante Turma de Recursos	320	461	44,06%
5.3.9 outras	85.362	81.541	-4,48%
5.3.10 intimações diversas	133.828	139.606	4,32%
5.4 Passam para o período seguinte	3.671	3.304	-10,00%
6 Intimações de Sentenças			
6.1 Absolutórias	3.190	3.436	7,71%
6.2 Condenatórias	10.557	9.988	-5,39%
6.3 Pronúncia	499	478	-4,21%
6.4 Impronúncia	49	32	-34,69%
6.5 Desclassificação para juízo comum	59	47	-20,34%
6.6 Absolvição sumária	59	89	50,85%
6.7 Extinção da punibilidade	29.925	30.738	2,72%
6.8 Outras	29.249	30.591	4,59%
7 Tribunal do Júri - Plenário			
7.1 Sessões de julgamento	621	519	-16,43%

7.2 Réus condenados	475	372	-21,68%
7.3 Réus absolvidos	165	125	-24,24%
7.4 Decisões desclassificadoras	86	83	-3,49%
8 Outras Atividades			
8.1 Audiências judiciais	102.407	107.215	4,69%
8.2 Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	63	144	128,57%
8.3 Sessões da Turma de Recursos	52	53	1,92%
8.4 Requerimento de prisão preventiva	1.286	934	-27,37%
8.5 Pedidos de quebra de sigilo bancário, telefônico/outros	1.618	1.583	-2,16%
8.6 Atos de controle externo da atividade policial	491	501	2,04%
8.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	3.963	2.595	-34,52%
8.8 Visitas a estabelecimentos penais	153	225	47,06%
8.9 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	29.389	29.830	1,50%
9 Pendências com Prazo de Manifestação Vencido:			
9.1 Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	5.947	5.450	-8,36%
9.2 Procedimento de Investigação Criminal - mais de 90 dias	65	45	-30,77%
9.3 Processos	1.163	1.051	-9,63%
9.4 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	5.174	5.921	14,44%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça na área criminal demonstram que a atuação do Ministério Público de primeiro grau continua em curva ascendente, fato já constatado nos últimos tempos.

No ano de 2008, as Promotorias de Justiça receberam para análise, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, 221.303 procedimentos, que representam um aumento de 13,74% em relação ao total recebido no ano de 2007, quando foram registrados 194.574 procedimentos recebidos.

As Promotorias de Justiça, em face da carga recebida, ofertaram 31.855 denúncias, ultrapassando o volume do ano anterior em 1.578 peças, o que representa um aumento de 5,21% nas ações penais deflagradas quando feita a comparação com o ano de 2007, e corresponde a um acréscimo da ordem de 131,5 denúncias por mês.

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, tem-se que a maior incidência continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 11.175 ocorrências, seguidos dos crimes contra a pessoa, com 6.198 ocorrências, dos crimes da Lei de Trânsito, com 4.032, e dos crimes de tóxicos, com 3.168 ocorrências.

Dos 221.303 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos para exame em 2008, dos quais 127.515 são novos, 47.559 foram arquivados e 36.205 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas em 2008, ainda, 16.579 transações penais, sendo a maior incidência verificada nas práticas delituosas contra o meio ambiente, com 1.630 registros.

No campo processual, em 2008 anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 324.985 processos que, somados à pendência do ano de 2007, totalizaram 328.656. Verifica-se um aumento de 4,18% em relação ao número de novas entradas registradas no ano de 2007, que foi de 311.891 feitos. Deste total, foram despachados 325.352 processos, o que equivale a um incremento de 4,53% em relação ao ano de 2007, quando 311.229 processos sofreram análise.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2008, de 519 sessões do Tribunal do Júri e de 107.215 audiências judiciais, 4,69% a mais do que em 2007, cujo número apontou 102.407.

7.2 Na Área Cível

Atividades da Área Cível	2007	2008	Percentual
1 Inquéritos Cíveis / Proced. Adm. / Peças Informativas			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	5.266	6.207	17,87%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outros	235	368	56,60%
1.3 Instaurados/Recebidos no período			
a) meio ambiente	1.291	1.652	27,96%
b) consumidor	1.196	1.153	-3,60%
c) moralidade administrativa	1.628	2.207	35,57%
d) idosos	446	436	-2,24%
e) pessoas portadoras de deficiência	106	122	15,09%
f) saúde	921	765	-16,94%
g) fundações	46	36	-21,74%
h) outros	946	1.196	26,43%
1.4 Arquivados			
1.4.1 Sem ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	501	595	18,76%
b) consumidor	389	351	-9,77%
c) moralidade administrativa	526	649	23,38%
d) idosos	236	247	4,66%
e) pessoas portadoras de deficiência	35	45	28,57%
f) saúde	338	550	62,72%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	143	170	18,88%
h) outros	337	332	-1,48%
i) remessa ao MPF ou outro Órgão do MPE	499	808	61,92%
1.4.2 Com ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	232	257	10,78%
b) consumidor	226	173	-23,45%
c) moralidade administrativa	139	43	-69,06%
d) idosos	22	15	-31,82%
e) pessoas portadoras de deficiência	18	12	-33,33%
f) saúde	50	11	-78,00%
g) fundações	1	1	0,00%
h) outros	42	89	111,90%
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	566	621	9,72%
1.6 Representações indeferidas (art. 13, do Ato PGJ 135/00)	239	530	121,76%
1.7 Outras situações de baixa estatística	1.225	2.068	68,82%
1.8 Ajustamento de conduta em execução	2.435	3.548	45,71%
1.9 Passam para o período seguinte	6.317	6.575	4,08%

2 Ações Cíveis Ajuizadas			
2.1 Ações cíveis públicas:			
a) meio ambiente	226	281	24,34%
b) consumidor	70	81	15,71%
c) moralidade administrativa	246	251	2,03%
d) idosos	109	68	-37,61%
e) pessoas portadoras de deficiência	14	18	28,57%
f) saúde	286	266	-6,99%
g) fundações	31	2	-93,55%
h) outras	100	79	-21,00%
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	18	33	83,33%
2.3 No Juízo da Família	177	132	-25,42%
2.4 No Juízo Eleitoral	208	786	277,88%
2.5 Outras ações	256	141	-44,92%
3 Processos			
3.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	4.067	3.177	-21,88%
3.2 Recebidos no período:			
a) meio ambiente	2.045	2.476	21,08%
b) consumidor	616	535	-13,15%
c) moralidade administrativa	1.711	2.087	21,98%
d) idosos	450	342	-24,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	1.515	1.304	-13,93%
f) saúde	2.862	3.293	15,06%
g) fundações	73	139	90,41%
h) área comum/outros	257.547	297.104	15,36%
3.3 Manifestações:			
3.3.1 Ação civil pública:			
a) meio ambiente	1.415	1.621	14,56%
b) consumidor	377	299	-20,69%
c) moralidade administrativa	1.139	1.392	22,21%
d) idosos	253	165	-34,78%
e) pessoas portadoras de deficiência	82	95	15,85%
f) saúde	1.300	1.499	15,31%
g) fundações	46	30	-34,78%
h) outras	830	515	-37,95%
3.3.2 Direito de família	71.251	71.712	0,65%
3.3.3 Inventário/arrolamento (Direito das sucessões)	7.603	7.514	-1,17%
3.3.4 Falência/concordata	1.822	1.487	-18,39%
3.3.5 Fazenda pública	4.007	4.894	22,14%
3.3.6 Mandado de segurança	3.810	3.159	-17,09%
3.3.7 Ação popular	320	301	-5,94%
3.3.8 Registros públicos	6.867	7.710	12,28%
3.3.9 Acidente do trabalho/previdenciário	3.632	3.420	-5,84%

3.3.10 Ações indenizatórias	1.694	1.392	-17,83%
3.3.11 Ações possessórias/usucapião	3.913	4.210	7,59%
3.3.12 Direito eleitoral	7.175	31.174	334,48%
3.3.13 Recurso - razões	268	379	41,42%
3.3.14 Recurso - contra-razões	481	577	19,96%
3.3.15 Recurso - pareceres	172	222	29,07%
3.3.16 Recurso – manif. art. 1º, do Ato PGJ/CGMP/nº 178/2001	3.556	2.881	-18,98%
3.3.17 Pareceres perante a Turma de Recursos	301	315	4,65%
3.3.18 Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ nº 103/2004)	14.950	16.791	12,31%
3.3.19 Outras manifestações	17.620	17.927	1,74%
3.3.20 Cotas	20.825	19.373	-6,97%
3.3.21 Intimações	91.983	106.200	15,46%
3.4 Passam para período seguinte	3.178	3.200	0,69%
4 Outras Atividades			
4.1 Audiências judiciais	4.408	42.234	858,12%
4.2 Sessões da Turma de Recursos	91	103	13,19%
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	13.508	13.798	2,15%
4.4 Atos de fiscalização de fundações	167	439	162,87%
4.5 Manifestações em habilitações de casamentos	25.511	26.150	2,50%
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	3.053	3.453	13,10%
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	5.349	7.576	41,63%
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	3.451	3.557	3,07%
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	33	61	84,85%
4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	28	31	10,71%
4.11 Visitas a estabelecim. que abriguem portadores de deficiência	23	4	-82,61%
4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	51	38	-25,49%
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	15	30	100,00%
4.14 Visitas a fundações	20	9	-55,00%
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	244	187	-23,36%
4.16 Atos de Instrução ICP/Procedimento administrativo			
a) Audiências públicas realizadas	175	127	-27,43%
b) Audiências instrutórias de ICP/Procedimentos administrativos	1.342	1.286	-4,17%
c) Pessoas inquiridas	2.234	3.029	35,59%
d) Requisições e ofícios expedidos	29.222	37.065	26,84%
e) Cartas Precatórias expedidas	88	90	2,27%
f) Cartas Precatórias cumpridas	137	191	39,42%
4.17 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	60.557	64.400	6,35%
5 Pedências com Prazo de Manifestação Vencido			
5.1 Inquéritos civis/proced. adm./peças informativas	2.389	1.913	-19,92%
5.2 Processos	908	681	-25,00%
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.337	1.924	-17,67%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Também na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2008, revelam que houve aumento na demanda processual. Foram recebidos 307.280 processos cíveis para exame, o que representa um acréscimo de 15,16% em relação àqueles recebidos no ano de 2007, quando totalizaram 266.819.

A quantidade de intervenções nesses processos registrou aumento da ordem de 14,77%. Enquanto que no ano de 2007 foram totalizados 267.708 pareceres, em 2008 houve registro de 307.254, o que equivale a um aumento de 39.547 manifestações processuais.

Em 2008, o exercício da atividade de agente interveniente do Ministério Público redundou em 164.890 manifestações de mérito, o que, se confrontado com os números do exercício de 2007, representa um acréscimo de 17,82%.

Dentre as manifestações processuais de mérito, permanece representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família – 43,49% do total, correspondendo a 71.712 pareceres -, seguidos dos relativos à área de direito eleitoral, com 31.174 pareceres, representando 18,91% do total, e, por fim, 7.710 manifestações relativas à área de registros públicos e 7.514 à área de direito das sucessões.

No exercício do dever legal de atender ao cidadão diariamente, 64.400 pessoas foram recebidas nos gabinetes pelos Promotores de Justiça, número superior aos 60.557 atendimentos realizados em 2007.

Dentre as atividades extrajudiciais desenvolvidas pelos membros do Ministério Público, ainda merece registro o número de rescisões de contrato de trabalho que contaram com a assistência do Promotor de Justiça, que totalizaram 13.798 no ano de 2008, enquanto que no ano de 2007 foram 13.508, o que representa um aumento da ordem de 2,15%; também as manifestações em habilitações de casamento cresceram 2,50%, chegando a 26.150 em 2008.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos houve igualmente aumento nas atividades dos órgãos de execução. A movimentação de procedimentos foi mais intensa nas áreas da moralidade administrativa, meio ambiente e consumidor, com 2.207, 1.652 e 1.153 procedimentos novos instaurados ou recebidos no decorrer do exercício, respectivamente. Foram ajuizadas, no ano de 2008, pelos Promotores de Justiça, 1.046 ações civis públicas.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas realizadas por Promotores de Justiça, as quais ao longo de 2008 estiveram presentes em 31 abrigos de idosos, 4 abrigos de portadores de deficiência, 38 estabelecimentos de saúde, 30 comunidades terapêuticas e em 9 fundações.

Foram realizadas 127 audiências públicas, além de 1.286 outras para instrução de inquéritos civis e procedimentos administrativos no âmbito das Promotorias de Justiça.

7.3 Na Área da Infância e Juventude

Atividades da Área da Infância e Juventude	2007	2008	Percentual
I - Da Área dos Atos Infracionais			
1 Notícias de Atos Infracionais			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	524	507	-3,24%
1.2 Autos de apreensão/Boletins circunstanciados/outros	19.444	20.085	3,30%
1.3 Ajustes de relatório			
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em Apr/BC	293	412	40,61%
b) ajuste por Apr/BC reunidos	53	124	133,96%

1.4 Arquivamentos promovidos	1.987	2.062	3,77%
1.5 Remissões concedidas:			
a) simples	852	878	3,05%
b) com medida sócio-educativa:	5.732	5.393	-5,91%
b.1) advertência	3.596	3.204	-10,90%
b.2) obrigação de reparar o dano	261	244	-6,51%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.525	2.542	0,67%
b.4) liberdade assistida	714	638	-10,64%
1.6 Representações de atos infracionais oferecidas	2.390	2.275	-4,81%
1.7 Outras situações de baixa estatística	8.740	9.292	6,32%
1.8 Passam para o período seguinte	507	980	93,29%
2 Atos Infracionais Representados			
2.1 Contra a Pessoa			
a) Homicídio	138	154	11,59%
b) Lesão corporal	127	133	4,72%
c) Ameaça	93	88	-5,38%
d) Outros	58	47	-18,97%
2.2 Contra o Patrimônio			
a) Furto	861	805	-6,50%
b) Roubo e extorsão	261	239	-8,43%
c) Latrocínio	15	10	-33,33%
d) Estelionato e outras fraudes	14	15	7,14%
e) Outros	93	95	2,15%
2.3 Contra costumes			
a) Estupro	23	20	-13,04%
b) Atentado violento ao pudor	69	47	-31,88%
c) Outros	8	8	0,00%
2.4 Tóxicos			
a) Tráfico	298	353	18,46%
b) Posse	123	79	-35,77%
c) Outros	10	6	-40,00%
2.5 Estatuto do desarmamento	106	74	-30,19%
2.6 Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	2	2	0,00%
2.7 Trânsito	77	76	-1,30%
2.8 Outros	87	79	-9,20%
3 Atos Infracionais Contra Crianças e Adolescentes			
3.1 Homicídio	11	2	-81,82%
3.2 Contra os costumes	54	35	-35,19%
3.3 Tortura	0	0	-
3.4 Outros	43	52	20,93%
4 Processos / Audiências			
4.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	240	284	18,33%
4.2 Recebidos no período	29.358	30.349	3,38%

4.3 Manifestações / Audiências:			
a) Alegações finais	1.255	1.235	-1,59%
b) Razões de recurso	39	35	-10,26%
c) Contra-razões de recurso	129	180	39,53%
d) Pareceres em execução de medidas	9.688	10.474	8,11%
e) Outras promoções	6.089	7.067	16,06%
4.4 Intimações diversas	12.114	11.328	-6,49%
4.5 Passam para o período seguinte	284	314	10,56%
4.6 Cartas precatórias (Ato CGMP 03/01)			
a) Expedidas	237	268	13,08%
b) Recebidas para cumprimento	337	390	15,73%
II - Da Área Cível			
5 Inquéritos Cíveis / Peças Informativas / Representações			
5.1 Vindos do período anterior	283	514	81,63%
5.2 Notícias/Inquéritos cíveis/Proc adm/Representações	1.235	2.308	86,88%
5.3 Avisos por infreqüência escolar	581	883	51,98%
5.4 Avisos por maus-tratos	508	451	-11,22%
5.5 Arquivados/Indeferidos:			
a) Inquéritos cíveis/procedimentos administrativos:			
a.1) sem ajustamento de conduta	307	307	0,00%
a.2) com ajustamento de conduta	54	47	-12,96%
a.3) indeferidos	52	224	330,77%
b) Avisos por infreqüência escolar			
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	335	520	55,22%
b.2) crianças ou adolescentes que não retornaram à escola	158	242	53,16%
c) Avisos por maus-tratos			
c.1) violência física/psicológica	139	126	-9,35%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	106	71	-33,02%
c.3) outras situações de maus-tratos	153	131	-14,38%
5.6 Inq. civil/proc. adm. concluído/anexado à inicial	227	367	61,67%
5.7 Ajustamentos de conduta em execução	153	115	-24,84%
5.8 Outras situações de baixa estatística	562	1.060	88,61%
5.9 Passam para o período seguinte	514	1.061	106,42%
6 Ações Cíveis Ajuizadas			
6.1 Ações cíveis públicas	144	154	6,94%
6.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	0	9	-
6.3 Apuração de infração administrativa	186	191	2,69%
6.4 Cautelares	79	76	-3,80%
6.5 Destituição/suspensão do poder familiar	343	389	13,41%
6.6 Mandado de Segurança	6	42	600,00%
6.7 Medidas de proteção	490	492	0,41%
6.8 Outras	224	182	-18,75%
7 Processos			

7.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	387	291	-24,81%
7.2 Recebidos	35.176	39.577	12,51%
7.3 Manifestações/pareceres:			
a) Adoção			
a.1) por brasileiros	1.447	1.655	14,37%
a.2) por estrangeiros	54	66	22,22%
b) Alegações finais	677	833	23,04%
c) Alimentos	1.637	1.784	8,98%
d) Cadastro de adotantes	1.577	1.337	-15,22%
e) Cautelares	384	375	-2,34%
f) Infrações administrativas	682	822	20,53%
g) Mandado de Segurança	29	22	-24,14%
h) Recursos			
h.1) Razões de recurso	21	39	85,71%
h.2) Contra-razões de recurso	152	167	9,87%
h.3) Pareceres em recurso	48	49	2,08%
i) Outros pareceres	7.384	6.723	-8,95%
j) Outras manifestações	10.679	12.785	19,72%
k) Intimações diversas	10.501	12.491	18,95%
7.4 Passam para o período seguinte	291	703	141,58%
8 Outras Atividades			
8.1 Audiências judiciais	9.472	10.238	8,09%
8.2 Audiências de apresentação (nº de adolescentes)	9.639	9.554	-0,88%
8.3 Audiências/Reuniões ICP/Procedimentos Administrativos	318	431	35,53%
8.4 Recomendações e orientações	611	550	-9,98%
8.5 Reuniões/Audiências extrajudiciais	1.044	1.197	14,66%
8.6 Palestras sobre assuntos institucionais	181	206	13,81%
8.7 Visitas a entidades de atendim. ao autor de ato infrac.	64	60	-6,25%
8.8 Visitas a abrigos e outras entidades de atendimento	204	142	-30,39%
8.9 Atendimento ao público (número de pessoas)	15.259	16.222	6,31%
9 Pendências com Prazo de Manifestação Vencido			
9.1 Procedimentos de apuração de ato infracional	144	23	-84,03%
9.2 Notícias de atos infracionais	20	104	420,00%
9.3 Inquéritos civis/Procedimentos administrativos	28	22	-21,43%
9.4 Procedimento de Investig. Criminal (PIC) mais de 90 dias	0	0	-
9.5 Processos	78	128	64,10%
9.6 Vencidos há mais de 30 dias	88	128	45,45%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude atuaram no ano de 2008, considerando a remanescente de 2007, com um total de 21.128 notícias de atos infracionais, número 4,01% maior em relação ao verificado no ano de 2007, que foi de 20.314 comunicações dessa espécie.

Por conta dessas notícias foram apresentados em audiência aos Promotores de Justiça 9.554 adolescentes indicados como autores de atos infracionais, decorrendo daí o oferecimento de 2.275

representações.

As remissões concedidas aos indicados como autores de atos infracionais beneficiaram 6.271 adolescentes – número que é 4,75% inferior àquelas concedidas em 2007, quando alcançaram 6.584. Das remissões concedidas, verifica-se que 878 foram simples, ou seja, sem a cumulação de qualquer medida sócio-educativa, 3.204 cumuladas com medida sócioeducativa de advertência, 244 cumuladas com medida sócio-educativa de reparação do dano, 2.542 cumuladas com medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e 638 cumuladas com medida sócioeducativa de liberdade assistida.

Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência continuou sendo pela prática de furto, com 805 ocorrências, muito embora esse número seja 6,50% inferior ao apresentado em 2007. Os homicídios com autoria atribuída a adolescentes totalizaram 154 ocorrências no ano de 2008, quando no ano de 2007 haviam sido registrados 138 casos.

Vale salientar também que a incidência da prática infracional por tráfico de drogas aumentou 18,46% em 2008, porquanto foram 353 atos infracionais representados no período contra 298 no exercício passado.

No último ano as Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude receberam 883 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar – APÓIA. Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 520 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 58,89% do total de situações comunicadas. Em comparação com os resultados de 2007, constata-se, por esse instrumento de aferição, que as comunicações de evasão escolar aumentaram 51,98%.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos das crianças e adolescentes, entre inquéritos civis públicos instaurados, notícias e representações recebidas e procedimentos administrativos preliminares instaurados, as Promotorias de Justiça apresentaram 2.308 ocorrências e celebração de 47 termos de ajustamento de conduta, com o conseqüente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 307 procedimentos, no entanto, sem a celebração de ajuste de conduta.

Foram ajuizadas, ainda, 1.535 ações civis, sendo 154 ações civis públicas, 492 ações visando à adoção de medidas de proteção ou à verificação de situação de risco de criança ou adolescente, 9 ações diretas de inconstitucionalidade, 389 ações de destituição ou suspensão do poder familiar, 76 medidas cautelares, 191 ações para apuração de infração administrativa por entidade de atendimento à criança ou ao adolescente, impetrados 42 mandados de segurança e aforadas 182 outras ações.

Em relação aos processos cíveis da área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam 39.577 deles, o que representa um acréscimo de 12,51% em relação ao ano de 2007, quando foram recebidos 35.176 feitos e emitidas 26.657 manifestações de mérito, com 12.491 intimações diversas.

Além dessas atividades, merece também registro o número de 16.222 pessoas atendidas no ano de 2008 e 142 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público

A Secretaria-Geral do Ministério Público, como Órgão Auxiliar de apoio administrativo e logístico, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Correspondências recebidas	11.873
Correspondências expedidas	2.749
Portarias	3.110
Atos Normativos	69
Contratos	32
Publicações oficiais – IOESC	595
Escalas de Plantão nas Promotorias de Justiça	12
Processos de Seleção de Estagiários	100
Autuações de Processos	425

Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque o registro e o trâmite, por meio do Protocolo Eletrônico, de toda a documentação remetida à Procuradoria-Geral de Justiça e a posterior distribuição aos setores competentes; a redação de ofícios e expedientes; a elaboração de despachos, comunicações eletrônicas, declarações, certidões, portarias e atos normativos, além de convênios e acordos de cooperação técnica; a autenticação de documentos; o registro, autuação e análise de procedimentos administrativos; a deflagração do processo de seleção de estagiários; a elaboração de portarias de designação de Membros e Servidores do Ministério Público; a elaboração da portaria mensal de indicação dos Promotores de Justiça para atuar perante as zonas eleitorais; elaboração de portaria de designação dos Coordenadores Administrativos; a remessa dos atos oficiais para publicação na imprensa oficial; a realização de intimações de decisões administrativas; a autorização de adiantamentos de despesas; a condução de processos administrativos e sindicâncias de Servidores do Ministério Público; a emissão de pareceres técnicos-administrativos; o atendimento a consultas formuladas pelos Órgãos da Administração; o agendamento de compromissos institucionais; e o atendimento aos Membros e Servidores acerca de diárias, viagens, férias, licenças, fornecimento de móveis e de equipamentos.

8.2 Da Ouvidoria

A Ouvidoria, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Classificação	Quantidade
Meios de Acesso Utilizados	
Contato pessoal	67
Contato telefônico	83
<i>E-mail</i>	281
Formulário eletrônico	2.323
Outros	3
Tipo de Manifestação	
Crítica ou Reclamação	223
Retardamento de atos de ofício	27
Omissão ou desídia	19
Recusa de atendimento ou trato descortês	7
Deficiência técnica no exercício da função	7
Incontinência verbal ou inadequação de linguagem	3

Conduta funcional ou social inconveniente	4
Parcialidade	2
Excesso de rigor ou de zelo	4
Outros	150
Denúncia	1.561
Retardamento de atos de ofício	1
Omissão ou desídia	3
Deficiência técnica no exercício da função	1
Conduta funcional ou social inconveniente	3
Incontinência verbal ou inadequação de linguagem	3
Recusa de atendimento ou trato descortês	8
Parcialidade	1
Abuso dos poderes do cargo	12
Atos de improbidade administrativa	462
Infrações ambientais	266
Violações a direitos do consumidor	176
Violações a direitos da cidadania	237
Violações a direitos da infância e idosos	99
Infrações penais diversas	210
Outros	79
Elogio	34
Desempenho funcional	11
Presteza no atendimento	11
Iniciativas judiciais	2
Iniciativa administrativa ou extrajudicial	6
Definição de políticas e prioridades	1
Posicionamento político-institucional	3
Pedido de informação	843
Iniciativas e procedimentos	25
Situação de processos	47
Órgãos e serviços do Ministério Público	217
Órgãos e serviços externos	122
Consultoria jurídica de interesse pessoal	361
Consultoria jurídica de interesse coletivo	58
Outros	13
Sugestão e comentário	40
Posicionamento político-institucional	6
Adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais	20
Alteração de rotinas e procedimentos	4
Outros	10
Outros	56
Origem das Manifestações	
Parlamentares	5

Administradores Públicos	2
Integrantes do Ministério Público	3
Integrantes do Judiciário	3
Profissionais liberais	565
Estudantes	219
Entidades civis ou sindicais	13
Servidores públicos	541
Imprensa	13
Empresários	121
Aposentados	91
Estrangeiros	2
Qualificação não-informada	313
Fontes anônimas	205
Outras	661
Setores-alvo das Manifestações	
Procuradoria-Geral	7
Colégio de Procuradores e CSMP	3
Corregedoria-Geral	1
Procuradorias de Justiça	6
Ouvidoria	154
Promotorias de Justiça	254
Comissão de concurso	13
Centros de Apoio	34
Outros Órgãos do MPSC	66
Órgãos Federais	168
Órgãos Estaduais	549
Órgãos Municipais	637
Pessoas jurídicas privadas	530
Pessoas físicas	265
Outros	70
Encaminhamento das Manifestações	
Arquivada por impertinente	300
Devolvida para envio a outros Órgãos externos	236
Remetidas ao Corregedor-Geral	19
Remetidas a outros Órgãos do MPSC	1.274
Remetidas ao Procurador-Geral de Justiça	3
Solucionadas pela Ouvidoria	896
Em análise	29

8.3 Dos Centros de Apoio Operacional



8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações recebidas para apoio a Órgãos de execução	403
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	2
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	322
Pesquisas realizadas	53
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	13
Palestras ministradas	7
Eventos promovidos	2
Participações em reuniões	62
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	6
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	61
Ofícios, e-mails e fax expedidos	484
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.458
Pessoas atendidas (do público externo)	45
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	25

8.3.1.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da moralidade administrativa ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção e da repressão dos atos de improbidade administrativa.

8.3.1.2 Repressão de atos de improbidade administrativa

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas de forma intensificada, visando à integração com o Tribunal de Contas do Estado, com a Assembleia Legislativa, com o Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo e com as Câmaras de Vereadores, no sentido de serem ampliadas as fontes alimentadoras da Instituição a fim de, especialmente, coibir as fraudes em procedimentos licitatórios; o enriquecimento ilícito de agentes públicos; os desvios de verbas públicas e gastos indevidos; a ilegalidade no recebimento de honorários de sucumbência por parte dos procuradores municipais, com vistas à cessação de irregularidades e à reversão ao erário das quantias recebidas indevidamente; o superfaturamento de obras, produtos e serviços; as fraudes em concursos públicos; os desvios de finalidade e o abuso de poder; as contratações irregulares de funcionários; e a publicidade irregular e a doação indevida de bens imóveis por parte de entes públicos.

8.3.1.3 Programas e ações

O CMA gerencia o Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público no Estado de Santa Catarina, iniciado em 1º de junho de 2006, através do Inquérito Civil n. 2/2006, da Procuradoria-Geral de Justiça, que visava a efetuar diagnóstico no âmbito municipal e identificar os casos de nepotismo. Após identificado os casos de nepotismo no serviço público municipal, tanto no âmbito do Executivo quanto no Legislativo, a efetivação do Programa teve como desdobramento nas Comarcas do Estado a formatação de Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas. Esses Termos visam à exoneração dos cargos comissionados configuradores do nepotismo, bem como impelem os poderes municipais para legislarem sobre a matéria, nos termos propostos no TAC, ou em caso de não-ajustamento, o aforamento de ações civis públicas, com a exoneração e a proibição de novas contratações. Até o momento, alcançou-se os seguintes objetivos (informações baseadas no material enviado pelos Promotores de Justiça):

- a) Ações Cíveis Públicas Ajuizadas contra o Poder Executivo: 64;
- b) Ações Cíveis Públicas Ajuizadas contra o Poder Legislativo: 37;
- c) Termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Poder Executivo: 145;
- d) Termos de Ajustamento de Conduta firmados com o Poder Legislativo: 116;
- e) ICs e PAPs instaurados: 192; e
- f) Arquivados (ICs e PAPs): 46.

No âmbito estadual, com a edição da Súmula Vinculante n. 13, pelo Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu situações caracterizadoras de nepotismo, o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa procedeu vários estudos e reuniões com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como com técnicos do Tribunal de Contas do Estado, assessorando o senhor Procurador-Geral de Justiça na expedição da Recomendação/Orientação – Nota Técnica n. 001/2008 – PGJ/CMA/SC. Também, em 10 de novembro de 2008, o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa elaborou e remeteu a todos os Órgãos de execução a Nota Técnica n. 001/2008 – MPSC/CMA, que trata da aplicação da referida súmula vinculante.

8.3.1.4 Aspectos qualitativos

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa vem dando continuidade ao apoio aos Órgãos de execução, visando à prevenção da improbidade administrativa e a efetiva repressão aos atos de improbidade, primando sempre pelo rápido atendimento das demandas pontuais que os Promotores de Justiça se deparam no dia-a-dia da atividade desenvolvida na Comarca.

Nessa linha de atuação, foram efetivadas algumas ações que atendem o pré-estabelecido no Plano Estratégico das Regiões 2008. Destacam-se:

a) a realização do Seminário Licitações, Aspectos Práticos na Identificação de Fraudes, nas datas de 15 e 16 de maio de 2008, coordenado, organizado e apoiado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa;

b) a assinatura do Termo Aditivo 02/2008, entre o MP/SC e TCE/SC, através do qual é disponibilizado aos Membros do Ministério Público Estadual que atuam na defesa do patrimônio público o acesso (senhas) ao sistema e-Sfinge; e

c) a realização, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, nos dias 16 e 17 de outubro de 2008, com a participação de vários Membros do MP/SC, do Seminário “Combate às Irregularidades na Administração Pública”.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, através da coordenação do Centro de

Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, participou, ainda, de reunião do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos), na Comissão de Combate à Corrupção, que ocorreu na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, nos dias 29 e 30 de maio de 2008. Na Defesa da Moralidade Administrativa, vale mencionar, também, a constante atualização e revitalização das páginas do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, na Internet e na Intranet, onde constam materiais de apoio, acesso ao sistema e-sfinge e íntegra do Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público no Estado de Santa Catarina, além das palestras e vídeos do Seminário “Licitações - Aspectos práticos na identificação de fraudes”.

Por fim, cabe registrar que, no mês de dezembro de 2008, o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa participou e articulou a participação de Membros do Ministério Público Estadual em seis reuniões regionais, nas Sedes de Secretarias de Estado do Desenvolvimento, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado, em face das enchentes ocorridas em novembro de 2008, em Santa Catarina.

Em relação aos aspectos qualitativos dos Órgãos de execução, no âmbito da Moralidade Administrativa, destacam-se:

I) a intensificação da fiscalização de processos licitatórios, nas Comarcas, com a efetivação das seguintes medidas: a) instauração de 23 PPs; b) instauração de 15 Inquéritos Cíveis; c) celebração de um TAC; d) proposição de 15 ACPs; e) proposição de duas Ações Cautelares inominadas; e f) proposição de uma Ação de Busca e Apreensão; e

II) a fiscalização de processos seletivos e concursos públicos, nas Comarcas, com a efetivação das seguintes medidas: a) instauração de 26 PPs; b) instauração de nove Inquéritos Cíveis; c) celebração de quatro TACs; d) encaminhamento de uma Recomendação; e) proposição de 24 ACPs; f) proposição de duas Ações Cautelares de Busca e Apreensão.



8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de Apoio a Órgãos de execução recebidas	2.180
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	2130
Pesquisas realizadas	2.193
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	381
Palestras ministradas	5
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	124
Participação em audiências públicas	1
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	21
Participação em Órgãos externos representando a Instituição	10
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.675

Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.543
Pessoas atendidas (do público externo)	41
Contrarrazões em recurso de apelação (art. 600, § 4º, CPP)	650
Outras atividades de apoio	5
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	8

8.3.2.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A política de atuação do Ministério Público na área criminal, sustentada pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, no ano de 2008, manteve como prioridade a orientação e subsídio técnico e operacional nos campos programados no PGA, naturalmente, com suporte aos casos específicos encaminhados pelas Promotorias de Justiça Criminais.

8.3.2.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela acima, foram realizadas as seguintes atividades na área criminal, relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate ao Tráfico de Drogas: o presente Programa nasceu da necessidade da eleição de uma prioridade no âmbito da persecução penal, diante do agigantamento da criminalidade, em contraste com a formalidade da estrutura estatal de defesa da segurança pública. A prática do tráfico de entorpecentes induz ao cometimento de vários outros crimes que dele são oriundos e afronta não só a saúde pública, mas também a vida, o patrimônio alheio, a administração pública, o sistema financeiro e econômico e a correção da atividade policial, o que se constitui num mal que atinge a cidadania, leva à marginalização e compromete o desenvolvimento social. Ademais, o tráfico de entorpecentes se alastra de maneira estrutural e organizada pelo Estado, de modo que a atuação do Ministério Público não deve resumir-se às ações isoladas. Exige coleta e tratamento centralizado de informações, além de metodologia específica de promoção e acompanhamento das ações penais sobre a questão para uma melhor eficiência. Não bastasse, a eficácia da atuação institucional depende da participação conjunta, organizada, harmônica e metodológica dos Promotores de Justiça, no compartilhamento de informações e troca de experiências de inteligência. Em suma, dessas premissas nasceu a necessidade de um programa específico, com o objetivo de proporcionar ações mais efetivas no combate ao tráfico de drogas;

a.1.1) Ações: foi propiciado aos Promotores de Justiça que acionaram o Centro de Apoio Operacional Criminal suportes técnicos e práticos e foram encaminhados ao GECOC casos específicos que envolveram macrocriminalidade. Foram realizadas operações de combate, com apoio das estruturas Institucionais internas e Policiais do nosso Estado, que resultaram em prisões e no desmantelamento de quadrilhas criminosas;

a.2) Programa de Acesso e Compartilhamento de Dados e Informações: visa a desenvolver, prioritariamente, as atividades de coleta e busca de dados de inteligência, estabelecendo os canais de ligação formais e informais, que permitam o acompanhamento e a investigação de temas, dentre os quais o crime organizado, o narcotráfico e os delitos conexos, a violência urbana e rural, as estruturas de segurança pública e ameaças potenciais a instituições democráticas e à sociedade. O compartilhamento de dados com os diversos órgãos detentores de informações úteis a auxiliar o Ministério Público na investigação criminal é medida que se impõe para o êxito no desempenho da

função de persecução penal.

Nesse contexto, buscou-se a manutenção e ampliação de convênios com diversas instituições de modo a ser disponibilizado o acesso às informações aos Membros do Ministério Público. Concedido o acesso, o Centro de Apoio Operacional Criminal ou as instituições conveniadas encaminham as senhas aos Procuradores e Promotores de Justiça interessados, que poderão fazer as consultas diretamente ou por meio de senha do Centro de Apoio Operacional Criminal. Há de se registrar que, com a criação do Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas, pelo Ato n. 415/PGJ/2008, o presente programa deixou de ser realizado pelo Centro de Apoio Operacional Criminal e passou a ser de responsabilidade daquele;

a.2.1) Ações: no primeiro semestre de 2008, foram acrescentados ao Programa de Acesso a Dados e Informações Compartilhadas os acessos ao Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP. Por meio do convênio n. 4559/2008-4, todos os Membros do Ministério Público passaram a ter, mediante solicitação e prévio cadastramento, acesso à base de dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, notadamente no que diz respeito aos serviços de Identificação Civil e Criminal, veículos, armas, movimentação penal e consulta aos registros de Mandados de Prisão, indiciamentos e Boletins de Ocorrência.

Ainda no primeiro semestre, foram iniciadas as tratativas com o Departamento de Administração Prisional – DEAP para que o Ministério Público catarinense passe a ter acesso ao sistema informatizado daquele órgão. Muito embora a consulta à movimentação de presos já esteja disponibilizada no SISP, a consulta à base de dados do DEAP, que é muito mais completa e possui recursos de pesquisa mais específicos, possibilitará ao Centro de Apoio Operacional Criminal prestar apoio aos Promotores de Justiça atuantes na Execução Penal de forma muito mais efetiva.

No segundo semestre de 2008, foram iniciadas tratativas com o Comando-Geral da Polícia Militar para que o Ministério Público catarinense passe a ter acesso ao sistema informatizado daquele órgão. No referido sistema poderão ser consultados todos os dados referentes às ocorrências atendidas pela Polícia Militar em todo o Estado de Santa Catarina, com ênfase nos chamados Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados, além de franquear acesso aos procedimentos disciplinares em curso junto à Corregedoria da Polícia Militar.

Também, no final do segundo semestre, foi iniciado o processo de recadastramento dos usuários da Rede Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Infoseg. Devido a problemas relacionados com o acesso de pessoas não-autorizadas às informações consignadas na Rede Infoseg, a Coordenação Nacional determinou a realização do recadastramento de todos os usuários do sistema que, a partir de agora, necessitarão firmar termo de compromisso de uso e guarda das informações da Rede;

a.3) Programa Execução Regular da Pena: o presente Programa visa a propiciar suporte técnico-jurídico aos Promotores de Justiça com atribuição junto às varas de execuções penais, no intuito de exercerem a fiscalização do sistema prisional, com o objetivo de ter o correto cumprimento das penas impostas pelos Juízos de Execução Penal do Estado de Santa Catarina e das normas relativas ao encarceramento, contribuindo, assim, para a reinserção do egresso à sociedade. Além do apoio direto dos Coordenadores desse Centro aos Promotores de Justiça titulares de Promotorias com atuação em Juízos de Execução Penal, quando solicitado, com o intuito de solucionar extrajudicialmente impasses surgidos, também foram encaminhados modelos de peças para ingresso com ações judiciais próprias;

a.3.1) Ações: foram elaborados estudos pelo Centro de Apoio Operacional Criminal referentes a temas polêmicos solicitados por Promotores de Justiça com atribuição na execução penal, bem como encaminhado modelos de ações civis públicas e outras peças processuais. Na comarca da Capital, a pedido do Promotor de Justiça com atribuição na execução penal, foram realizadas inspeções, em conjunto com o Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais, nas seguintes unidades

prisionais: Penitenciária do Estado de Santa Catarina; Presídio Masculino da Capital; Hospital de Psiquiatria e Custódia da Palhoça, Presídio Feminino da Capital; e Colônia Agrícola da Palhoça;

a.4) Programa de Execução do Controle Externo da Atividade Policial: objetiva implementar ações ordenadas, no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento da atividade policial, bem como buscar uma maior integração entre o Ministério Público, como órgão de controle externo, e os órgãos policiais encarregados do controle interno, com o propósito de melhorar os níveis de cooperação e solidariedade funcional entre as instituições policiais e o Ministério Público e potencializar a efetividade da Justiça.

Nesse sentido, houve, no segundo semestre de 2008, a participação em reuniões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais para discussão do Projeto “ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO”, elaborado pela Comissão Preparatória de efetivação do Controle Externo da Atividade Policial do CNPG, com o objetivo de desenvolver ações aptas a uma atuação sistemática voltada para o exercício do controle externo da atividade policial;

a.5) Programa de Proteção à Vida: busca dar suporte operacional específico aos Promotores de Justiça que atuam na área criminal, oferecendo estudos, cursos de aperfeiçoamento, apoio humano via Núcleo criado para atender certas demandas, bem como efetuar levantamento de dados para análise da situação estadual do combate a essa leva criminal;

a.5.1) Ações: foi realizado, no primeiro semestre, curso de aperfeiçoamento dividido em quatro módulos, um por mês, denominado JÚRI: TEORIA E PRÁTICA. No segundo semestre, foi oficiado ao Instituto Geral de Perícias e, em seguida, à Secretaria Estadual de Saúde, buscando informações quanto à existência de Serviços de Verificação de óbito em nosso Estado para fins de estatística e estudo;

b) Campanhas:

b.1) Campanha DIREÇÃO + ÁLCOOL É CRIME – Um alerta em defesa da vida: a nova lei, que prevê a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação por 12 meses ao motorista flagrado na direção sob influência de álcool e a possibilidade de ser denunciado à Justiça por crime, caso o teor alcoólico seja superior a 0,3mg por litro de ar expelido (bafômetro) ou 6dg por litro de sangue (exame sanguíneo), entrou em vigor com o objetivo de reduzir o grande número de mortes registradas no trânsito em todo o País. No entanto, a sociedade ainda desconhece as consequências práticas da nova lei, que entrou em vigor sem uma campanha de esclarecimento ou sem um projeto de educação para o trânsito.

Por outro lado, há uma contrariedade da população com a nova lei, em razão da mudança de hábitos provocada, visto que sua aplicação impede ao motorista até mesmo o consumo de um copo de bebida durante uma refeição, por exemplo. Considerando-se que a Capital catarinense é cidade turística, e que os bares, restaurantes e estabelecimentos afins da cidade são parte dos atrativos aos visitantes, onde há consumo de bebida alcoólica, entende-se como necessário um debate acerca de uma alternativa de transporte que permita ao cidadão conciliar suas atividades de lazer com o cumprimento na nova lei. Nesse contexto, compete ao Ministério Público não apenas o papel de repressor, de buscar a punição dos motoristas infratores, mas também de orientador e mediador, na busca de uma alternativa viável que possa oferecer lazer sem riscos ao cidadão;

b.1.1) Ações: foram desenvolvidas, no segundo semestre, atividades preventivas, educativas e repressivas, visando a coibir a prática de crimes de trânsito, principalmente de embriaguez ao volante, tais como: blitz; reunião com organismos públicos e privados para debater alternativa de transporte no período da noite e da madrugada; blitz educativa para distribuição de adesivos e panfletos, com orientações nas Comarcas da Capital, Curitiba, Campos Novos, Jaraguá do Sul,

Blumenau e Seara; e reunião do Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito, onde foi apresentada a campanha para realização de atividades em conjunto.



8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	435
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	17
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	3.349
Pesquisas realizadas	4.298
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	232
Eventos promovidos	3
Participação em reuniões	61
Participação em audiências públicas	2
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	13
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	32
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.143
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.702
Pessoas atendidas (do público externo)	10
Outras atividades de apoio	225
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisiva	25

8.3.3.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da ordem tributária ocorreu, prioritariamente, na continuidade da articulação entre o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e as Promotorias de Justiça, com os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, com o Ministério Público Federal e a Secretaria da Receita Federal, objetivando uma efetiva repressão às infrações penais tributárias.

8.3.3.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já descritos, foram realizadas as seguintes ações na área da ordem tributária:

a) Programas:

a.1) Programa de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária: tem por objetivo diminuir

a supressão e a redução ilegais de tributos municipais e estaduais, com o incremento do número de ações penais deflagradas. Nesse sentido, e considerando o Plano Estratégico das Regiões de 2008, o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária tem por iniciativa estratégica a “Redução das Fraudes Fiscais”, por objetivo a “Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária” e como objetivos específicos “Reprimir a Sonegação Fiscal Decorrente da Prática de Fraude” e “Elaboração de Mecanismos para Combate à Sonegação Fiscal no Âmbito Municipal”;

b) Atividades:

b.1) Promoção de monitoramento e gestão junto ao Conselho Estadual de Contribuintes para a agilização dos julgamentos dos processos administrativos com repercussão na esfera penal. Este Centro de Apoio atingiu a meta de 100% e ainda realizou levantamento estatístico qualitativo e quantitativo, nas decisões proferidas pelo Conselho Estadual de Contribuintes - CEC, relativo aos anos de 2005 a 2008, pelo Sistema de Administração Tributária - SAT, da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, o que resultou num total de aproximadamente **4.920** notificações analisadas e **1.610** notificações fiscais remetidas às Comarcas com atribuição para combater à sonegação fiscal. Tais lançamentos de tributos estaduais visam ao incremento das ações penais tributárias nas Comarcas de Lages, Xaxim, Maravilha, Xanxerê, Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Abelardo Luz, São Domingos, Guabiruba, Brusque, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, São João Batista, Itapema, Penha, Tijucas, Tubarão, Presidente Getúlio, Rio do Oeste, Rio do Sul, Videira, Rio Fortuna, Tangará, Blumenau, Rodeio, Apiúna, Indaial, Timbó, Pomerode, Ascurra, Gaspar, Herval do Oeste, Campos Novos, Santa Cecília, Concórdia, Fraiburgo, São José, Florianópolis, Tangará, Videira, Araquari, Joinville, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Itapoá, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Canoinhas, São José do Cedro, Ponte Serrada, Lebon Régis, Capinzal, São Miguel do Oeste, Caçador, Itaiópolis, Dionísio Cerqueira, Bom Retiro, Trombudo Central, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Joaçaba, Alfredo Wagner, Correia Pinto, Otacílio Costa, Campo Belo do Sul, Urubici, São Joaquim, São José do Serrito, Mafra e Criciúma, que totalizaram o valor de **R\$ 830.224.607,39** (oitocentos e trinta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e sete reais e trinta e nove centavos), correspondentes à quantia que deixou de ser arrecadada pelo Estado de Santa Catarina por conta da evasão fiscal;

b.2) Incremento no ajuizamento de ações penais. Houve um incremento de **14,1%** no ano de 2008, em relação ao ano anterior, com a proposição de **949** ações penais, em **43** Comarcas do Estado, considerando o Relatório da Corregedoria-Geral do MP/SC e as informações fornecidas pelas Promotorias Regionais de Blumenau, Criciúma e Itajaí, o que envolve um total sonegado de **R\$ 112.494.212,33** (cento e doze milhões quatrocentos e noventa e quatro mil e duzentos e doze reais e trinta e três centavos). Merece destaque, ainda, o controle desenvolvido pela Promotoria Regional de Joinville e pela Promotoria Especializada da Capital, que mensuraram, durante o ano 2008, as quantias que retornaram aos cofres públicos em razão (por efeito reflexo) do combate à sonegação fiscal: um total de **R\$ 6.810.170,13** (seis milhões, oitocentos e dez mil e cento e setenta reais e treze centavos);

b.3) Criação de quatro Promotorias Regionais com atribuição na ordem tributária. Hoje o Ministério Público do Estado de Santa Catarina dispõe, na sua estrutura nas Comarcas, de sete Promotorias de Justiça Especializadas e com atribuição exclusiva no combate aos crimes cometidos contra a ordem tributária. Com exceção da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, seis delas têm abrangência regional;

b.4) Fortalecimento da parceria com o Fisco Estadual. Foram realizados seis importantes encontros com representantes da Secretaria de Estado da Fazenda. Apoiou-se a implementação de ferramentas tecnológicas (*hardware* e *software*) de inteligência para investigação de fraudes

tributárias;

b.5) Combate à pirataria, à falsificação e à fabricação com reflexos tributários estaduais. No mês de julho de 2008, o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT), com desígnio de cumprir suas funções na defesa da ordem tributária, especialmente no combate aos crimes contra a ordem tributária e nos reflexos tributários da falsificação de produtos com violação de direitos autorais, planejou o desencadeamento da operação denominada “*Tempestade no Deserto*”, realizada nos três comércios populares (camelôs) da cidade de Balneário Camboriú, que resultou na vistoria de 148 lojas e mercadorias apreendidas avaliadas em R\$ 3 milhões.

O combate à pirataria por parte do Ministério Público advém de uma diretriz nacional oriunda do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, por meio do GNCOC - Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, que possui como foco, muito além do que a simples repressão à falsificação de marcas, o verdadeiro combate às organizações criminosas que atuam no ramo, imbricados com o trabalho escravo, o tráfico de drogas, medicamentos, armas e munições, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. Ressalta-se que foram vários dias de planejamento, que levaram em conta primordialmente a preservação do sigilo como premissa para a eficácia da ação estratégica, o que possibilitou a aproximação das instituições com interesses afins, preparando a elaboração das peças jurídicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho e garantia dos direitos individuais, a logística para o dia da operação em 24 de julho de 2008, em razão da expectativa do grande número de mercadorias apreendidas e, por fim, a organização minuciosa da operação que envolveu mais de 300 pessoas, entre agentes e colaboradores de todas as instituições. No Dia Nacional de Combate à Pirataria (3 de dezembro), o Ministério Público, com o intuito de intensificar o combate à pirataria, em parceria com as Polícias Civil e Militar, Receita Federal e Secretaria de Estado da Fazenda lançou uma campanha de conscientização e criou um grupo de repressão e combate para desenvolver ações e subsidiar as Promotorias de Justiça;

b.6) Outras atividades de apoio: em 2008, por meio do acesso ao Sistema SIARCO da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC e pelo Banco de Dados da Rede Receita, o Centro de Apoio conseguiu atender **376** solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e Procuradoria de Justiça Criminal com atribuições na ordem tributária, que resultaram na extração de **1.785** contratos sociais e extratos cadastrais de empresas situadas no Estado e **89** informações de endereço de pessoas físicas e/ou jurídicas, todas remetidas aos Órgãos de execução para instrumentalizar peças e subsidiar investigações. Também, fez um apanhado de peças processuais e extraprocessuais desenvolvidas pelos Promotores de Justiça das mais diversas Comarcas do Estado, a fim de disponibilizá-las na intranet do portal do Ministério Público de Santa Catarina, dando continuidade à socialização e ao compartilhamento de conhecimentos a partir do ambiente virtual. Além disso, foi executado por este Centro de Apoio: I) a criação de rotinas de atuação, que visem a facilitar a propulsão dos trabalhos nas Promotorias de Justiça com atribuições na ordem Tributária, com cinco sugestões para adoção de providências na busca de informações nas 15 Gerências Regionais da Fazenda Estadual; II) a confecção de uma coletânea com cinco informativos jurídicos 2007/2008 distribuídos aos Membros do Ministério Público; III) a realização de um CD sobre o evento “Encontro Nacional de Promotores de Justiça da Defesa da Ordem Tributária” remetido aos participantes; IV) o encaminhamento de cartilha sobre o tema substituição tributária, elaborada pela SEF/SC; e V) a entrega da obra intitulada “Crimes Contra a Ordem Tributária – Medidas Acautelatórias”, de autoria do Dr. Áureo Rogério Gil Braga e Renato Vinhas Velasques, às Promotorias Regionais da Ordem Tributária.

Por fim, merece destaque o **VI ENAP – Encontro Nacional de Promotores de Justiça de Defesa da Ordem Tributária**, que ocorreu em novembro de 2008 na cidade de Florianópolis e reuniu Promotores de Justiça de 16 Estados do País, Auditores Fiscais da Receita Estadual e Federal, Gerentes de Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda e Assistentes de Procuradorias e Promotorias de Justiça, com debates sobre as consequências da sonegação, métodos de atuação

para reduzir fraudes e casos de não-recolhimento de tributos, etc. Naquela oportunidade, os Promotores e Procuradores de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, após os debates acerca dos temas propostos para o encontro, e considerando a obrigação constitucional do Ministério Público Brasileiro de defender a ordem tributária do País; a essencialidade dos tributos para a realização das obrigações Constitucionais do Estado e a necessidade de combate às ações criminosas que visam a suprimir ou reduzir esses recursos; os obstáculos opostos pela legislação brasileira para uma eficaz atuação do Ministério Público na defesa da ordem tributária nacional; e a disposição dos Promotores e Procuradores de Justiça que atuam nessa área, de continuarem a luta de investigação e de reponsabilização criminal dos agentes desses delitos, resolveram aprovar a **CARTA DE FLORIANÓPOLIS**, na qual reafirmam sua determinação de intensificar a defesa da ordem tributária nacional, de atuar no âmbito judicial, administrativo e político, de forma coordenada e padronizada, respeitadas as peculiaridades de cada Estado, e de envidar as ações necessárias para a defesa plena dos interesses maiores da sociedade brasileira, especialmente pela realização das ações especificadas na Ata do evento.

8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)



O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	822
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	80
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	218
Pesquisas realizadas	167
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	137
Palestras ministradas	6
Eventos promovidos	5
Participação em reuniões	31
Participação em audiências públicas	2
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	11
Participação em Órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	57
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	3.575
Ofícios, e-mails e fax expedidos	1.335
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.931
Pessoas atendidas (do público externo)	974
Outras atividades de apoio	1.405
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	23

8.3.4.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude ocorreu nos três eixos que constituem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e Juventude, ou seja, em campos que contemplam a promoção, o controle social e a defesa e responsabilização.

8.3.4.2 Promoção de direitos

Deu-se continuidade às Políticas Sociais Básicas voltadas à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, por meio da implantação ou operacionalização e avaliação dos programas, das ações, dos projetos e das atividades já existentes:

a) Programa de Combate à Evasão Escolar e Garantia de Permanência e Sucesso Escolar (APÓIA) – Aviso por Infrequência de Aluno;

b) combate à exploração sexual infanto-juvenil, com apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto- Juvenil e à operacionalização, em Santa Catarina, do Disque-Denúncia 100, serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes;

c) oferta de medicamentos e suplementos alimentares para os portadores de mucoviscidose e ao funcionamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional e de notificação compulsória da desnutrição grave em crianças de até cinco anos (SISVAN);

d) Programa de Aviso por Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes (APOMT) - Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-tratos;

e) Programa de Facilitação e Estímulo para o Aumento das Contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIAR Cidadania);

f) oferta de exame de DNA, com a implementação do Programa de DNA em audiência de Santa Catarina (PRODNASC), gerido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

g) Programa de Inclusão Digital – Rede Digital Educativa Pró-Infância e Adolescência (Rede Piá), em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal;

h) organização, mediante a capacitação de todos os atores, das redes de atendimento e proteção aos interesses das crianças e dos adolescentes nos Municípios Catarinenses; e

i) mobilização dos Promotores de Justiça da Infância para garantia dos direitos das crianças e adolescentes, através da identificação de questões com alcance regional ou estadual e do consequente estudo das soluções viáveis, a serem alcançadas através de farto subsídio, consistente em peças processuais e extraprocessuais elaboradas pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CIJ.

8.3.4.3 Controle social

Deu-se continuidade à implementação das Políticas de Proteção Especial, por meio de programas, ações, projetos e atividades para o atendimento às crianças e aos adolescentes vulnerabilizados por ameaças ou violações a seus direitos, como drogaditos, portadores de necessidades especiais e vítimas de violência, e que visem, notadamente:

a) à articulação das ações necessárias à inclusão de alunos portadores de deficiência na rede regular de ensino;

b) à adequação das entidades de abrigo, em atenção ao preconizado nos artigos 90 a 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da promoção da fiscalização, da avaliação e do reordenamento operacional de tais entidades (Programa Família - O Melhor Abrigo);

- c) à avaliação da estrutura e do funcionamento dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos, a fim de viabilizar as ações necessárias ao seu adequado funcionamento;
- d) ao fornecimento de subsídios e de apoio para auxiliar e fomentar a atuação do Promotor de Justiça na formulação de políticas municipais de atenção à criança e ao adolescente, especialmente na elaboração dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais;
- e) à implantação e à operacionalização do banco de dados com acesso ao acervo do Centro de Apoio ao Promotor de Justiça e a promoção do intercâmbio das informações necessárias à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes; e
- f) à articulação, com foco no fortalecimento e na organização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como do Fundo Estadual da Infância e Juventude, de forma a ser regularizado o amplo funcionamento de ambos.

8.3.4.4 Defesa e responsabilização

Deu-se continuidade à implementação das Políticas Socioeducativas, por meio de programas, ações, projetos e atividades que visem:

- a) à fiscalização dos Centros de Internação Provisória e Centros Educacionais Regionais e do sistema de execução das medidas socioeducativas a fim de avaliar a sua adequação às diretrizes preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, a capacidade de atendimento e sua adaptação à demanda atualizada e a manutenção dos convênios para execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
- b) ao atendimento de adolescente autor de ato infracional que seja dependente de substâncias químicas, estendendo esse atendimento aos seus familiares, quando apresentarem a mesma dependência, por meio de aplicação de medidas de proteção (Justiça Terapêutica);
- c) ao fornecimento de assessoria técnica em ciência psicológica nos procedimentos extrajudiciais e judiciais de crianças e adolescentes em violação de seus direitos e em conflito com a lei (PAPSI); e
- d) à articulação junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de readequar a Secretaria de Estado, na qual está vinculada a gestão da execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, de forma a conferir caráter educativo a tais medidas.

8.3.4.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades e dos resultados descritos na tabela constante do item 8.3.4, pode-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades abaixo relacionadas:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Evasão Escolar (APÓIA): visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, para que concluam o ensino fundamental, bem como promover o regresso à escola de crianças e adolescentes que a abandonaram sem concluir o ensino fundamental. A manutenção do programa é contemplada na segunda etapa, de avaliação e reformulação, com ênfase no aspecto qualitativo do ensino.

Em seu oitavo ano, foram mantidas as ações já desencadeadas, destacando-se: a) apoio aos Promotores de Justiça para implantação das equipes multidisciplinares nas Comarcas para atendimentos dos casos de evasão escolar; b) análise de estratégias para implantação do Programa APÓIA *on line*, visando parceria através de ações integradas com a Secretaria de Estado da Educação

(Programa Série Escola) e Prefeituras Municipais; c) análise de estratégias para revisão dos currículos escolares e o incremento do período escolar nas Comarcas do Estado, notadamente da Região Sul; d) Elaboração de relatório acerca dos Conselhos Tutelares participantes (com emissão de relatório semestral ao CIJ), no período de 2004-2007, que constatou, por exemplo, a participação de 6% (seis por cento) de Municípios em todos os semestres.

Foram encaminhados materiais de divulgação e capacitação, conforme solicitações, sendo 30 cadernos e 15 cartazes para atender às Comarcas de Araquari, Campo Belo do Sul e Porto Belo. Ainda, com relação ao Programa, destaca-se que, das atividades extrajudiciais desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, em 2008, foram registrados 883 Avisos por Infrequência Escolar, sendo que desses, 520 retornaram à escola e 242 não retornaram, conforme dados da Corregedoria-Geral de Justiça. Já os resultados das atividades desenvolvidas pelos Conselhos Tutelares, conforme informações por eles prestadas referentes ao primeiro semestre de 2008, foram registrados 3.989 avisos, sendo que desses, 3.276 retornaram à escola e 580 não retornaram. No segundo semestre, ainda não foram obtidos dados acerca dos casos atendidos pelos Conselhos Tutelares;

a.2) Programa de Aviso por Maus-tratos contra Criança ou Adolescente (APOMT): visa a implantar em todo o Estado de Santa Catarina um Sistema Unificado de Aviso Compulsório de Maus-tratos contra Criança e Adolescente, por meio do uso de um formulário padronizado de notificação expedido pelos parceiros executores, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei n. 8.069/1990.

Durante o ano de 2008, foram mantidas tratativas com o Tribunal de Justiça a fim de compor parceria no sentido de informatizar o sistema unificado através da migração automática de alguns dados do Sistema de Automação Judiciária – SAJ para o Banco de Dados do CIASC, responsável pelo armazenamento das informações relacionadas a maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes. Além disso, foram encaminhados materiais de divulgação e capacitação, o que totalizou 15 cadernos, para atender a Comarca de Araquari. Conforme dados extraídos do Banco disponível na intranet, os números de casos registrados no ano de 2008 foram de 262 Avisos por Maus-tratos, não incluídos aqueles que ainda se encontram em tramitação nos Conselhos Tutelares, num total de 2.794 avisos desde o seu início;

a.3) Programa FIAR – Cidadania: visa a estimular e facilitar as contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) no Estado de Santa Catarina. Dentre as atividades realizadas no primeiro semestre de 2008, destacam-se: a) atendimento às solicitações de apoio dos Promotores de Justiça com o encaminhamento de 10 (dez) pesquisas e subsídios; b) apoio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude com o encaminhamento de minuta de ofício recomendatório ao Município para que avalie o interesse e conveniência de elaborar e apresentar Projeto na área Infanto-Juvenil à Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH para captação de recursos federais a fim de desenvolver programas nas áreas de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – PRÓ-SINASE e Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Edital Conjunto SEDH/SPDCA e Conanda/FNCA n. 1/2008); c) Encaminhamento de ofício recomendatório ao Estado acerca do mesmo teor; d) apoio à Promotoria de Justiça da Comarca de Laguna, ao encaminhar expediente à Auditoria e Controle do Ministério Público solicitando subsídio para esclarecimentos quanto à real destinação do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) do Município de Laguna;

a.4) Programa Família – O Melhor Abrigo: visa a efetivar a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere às crianças e aos adolescentes abrigados, garantindo-lhes prioridade absoluta, de modo que nenhum direito venha a ser ameaçado ou violado por ação ou omissão do poder público, reexaminando e fiscalizando as entidades e os programas de abrigo no sentido de propiciar e assegurar o direito à convivência familiar.

Durante o ano de 2008, o Centro de Apoio continuou tratativas com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção para obtenção de acesso ao Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos (CUIDA) da CGJ/TJSC. Este acesso foi obtido no mês de outubro, sendo imediatamente liberado para todos os Membros do MPSC. Considerando-se que o acesso obtido ainda é limitado às informações mais básicas sobre abrigos e abrigados, a COTEC e o CIJ iniciaram elaboração, para lançamento em 2009, de um sistema exclusivo do MPSC que, além de importar em tempo real as três bases de dados do CUIDA, criará novos campos de dados e gerenciará todas as informações a partir de prioridades da atuação ministerial.

Destacam-se, ainda, as seguintes atividades realizadas no âmbito do Programa: a) encaminhamento aos Promotores de Justiça de modelo de ofício requisitando às Prefeituras o detalhamento da aplicação dos recursos provenientes de convênio celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, com objetivo de repassar recursos ao Fundo Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento do Programa de Proteção Social Especial, especificamente em regime de Abrigo, no ano de 2006. Essa ação visou a subsidiar atuação da Promotoria de Justiça na fiscalização da efetiva aplicação dos recursos conveniados às entidades de abrigo municipais; e b) encaminhamento de pesquisas e subsídios, especialmente sobre instalação ou regularização de abrigos, contabilizados em 13 atendimentos;

a.5) Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: criado em 2004, consiste na prestação de assessoria em ciência psicológica para os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, e tem objetivos diversificados, tais como: a) subsidiar a definição de medida socioeducativa mais adequada em adolescentes autores de ato infracional; b) avaliar situação de risco em crianças vítimas de violência; c) mediar criança ou adolescente, pais e escola para resolver evasão ou dificuldades escolares; d) mediar situação de conflito familiar intergeracional; e e) integrar equipe de atendimento em projetos de Justiça Restaurativa ou Terapêutica.

O programa vem se efetivando por convênios com 10 universidades catarinenses, as quais disponibilizam estagiários do curso de psicologia interessados no trabalho junto ao Ministério Público, especificamente no campo da psicologia jurídica, uma área emergente do exercício profissional do psicólogo. Há, também, convênio com uma fundação que viabiliza atendimento por profissionais formados. Ao longo de 2008, o programa apresentou atividades em três Comarcas: Chapecó (UNOCHAPECÓ); Lages (UNIPLAC) e Gaspar (UNIPSI), o que totaliza a expressiva quantidade de 813 atendimentos. No mês de julho, foi providenciada a renovação do Termo de Convênio n. 02/2006, entre o MPSC e a Fundação UNIPSI, para execução do Programa na Comarca de Gaspar e, possivelmente, em Comarcas vizinhas. Em Lages, houve iniciativa do MPSC em criar termo aditivo ao convênio n. 12/MP/2006 para viabilizar o trabalho de professor psicólogo vinculado à UNIPLAC para atendimento e supervisão de estagiários e bolsistas. Por fim, novos contatos foram feitos com outras Promotorias de Justiça e Universidades a fim de possibilitar a expansão do programa para Joaçaba e São Miguel do Oeste (UNOESC); Joinville (UNIVILLE); Rio do Sul (UNIDAVI); Concórdia, Mafra e Porto União (UnC); Criciúma (UNESC); Timbó, Pomerode e Indaial (UNIPSI). Foram também respondidos questionamentos, via *e-mail*, de profissionais interessados em trabalhar no Programa;

a.6) Programa de DNA em audiência de Santa Catarina (PRODNASC): em parceria com o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça (TJSC), a Secretaria de Estado da Saúde (SES), o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina (COSEMS.SC), a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Instituto Paternidade Responsável, visa a possibilitar às partes hipossuficientes, beneficiárias da assistência judiciária gratuita, a realização do exame de DNA para o reconhecimento de paternidade nos procedimentos administrativos e judiciais.

Iniciado em 2007, o programa prevê a disponibilização inicial de 1.500 kits por ano para a coleta de material genético e para a realização dos exames em audiências judiciais. De acordo com as informações disponíveis no site do TJSC, no primeiro semestre, foi disponibilizado um sistema de requisição e controle da quantidade de kits: sempre que a Secretaria de Saúde disponibilizar um novo lote de kits, a quantidade e o período de requisição serão atualizados e o sistema permitirá que o saldo de kits seja acompanhado instantaneamente.

Em 2008, destacam-se as seguintes ações: a) acompanhamento das informações prestadas pela Corregedoria-Geral de Justiça; b) pedido de informações à UDESC em Lages/SC, acerca de supostas irregularidades de seu laboratório, denunciado pelo Conselho Regional de Farmácia deste Estado; c) consulta à Corregedoria-Geral do Ministério Público acerca da possibilidade de referida coleta ser procedida extrajudicialmente nas Promotorias de Justiça (Cláusula Quarta, V, e Cláusula Oitava, I e II, do Termo de Convênio 36/2007), diante da limitada estrutura pessoal (em cotejo com a do Poder Judiciário) que apresentam muitas das Promotorias de Justiça, mormente as de entrância inicial e intermediária. Como retorno, a Corregedoria-Geral informou que a regulamentação da questão deve ser efetivada por Ato do Procurador-Geral de Justiça; e d) resposta à Consulta do CEDCA/PE, que solicitou informações sobre o Programa;

a.7) Programa de Inclusão Digital – Rede Digital Pró-Infância e Adolescência (Rede Piá): desenvolvido em parceria com o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR), o Estado de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e a Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC), visa a revitalizar as máquinas caça-níqueis apreendidas, transformando-as em equipamentos de informática para uso didático-pedagógico nas Escolas de Ensino Básico e Médio, das Redes Públicas Municipais e Estadual, e de organizações governamentais e não-governamentais de atendimento a comunidades carentes. A utilização desses equipamentos é exclusiva a alunos matriculados nas referidas escolas e a pessoas carentes. Para tanto, aos Promotores de Justiça compete, em especial, proceder ao encaminhamento jurídico da liberação dessas máquinas e ao acompanhamento de sua distribuição às instituições na Comarca.

Além da apresentação do programa e do termo de cooperação técnica n. 21/2007 firmado, foi disponibilizado aos Promotores de Justiça interessados a fim de subsidiar a sua implantação na Comarca: modelo do termo de adesão, roteiro de orientações para implementação, um resumo de atribuições de cada parceiro e as relações fornecidas pela AMPESC e ACADE com as Instituições de Ensino Superior no Estado.

Em 2008, o CIJ prestou, principalmente, os seguintes atos de apoio: a) resposta aos questionamentos das Promotorias de Justiça (30 atendimentos contabilizados); e b) comunicação às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, lembrando do prazo para que as Instituições de Ensino Superior e as Secretarias de Desenvolvimento Regionais prestem contas às Promotorias de Justiça. Dentre as Comarcas que já iniciaram as tratativas junto aos seus pretensos parceiros para a implantação do Programa, foram registradas adesões em sete Comarcas: Bom Retiro, Forquilha, Garuva, Itapema, Itajaí, Jaraguá do Sul e Guaramirim;

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil n. 01/06/CIJ, instaurado mediante Portaria n. 546, de 17 de fevereiro de 2006, nesta Procuradoria-Geral de Justiça, de âmbito estadual, para apurar as denúncias de maus-tratos, superlotação, insuficiência de vagas e o desvio de finalidade dos Centros de Internação Provisória e Centros de Educação Regional, responsáveis pela execução da medida socioeducativa de internação imposta aos adolescentes autores de atos infracionais.

Em 2008, o CIJ deu continuidade à juntada de documentos e tabulação das informações repassadas pelos Promotores de Justiça e demais Órgãos, como a alimentação do banco de dados

disponível na *intranet*, a fim de compor o relatório de diagnóstico acerca das instituições no Estado para a análise das providências a serem adotadas.

Além disso, elaborou-se um relatório que informou, principalmente: a) a apresentação de proposta ao governo estadual com sugestões de reformulação administrativa do Estado, no tocante à execução das medidas socioeducativas; b) a articulação para o fortalecimento da sociedade civil no CEDCA, diante da renúncia coletiva ocorrida no final de 2007; c) atos de apoio às ações ajuizadas na Comarca da Capital, que executaram o Termo de Ajustamento de Conduta de 1998;

b.2) Disque-Denúncia 100, antigo 0800 99 0500, serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes. Além da recepção, o serviço pretende acompanhar, monitorar, avaliar e remeter as denúncias para que sejam apuradas e sejam feitos os atendimentos das vítimas. O serviço está amparado legalmente pelo Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em 4 de fevereiro de 2004.

No ano de 2008, destaca-se a confecção de cartaz que divulgou o número 100 e a solicitação à Secretaria de Estado da Comunicação para impressão de 100.000 cópias, as quais foram, então, encaminhadas para todas as Promotorias de Justiça com atribuição na Infância, com vistas à distribuição para diversos estabelecimentos comerciais, em atenção ao disposto na Lei Estadual n. 14.365/2008 e Lei Federal n. 11.577/2007. Em setembro, o Centro de Apoio recebeu da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR) um volume considerável de cartazes em tamanho A3, fôlderes, adesivos e sacolas plásticas de divulgação do serviço Disque 100, os quais foram e continuarão sendo encaminhados às Promotorias de Justiça do Estado. A SEDH também encaminhou estatísticas detalhadas sobre as denúncias no Estado de Santa Catarina, discriminadas por ano e município, as quais foram reenviadas ao Geoprocessamento do MPSC para elaboração de mapa estadual da violência infanto-juvenil, que servirá para redefinição de políticas públicas em 2009. Ao longo de 2008, foram encaminhadas pelo Centro um total de 794 denúncias, sendo 40% de violência física e/ou psicológica, 30% de abuso sexual, 14% de exploração sexual e 13% de negligência, além de 3% de outros tipos. Caracterizou-se, assim, um aumento de 13,75% no total de denúncias recebidas em relação ao ano de 2007 (698 denúncias);

b.3) sistema de vigilância alimentar e nutricional para notificação compulsória da desnutrição grave em crianças (SISVAN), como atividade decorrente do termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, que originou o termo de convênio n. 22/2003, também assinado naquele ano e renovado em 4 de dezembro de 2003. O SISVAN objetiva monitorar o número de notificações e óbitos registrados por desnutrição grave de crianças de 28 dias até 59 meses em Santa Catarina e desenvolver ações articuladas por meio das Promotorias de Justiça para identificar e aplicar as medidas de proteção necessárias aos casos respectivos, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas adequadas para a atenção à saúde e ao direito à vida da população infanto-juvenil e de gestantes. Em 2008, foram confirmados 84 casos de desnutrição grave em Santa Catarina (um caso resultou em óbito), conforme tabela abaixo, a qual foi remetida a todas as Promotorias de Justiça responsáveis para que se promova o devido acompanhamento dos casos em parceria com os Conselhos Tutelares.

No quarto trimestre de 2008, foram feitos contatos com a DIVE/SES para renovação do Termo de Convênio n. 22/2003. A DIVE também buscou articulação com o CIJ, pois objetiva implementar, a partir de 2009, um sistema informatizado de notificação de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANTs), que incluirá a notificação de violência contra crianças e adolescentes. A articulação resultou na participação do psicólogo do Centro de Apoio em evento sobre DANTs realizado pela DIVE/SES, no mês de novembro;

Desnutrição Grave em Santa Catarina (2008):

Comarca	Casos confirmados
Florianópolis	30
Blumenau	14 (1 óbito)
Lages	5
Curitibanos	4
Itajaí	3
Rio Negrinho	2
Rio do Sul	2
Papanduva	2
Luzerna	2
Joinville	2
Araranguá	2
Vargem	1
São João do Itaperiú	1
Santa Terezinha	1
Porto Belo	1
Orleans	1
Monte Carlo	1
Matos Costa	1
Irineópolis	1
Irani	1
Indaial	1
Herval do Oeste	1
Forquilhinha	1
Capinzal	1
Bombinhas	1
Balneário Arroio do Silva	1
Agronômica	1
Total	84

b.4) a oferta de medicamentos e suplementos alimentares para portadores de mucoviscidose ou fibrose cística está legitimada pelo Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 12 de março de 1997. O referido termo obriga a Secretaria a fornecer, por sua Diretoria de Medicamentos Básicos, as exatas quantidades de medicamentos prescritas pelo médico da criança ou do adolescente portador da doença, observando, impreterivelmente, a continuidade do fornecimento. Assim, há o acompanhamento da execução do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, presta-se apoio operacional e fornece-se subsídios aos Órgãos de Execução para o ajuizamento das providências judiciais necessárias, nas hipóteses de descumprimento do pactuado, bem como dá-se apoio a outros órgãos ou instituições.

Em março de 2008, realizou-se reunião entre a Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico (ACAM), a Secretaria de Estado da Saúde (SES), a 10ª Promotoria de Justiça da Capital e o CIJ, que culminou em ajuste entre as duas primeiras partes e expedição de Recomendação

n. 02/2008/10ªPJCap à SES para providenciar a oferta de parte dos medicamentos faltantes para os portadores de mucoviscidose e evitar também qualquer suspensão na oferta de todos os medicamentos necessários ao tratamento dessa moléstia;

b.5) o combate à exploração sexual infanto-juvenil foi eleito como prioridade institucional no PGA, cujas ações também vêm sendo desenvolvidas por meio do apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, desde a sua criação em 1998. Dentre as ações do primeiro semestre de 2008, destacam-se, inicialmente, o encaminhamento de subsídio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, contendo, além das orientações pertinentes: a) Lei Estadual n. 14.365, de 25 de janeiro de 2008, que, a exemplo da Lei Federal n. 11.577, de 22 de novembro de 2007, torna obrigatória a divulgação pelos estabelecimentos nela apontados de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes, indicando formas para efetuar denúncias; b) texto elaborado pelo CIJ “Algumas considerações sobre as infrações administrativas da área da infanto-juvenil”; c) modelo de Recomendação a ser expedida aos estabelecimentos destinatários das disposições do referido Diploma legal; e d) modelos de ofícios ao Conselho Tutelar e Juízo da Infância e Juventude. O CIJ também manifestou apoio ao dia 18 de maio, “Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil”, com o encaminhamento de subsídio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, que continha, especialmente, material sobre a campanha, textos doutrinários e dados estatísticos para fundamentar eventuais entrevistas, palestras ou outros eventos, bem como intermediar junto à Administração Superior as solicitações da Promotoria de Justiça da Infância de Palhoça para realização de evento com parceria do Programa Sentinela. Em apoio ao Fórum Catarinense, divulgou o “Encontro de Planejamento e Formação dos Coordenadores Regionais do Fórum Catarinense”, ocorrido no dia 12 de junho, em Lages/SC;

b.6) o Projeto Jovem Aprendiz, em parceria com a CELESC Distribuição S.A., mediante assinatura do Termo de Cooperação Técnica 05/2008-MPSC/42656-CELESC, visa a atender jovens entre 14 e 16 anos de idade em situação de vulnerabilidade social que se encontrem, preferencialmente, em Entidades de Abrigo nas diversas Regiões do Estado de Santa Catarina. Segundo previsão do § 2º da Cláusula Primeira do TCT, o jovem, para ser inserido nesse projeto, deverá atender cumulativamente aos seguintes critérios: a) ter no mínimo 14 (quatorze) anos e no máximo 16 (dezesseis) anos completos; b) possuir renda per capita de até meio salário mínimo; c) estar matriculado ou cursando o ensino fundamental ou médio; e d) encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, dentre aqueles residentes em entidades acolhedoras (Instituições Abrigo, Famílias Acolhedoras ou Casas-lares).

Sua operacionalização está prevista para todas as Comarcas em que o Ministério Público disponha de profissional de Serviço Social (15), pressuposta a participação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude mediante adesão, atendido o cronograma da CELESC S.A., ou seja: Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça, Rio do Sul, São José, São Miguel do Oeste e Tubarão. Consultadas preliminarmente sobre o interesse, o CIJ obteve retorno positivo de 12 Comarcas. Durante o ano de 2008, o CIJ prestou apoio às solicitações das Promotorias de Justiça, bem como procedeu ao encaminhamento dos termos de adesão recebidos à CELESC S.A. e à Secretaria-Geral. Estão registradas as adesões de oito Comarcas: Florianópolis, São José, Palhoça, Jaraguá, Joinville, São Miguel do Oeste, Tubarão e Balneário Camboriú;

b.7) o Projeto “Portal Desaparecidos”, disponibilizado no sítio institucional, objetiva contribuir, em parceria com outros órgãos e entidades, para a localização de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de Santa Catarina, fortalecer uma rede de investigação imediata e célere e obedecer ao dever de assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente tal como estabelecido pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). No local, além de disponibilizar a relação das crianças e adolescentes desaparecidos (Lista da Polícia

Civil de Santa Catarina, Lista do Ministério da Justiça – Rede ReDESAP, Lista da ONG Portal da Esperança e Lista da Assembleia Legislativa de Santa Catarina) e de encontrados (Site do Ministério da Justiça Rede – ReDESAP), bem como os procedimentos em caso de desaparecimento, estão disponíveis a relação dos parceiros estaduais, estatísticas e dicas de prevenção aos pais e filhos.

Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), ainda que não existam dados exatos sobre o assunto, estima-se que cerca de 40 mil crianças e adolescentes desapareçam por ano no Brasil, sendo que deste total, a grande maioria é localizada nas primeiras 48 horas. Contudo, entre 10% e 15% continuam desaparecidos por longo período ou jamais são encontrados;

b.8) o Projeto “Portal Adoção – Informações para quem quer adotar uma criança ou adolescente”, disponibilizado no sítio institucional, apresenta informações básicas para subsidiar aqueles que desejam adotar uma criança ou um adolescente. São elas: “Adoção - uma medida excepcional e irrevogável”; “Quem pode adotar?”; “Estatísticas”; “Estou apto para adotar. O que fazer agora? Sou Brasileiro / Sou Estrangeiro”; “Dúvidas frequentes sobre adoção”; “Para refletir: ‘A maioria das crianças fica à espera de pais e os pais à espera de bebês...’”; “Grupos de apoio à adoção” e “Links de Apoio”;

b.9) o acesso dos Promotores de Justiça ao Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA, em acordo com a Corregedoria-Geral de Justiça, é uma valiosa ferramenta para o trabalho do Promotor de Justiça para agilizar as trocas de informações com os abrigos e o Poder Judiciário. Seu acesso objetiva tornar a medida de proteção de abrigo efetivamente excepcional e provisória, conforme dispõe o ECA, e fiscalizar as entidades que viabilizam tal medida.

O sistema CUIDA integra três bancos de dados alimentados pelo Poder Judiciário nas diversas Comarcas: 1) de crianças e adolescentes abrigados ou que já tenham passado por essa medida de proteção; 2) de instituições de abrigo; 3) de pretendentes à adoção habilitados em Santa Catarina, residentes no Estado, em outros Estados ou no exterior. Atualmente o sistema também é alimentado pelos dirigentes de abrigos de todo o Estado, de forma que o abrigamento e o desabrigamento de infantes e adolescentes fica disponível para consulta em tempo real.

Na *intranet* do Centro de Apoio foi disponibilizado o Manual do Sistema CUIDA - Módulo MPSC, que explica as principais funcionalidades do sistema. Nessa fase inicial, o acesso ao CUIDA funcionará somente para consulta das informações mais essenciais das crianças e adolescentes abrigados e das instituições de abrigo nas Comarcas do Estado. A próxima fase prevê a criação de um sistema exclusivo do MPSC, que, além de importar em tempo real as três bases de dados do CUIDA, criará novos campos de dados e gerenciará todas as informações a partir de prioridades da atuação ministerial;

b.10) o Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude, com tiragem de 1.125 exemplares, foi elaborado com a pretensão de ser uma ferramenta de apoio no dia-a-dia da Promotoria de Justiça. A obra busca introduzir a nova ótica do direito da criança e do adolescente, indicar os meios de defesa colocados à disposição do membro do Ministério Público pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, ainda, contemplar todos os modos de articulação dispostos pela Lei n. 8.069/1990, o que facilitará a atuação do Promotor de Justiça e permitirá, por consequência, uma resposta mais célere e adequada por parte de toda a Instituição. A obra passou a integrar a Coleção Suporte Técnico-Jurídico do MPSC;

b.11) proposta de doação de computadores aos Conselhos Tutelares, em razão da renovação dos equipamentos de informática no MPSC, que resultou no levantamento das máquinas reputadas inservíveis ou obsoletas. Apresentada ao Procurador-Geral de Justiça, a proposta se justificou também pelo conhecimento de que grande parte dos quase 300 Conselhos Tutelares encontram-se com sérias dificuldades estruturais, motivadas pela omissão de gestores públicos.

Em 2008, a partir de uma consulta aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, com a

juntada dos documentos referentes ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, os requerimentos dos interessados foram dirigidos à Secretaria-Geral do Ministério Público. A Coordenadoria de Tecnologia e Informação da PGJ ficou responsável por realizar o levantamento dos equipamentos aptos ao uso e providenciar a configuração necessária para posterior doação. De acordo com a necessidade apontada, a divisão seguirá critério proporcional, de modo a satisfazer o maior número de pedidos;

b.12) “Banco de Programas e Projetos Sociais na área da Infância e Juventude”, disponível na *Intranet* do Centro de Apoio, que contém um conjunto de projetos idealizados e desenvolvidos por órgãos municipais e organizações não-governamentais para atendimento de demandas diversas do público infanto-juvenil, com destaque para os seguintes temas: abrigo, atenção à família, atendimento e prevenção ao uso de drogas, escolarização, medidas socioeducativas, erradicação do trabalho infantil, profissionalização, enfrentamento à violência sexual e à mortalidade infantil.

É um recurso à disposição das Promotorias de Justiça que desejem elaborar e/ou sugerir modelos de programas de atendimento aos CMDCA, Secretarias Municipais e Organizações Não-Governamentais, no sentido de fortalecer e organizar as redes municipais de atendimento da criança e do adolescente. É uma base de dados em permanente atualização, que conta, também, com a contribuição das Promotorias de Justiça;

c) Atividades:

c.1) aproximação do Centro de Apoio aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude, com a implementação de estratégias que focalizem o atendimento prioritário às Promotorias de Justiça em suas atividades-fim, com destaque ao incremento do acervo de pesquisa com a elaboração de peças judiciais e extrajudiciais voltadas às políticas públicas;

c.2) participação no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – CEDCA, com destaque às ações de apoio ao aprimoramento e fortalecimento, bem como à ampliação do montante de recursos financeiros voltados às políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente no Estado. Dentre as ações também desenvolvidas, estão o acompanhamento das discussões no grupo eletrônico; a presença nas Assembleias Gerais e o Procedimento Administrativo para análise da manifestação do CEDCA quanto às suas dificuldades estruturais de funcionamento, especialmente quanto à necessidade de uma secretária “devidamente capacitada e com perfil para função” para implementar as ações do Conselho e operacionalizar suas intervenções;

c.3) participação na Comissão Intersetorial para a Elaboração e Acompanhamento à Implementação do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, composto também pelo CEDCA, Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SC), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habilitação (SST), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/LAGEF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/NECAD) e Tribunal de Justiça (TJSC/CEJA). Em 2008, o CIJ acompanhou o grupo eletrônico de discussão e participou das reuniões;

c.4) apoio ao Fórum Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – DCA, com destaque à participação do Coordenador-Geral, convidado como palestrante, no 1º Seminário Catarinense sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, realizado no dia 5 de junho, no auditório da Assembleia Legislativa. O objetivo do evento foi discutir o cenário do atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional no Estado de Santa Catarina e apontar novas diretrizes com base no SINASE, documento aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

c.5) participação em Sessões da Comissão Estadual Judiciária de Adoção e elaboração de pareceres nos Procedimentos de Habilitação para Adoção Internacional, como uma atividade de

assessoramento do Coordenador-Geral ao Procurador-Geral de Justiça. A realização de cinco sessões e a emissão de 21 pareceres foram registradas;

c.6) participação no Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude e de Educação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal - FONCAIJE, do qual participou do Seminário Nacional “A proteção social a crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Assistência Social”, realizado nos dias 7 a 9 de maio, em São Luís – Maranhão, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, com a presença das Promotoras de Justiça Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes e Roberta Mesquita e Oliveira, que representaram a Instituição. O CIJ também participa e acompanha as discussões do grupo eletrônico;

c.7) participação na “Ação Nacional dos Ministérios Públicos para Implantação e Fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos Municipais da Infância e Juventude em todos os Municípios Brasileiros”, deliberado pelo Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio Operacionais da Infância e Juventude e de Educação – FONCAIJE e ratificado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG. A partir de um cronograma coordenado e simultâneo em todo o País, a ação objetiva que sejam implantados e estruturados os Conselhos dos Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos da Infância em todos os municípios brasileiros onde ainda não foram efetivados, bem como inspecionados e exigida a estruturação e funcionamento adequados dos Conselhos já existentes.

Em 2008, foram encaminhados aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude cronograma de execução das ações previstas para as Comarcas em que os Conselhos Tutelares não foram vistoriados em 2007, bem como material para suporte e divulgação, em CD-ROM com subsídios gerais para a atuação do Ministério Público junto aos Conselhos, a Publicação “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: Orientações para Criação e Funcionamento”, fôlderes e cartazes;

c.8) parceria com a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude, com destaque nas seguintes atividades: a) encaminhamento aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude do material de apoio referente ao “Seminário Regional Justiça Juvenil Sob o Marco da Doutrina da Proteção Integral: papel do sistema de justiça frente aos desafios político-institucionais para a conquista e a garantia do pleno desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei”, realizado pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP), nos dias 08 a 10 de novembro; b) apoio e participação no XXII Congresso Nacional da ABMP, realizado no CentroSul em Florianópolis, no período de 9 a 11 de abril de 2008, com o tema “Direitos Humanos da Criança e do Adolescente: 18 anos do ECA e da Convenção Internacional, 20 anos da Constituição”;

c.9) participação do Coordenador-Geral na II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG, nos dias 29 e 30 de maio em Goiânia – GO, na qual foram tratados especialmente os seguintes assuntos: a) eleições dos Coordenadores das subcomissões; b) apresentação do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - 100; c) realização de oficinas de trabalho por eixo do PAB 2008/2009 para avaliação e elaboração de cronograma de execução das ações e; d) aprovação do quadro de execução das ações, conforme prioridades estabelecidas nas oficinas;

c.10) continuidade às ações decorrentes do Protocolo de Intenções com a Fundação ABRINQ, cuja parceria visa a monitorar o cumprimento das ações previstas no Programa Prefeito Amigo da Criança. O Protocolo de Intenções foi assinado em 9 de setembro de 2005, com a finalidade de promover a articulação, a integração e o intercâmbio das atividades exercidas pelo Ministério Público e pela Fundação ABRINQ a fim de acompanhar os Municípios inscritos no Programa Prefeito Amigo da Criança. Em 2008, destaca-se o encaminhamento dos Volumes 2 e 3 da Coleção “Compromisso é Ação”, da referida Fundação. Conforme já descrito em item anterior, em andamento também

estão as tratativas de parceria no “Projeto de Capacitação em Políticas Públicas da Infância e Juventude”;

c.11) apoio às atividades da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT, como a participação do Coordenador-geral nos eventos e no apoio de divulgação. Como apoio de divulgação, destaca-se o “VII Seminário Regional de Formação para os Agentes Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente”, realizado em março e abril, em 20 municípios catarinenses, com o tema “A Família, a Escola e o Poder Público na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente” e o lema “Os Conselhos Municipais, o Conselho Tutelar e as Políticas Públicas cumprindo sua missão na Rede de Atendimento” e do “VI Seminário Estadual de Formação para os Agentes Operacionalizadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente”, nos dias 14, 15 e 16 de maio, em Florianópolis/SC; com o encaminhamento inclusive da agenda de atividades e fôlderes, o que totalizou 1.106 correspondências.

Destaca-se a participação do Coordenador-Geral no Seminário Estadual como debatedor na Conferência Magna - “A Família, a Escola e o Poder Público na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente” (14 de maio) e como palestrante no tema “A interação e articulação do CIJ com os Conselhos Tutelares -ACCT, Conselhos dos Direitos (CMDCA e CEDCA) e os demais atores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente” (16 de maio). Outras participações: a) no “VIII Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente”, com o tema “O Estatuto da Criança e do Adolescente – 18 anos Após: Conquistas, Desafios e Perspectivas” e o lema: “Criança e Adolescente: Prioridade Absoluta Sim!”, representando o Procurador-Geral de Justiça (9 a 11 de setembro); b) na Sessão Solene em comemoração ao Dia Estadual do Conselheiro Tutelar e o 13º aniversário de fundação da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT (27 de outubro);

c.12) combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, através de ações que visam à articulação com o Ministério Público do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, e atendem às necessidades dos Órgãos de execução para o desenvolvimento de atividades conjuntas. Em decorrência dessa parceria, em 2008 destaca-se o apoio na divulgação dos seguintes eventos: a) Seminário Estadual “Educação: resposta certa contra o trabalho infantil”, realizado no dia 12 de junho, em Caçador; b) IV Show de Talentos do PETI, no dia 12 de junho, em Florianópolis; e c) Semana de Combate ao Trabalho Infantil – Educação: resposta certa contra o trabalho infantil, de 9 a 13 de junho, em Palhoça. Por fim, destaca-se também o encaminhamento das denúncias de trabalho infanto-juvenil e dos relatórios de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho recebidos ao Ministério Público do Trabalho e às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude;

c.13) Cooperação Técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao Ministério da Educação, a partir das seguintes ações: a) encaminhamento dos dados recebidos sobre o repasse de recursos referentes aos Programas Educacionais desse Fundo às Promotorias de Justiça para o acompanhamento da correta aplicação dos recursos; b) encaminhamento dos dados recebidos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE às Promotorias de Justiça, especialmente para regularizar a situação dos Conselhos de Alimentação Escolar e o repasse dos recursos financeiros. Em 2008, deu-se início à renovação do Convênio de Cooperação Técnica n. 12/2002;

c.14) participação em Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com os seguintes temas: “Avaliação da situação da infância em Santa Catarina após 18 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, sua conjuntura, desafios, ações e perspectivas” (15 de maio); “A situação da oncologia pediátrica no Estado de Santa Catarina” (17 de junho). Participação também em outros eventos, como “Comemoração dos Dezoito Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA / 1º Seminário Pró-convivência Familiar e Comunitária” e “Sessão Solene”, em homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar do Estado de Santa Catarina (27

de outubro);

c.15) disponibilização na Intranet das “Experiências das Promotorias de Justiça”, espaço destinado para a contribuição dos Promotores de Justiça que desejam expor suas experiências exitosas à frente das Curadorias da Infância e Juventude nas Comarcas em que atuam ou atuaram, de maneira a fazer conhecer seu trabalho em prol dessa temática e servir como exemplo para que outros colegas, de outras Comarcas, possam utilizá-los para o eventual enfrentamento de situações semelhantes. Já se encontram disponíveis as seguintes experiências: Trabalho e Mendicância Infanto-Juvenis nas Ruas”, “Evasão Escolar – alternativas às dificuldades do APÓIA”, “Educação Infantil – Carência de Vagas”, “Acesso indiscriminado a Bebidas Alcoólicas e Cigarros por Crianças e Adolescentes nos Estabelecimentos Comerciais em Geral”, “Proibição de Venda de Bebidas Alcoólicas em Festas Escolares”, “Socialização Através da Profissão – Alternativa para Adolescentes em Conflito com a Lei e em Situação de Risco”;

c.16) acesso ao sistema SUASweb, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim de disponibilizar aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude o acesso via internet dos valores transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Estadual (FEAS) e Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), com vistas ao financiamento de Ações e Programas nas seguintes áreas: a) Proteção Social Básica, que inclui o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); b) Proteção Social Especial de Média Complexidade, que inclui o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual (Programa Sentinela) dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que inclui serviços oferecidos na forma de albergues, abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras, repúblicas, moradias provisórias e casas de passagem;

c.17) apoio aos Promotores de Justiça para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”, prevista na Lei n. 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. a fim que possam, no âmbito municipal, notadamente, averiguar se as escolas municipais incluíram referida disciplina, conforme determina a legislação federal, com encaminhamento do seguinte subsídio: a) Lei Federal n. 10.639/2003 (altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira”, e dá outras providências); b) Lei Complementar Estadual n. 263/2004 (altera a Lei Complementar n. 170/1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação);

c.18) apoio à “Campanha pelo Voto Consciente” em candidatos que assumam compromisso com a infância e a juventude. A iniciativa faz parte de uma ação do Grupo 18 anos do ECA, mobilização que reúne parlamentares, ONGs, órgãos governamentais, organismos internacionais e articulações em rede. O CIJ disponibilizou na internet e distribuiu aos Promotores de Justiça seu material de divulgação, que continha a Carta Aberta aos candidatos às Prefeituras e Câmaras Municipais, que contempla 18 compromissos com a causa da criança e do adolescente a serem firmados pelos candidatos;

c.19) apoio à “Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento”, de 17 a 21 de novembro, organizado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, por orientação do Conselho Nacional de Justiça, período no qual todos os cartórios de registro civil de nascimento do Estado fizeram o registro de nascimento das pessoas que ainda não possuíam, de forma gratuita. Divulgou-se no sítio institucional e encaminhou-se o material de divulgação aos Promotores de Justiça;

c.20) apoio ao “Natal Solidário 2008”, idealizado em 2004 pelo CIJ, que atendeu aos filhos dos prestadores de serviços gerais e de copas das unidades do Ministério Público na Capital, num total de 58 crianças de 0 a 12 anos. A “adoção” das crianças foi feita por meio de sistema na Intranet do MPSC e a entrega dos presentes adquiridos pelos “adotantes” foi efetuada no CIJ. A chegada do

Papai Noel aconteceu numa festa realizada no dia 13 de dezembro, nas dependências da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada “Brigada Silva Paes”. A confraternização contou, além da chegada do Papai Noel, com recreação e lanche para as crianças e seus familiares.

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)



O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	448
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	55
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	567
Pesquisas realizadas	51
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	155
Palestras ministradas	8
Eventos promovidos	3
Participação em reuniões	106
Participação em audiências públicas	4
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	14
Participação em Órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	25
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	24
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.624
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.930
Pessoas atendidas (do público externo)	424
Outras atividades de apoio (Processos FRBL)	43
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	21

8.3.5.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do meio ambiente ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção aos recursos hídricos, da prevenção e repressão à poluição por resíduos sólidos, do saneamento básico e da ordem urbanística.

8.3.5.2 Proteção aos recursos hídricos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, mediante cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição, à proteção e à recuperação das matas ciliares, bem como à exigência do licenciamento das atividades exploradoras e à intensificação da fiscalização.

8.3.5.3 Regularização da silvicultura

Foram implementadas ações direcionadas à regularização da atividade silvícola, com o objetivo de desocupação das áreas de preservação permanente reflorestadas e sua recuperação com espécies nativas, visando à preservação dos recursos hídricos.

8.3.5.4 Prevenção e repressão da poluição por resíduos sólidos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, buscando a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem e outras formas de destinação que visem o correto recebimento de resíduos industriais, hospitalares, agrícolas (embalagens de agrotóxicos), bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas degradadas, inclusive com vistas à prevenção de danos aos mananciais.

8.3.5.5 Saneamento básico

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, especialmente no cumprimento do Plano de Trabalho que visa a dar efetividade aos propósitos do Inquérito Civil Público e diagnosticar a atual situação do saneamento no Estado, bem como à fixação das medidas que serão implementadas com vistas à implantação de sistemas individuais ou coletivos de recolhimento e tratamento; e à superação dos problemas originários da destinação inadequada de esgotos sanitários, o que previne danos à saúde da população e ao meio ambiente, em todos os Municípios de Santa Catarina.

8.3.5.6 Ordem urbanística

Implementação de ações com foco na cooperação dos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na questão da organização dos espaços urbanos habitáveis, como pressuposto essencial para uma convivência social saudável e democrática, e no desenvolvimento de ações voltadas à regularização de loteamentos clandestinos, de acordo com a legislação específica vigente.

8.3.5.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na Tabela do item 8.3.5, foram realizadas as seguintes atividades na área do meio ambiente relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Água Limpa: visa à fiscalização, proteção e recuperação das matas ciliares e a consequente melhoria da qualidade e captação da água nas áreas de mananciais de abastecimento público, com o propósito de reverter o quadro de degradação e poluição existente em todas as principais bacias hidrográficas do Estado;

a.2) Programa Lixo Nosso de Cada Dia: estabeleceu-se a articulação entre o Ministério Público e os órgãos de proteção ambiental, com o objetivo de trabalhar a educação ambiental e a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem ou outras formas de destinação adequada de resíduos sólidos, bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas;

b) Ações:

b.1) na área do **Programa Lixo Nosso de Cada Dia**, foram encaminhados ofícios às Coordenadorias Regionais da Fundação do Meio Ambiente – Fatma, com o intuito de que fossem

realizados relatórios de vistoria de atualização da situação dos locais onde são depositados os resíduos sólidos domésticos dos Municípios sob jurisdição daquelas Coordenadorias, e informada a possível existência de licença ambiental de operação, com o respectivo prazo de validade, ou se está sendo encaminhado para outro aterro sanitário devidamente licenciado;

b.2) na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, da atividade agrícola de orizicultura, considerada potencialmente causadora de degradação ambiental, com o intuito de adequar aproximadamente 8.500 (oito mil e quinhentas) propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária, por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram firmados Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas – 2ª etapa. Passados dois anos da assinatura dos documentos extrajudiciais, foram desencadeadas ações de fiscalização, por triagem, pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental, que fiscalizaram 72 (setenta e duas) propriedades;

b.3) na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental da atividade agrícola de **fruticultura**, considerada potencialmente causadora de degradação ambiental, com o intuito de adequar as propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária, por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade. Com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram firmados na Região de São Joaquim e Fraiburgo Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas, com abrangência em todos os locais onde há o cultivo da maçã. Passados dois anos da assinatura dos documentos extrajudiciais, foram desencadeadas ações de fiscalização pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental, com os seguintes resultados:

- Dias de fiscalização = 5
- Propriedades Vistoriadas = 36
- NIPA - lavrados = 1
- TCOA - lavrados = 12
- Autos de Infração Ambiental = 13
- Autos de Constatação = 23
- Valor Total das multas aplicadas = R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b.4) na área da **suinocultura**, em vista dos resultados obtidos, foram renovadas as ações, por intermédio de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, para mitigar, por ações concretas, a poluição causada pela atividade suinícola na região do Alto Uruguai Catarinense, a fim de regularizar 1.700 (mil e setecentas) propriedades por meio de licenciamento ambiental formalizado a partir de um plano de viabilização, que foi elaborado com apoio de um comitê gestor e do setor de agroindústria. Na Região de Chapecó, esse plano visa a estender as ações em 1.000 (mil) propriedades, com a assinatura de um novo Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, relacionado à atividade na região de abrangência;

b.5) para a regulamentação das atividades das empresas **Reflorestadoras em Santa Catarina** e a disciplina da recomposição da vegetação em áreas já ocupadas com o plantio de vegetação exótica (pinus/eucalipto), foi firmado, em 9 de julho de 2008, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com a empresa Klabin, principal fabricante de papéis do Brasil, considerada a maior reflorestadora de Santa Catarina, com aproximadamente 135.000 ha de florestas de pinus distribuídas em aproximadamente 400 fazendas. A área da empresa representa 36% do total do território ocupado pelas 32 empresas que integram a Associação Catarinense das Reflorestadoras (ACR). O referido termo objetiva a recuperação da vegetação de Mata Atlântica no Planalto Central do Estado.

O compromisso prevê que a empresa, até 2017, recupere 4.215 ha de Áreas de Preservação Permanente e transforme em reserva legal outros 27.174 ha, totalizando 31.389 ha. Deverá, também, pagar R\$ 6 milhões, a título de compensação, por danos causados ao meio ambiente no período em que plantou pinus em Área de Preservação Permanente. Um convênio firmado pelo Ministério Público Catarinense com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE possibilitou o

monitoramento da recuperação ambiental das áreas abrangidas pelo Termo, através do serviço de geoprocessamento. Metade dos R\$ 6 milhões será utilizado para equipar a Polícia Militar Ambiental e a FATMA em projetos ambientais na região. Os outros R\$ 3 milhões serão revertidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados. Dentre as exigências do TAC estão previstas, ainda, o fornecimento pela Klabin, a cada três anos, de imagens de satélite para geoprocessamento a fim de possibilitar o monitoramento e a fiscalização de seu cumprimento.

O TAC foi elaborado a partir de tratativas entre o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Promotorias de Justiça das nove Comarcas onde a Klabin tem plantação de pinus, Associação Catarinense de Reflorestadoras e representantes da empresa. O documento foi assinado pelos Promotores de Justiça Lio Marcos Marin (Comarca de Lages), Tatiana Rodrigues Borges Agostini (Comarca de Otacílio Costa), Belmiro Hanisch Júnior (Comarca de Papanduva), Alceu Rocha (Comarca de Santa Cecília), Ernani Dutra (Comarca de Rio do Sul), Glauco José Riffel (Comarca de Correia Pinto), Luiz Mauro Franzoni Cordeiro (Comarca de Bom Retiro), Adalberto Exterkotter (Comarca de Ituporanga), Wilson Paulo Mendonça Neto (Comarca de Curitiba), pelo Coordenador Geral do CME, e representantes da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, e da FATMA;

b.6) na área do **saneamento**, foram remetidas aos Promotores de Justiça das 110 Comarcas com atribuição na área do Meio Ambiente as representações para a adoção das providências cabíveis, com os documentos integrantes do Inquérito Civil n. 004/2004, que trata sobre a regularização do saneamento em Santa Catarina e instaurado por sua Excelência o Procurador-Geral de Justiça. Das ações desencadeadas pelas Promotorias de Justiça, temos: três Ações Cíveis Públicas; seis Termos de Compromisso de Ajustamento; 109 Inquéritos Cíveis e três Procedimentos Administrativos Preliminares. Houve a expedição de recomendação conjunta CME/FATMA à análise e aprovação do CONSEMA, referente à obrigatoriedade da implantação de sistema de tratamento de esgoto coletivo sob a responsabilidade do empreendedor, para o licenciamento de futuros loteamentos, condomínios em geral e desmembramentos (em princípio superiores a 10 lotes), ou ligação à rede pública de esgotos existente.

Foram elaboradas minutas de peças administrativas e judiciais referentes ao tema, a serem adaptadas conforme situações peculiares de cada Município, bem como apresentadas à proposta de ações e prazos após amplo debate com a Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, que serviu como sugestão para a assinatura dos instrumentos nos Municípios. Foi encaminhada à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS minuta de Termo de Ajustamento de Condutas – TAC, a ser assinado com o Governo do Estado, direcionado ao cumprimento da Política Estadual de Saneamento, atualmente em fase de análise pela Procuradoria-Geral do Estado;

c) Atividades Desenvolvidas:

c.1) **Farra do boi** – Foram realizados trabalhos intensivos, referentes à Campanha contra a Farra do Boi no período da Quaresma, em parceria com o Instituto Ambiental Ecosul e Fundo Vira-Lata e com o apoio do FRBL, do Conselho Regional de Medicina Veterinária de SC, das Polícias Civil, Militar, Ambiental e Rodoviária e da CIDASC.

Destacam-se, ainda, as seguintes atividades: a) distribuição de 50.000 *fôlderes* e 10.000 cartazes; b) exposição de 5 *banners* e 26 *outdoors*; c) palestras em escolas, no litoral, entre Imbituba e Navegantes, por ONGs, polícias civil, militar e rodoviária e Promotorias de Justiça do MPSC; e d) divulgação do *jingle* em diversas rádios de Garopaba, Florianópolis, Itajaí e outras cidades, durante a quaresma (em Florianópolis e Itajaí, o *jingle* foi divulgado sem ônus nas rádios CBN-Diário e Rádio da Univali, respectivamente);

c.2) **Convênios** - Com o intuito de auxiliar as ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça

com atribuição na área ambiental, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente formalizou mais uma tratativa com entes públicos e privados para efetivar **convênios** de cooperação com o Ministério Público. Nesse sentido, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente elaborou minuta do Termo de Convênio formalizado entre Ministério Público e a Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias, e 11 Universidades Públicas e Privadas situadas no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de coletar e realizar análise laboratorial de águas e efluentes e Laudos Técnicos Ambientais e Laudos Perícias Criminais, que visem a instruir inquéritos civis, procedimentos administrativos preliminares, inquéritos policiais e termos circunstanciados.

O Termo de Convênio objetiva, ainda, sistematizar as informações acerca das jurisdições de cada Universidade; dos tipos de análise que podem realizar; dos procedimentos de coleta dos materiais a serem analisados; e dos prazos para realização dos pedidos e uniformização dos custos das análises;

c.3) **Seminários:**

c.3.1) **Capacitações Regionais – Geoprocessamento:** os Promotores de Justiça foram treinados para utilizar o Sistema de Informações Geográficas Corporativo (geoprocessamento), um *software* alimentado com imagens e informações de instituições públicas. Utilizado inicialmente para acompanhar o desmatamento no Parque Estadual na Serra do Tabuleiro, o sistema oferece recursos para monitorar o cumprimento das medidas judiciais e extrajudiciais do MPSC, para logística e para subsidiar as atividades das Promotorias de Justiça com atuação nas áreas do meio ambiente, da cidadania, criminal e do consumidor. O treinamento ocorreu entre os dias 26 de março e 11 de abril de 2008, nos núcleos de Mafra, Joinville, Blumenau, São Miguel do Oeste, Chapecó, Curitiba, Lages, Criciúma, Tubarão e Florianópolis. A ferramenta foi adquirida com recursos do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL);

c.3.2) **Reserva Legal:** o Seminário, promovido pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com o apoio da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA) e da empresa Klabin S/A, foi realizado no dia 24 de setembro de 2008, em Lages, em atendimento à uma das cláusulas do termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado pela empresa em julho de 2008, e iniciou a discussão e uniformização de critérios para a averbação de reserva legal. O seminário subsidiou a elaboração de um Plano de Regularização de Reserva Legal para as empresas do setor florestal, que teve como referência o Código Florestal Brasileiro (Lei n. 4.771/1965). Participaram do evento Promotores de Justiça da área ambiental das Comarcas de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto, Curitiba, Santa Cecília, Papanduva, Bom Retiro e Rio do Sul, técnicos ambientais e florestais e representantes das empresas filiadas à Associação Catarinense das Reflorestadoras;

c.3.3) **A Lei da Política Nacional do Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007): o Inquérito Civil n. 04/2004:** realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, o seminário teve como objetivo propiciar aos Membros do Ministério Público maiores subsídios ao enfrentamento das questões relacionadas ao Saneamento Básico no Estado, com ênfase ao serviço do Esgotamento Sanitário;

c.4) **“Guia do Saneamento Básico”** - O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente elaborou o **“Guia do Saneamento Básico: perguntas e respostas”** visando a auxiliar a atuação dos Membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Disponibilizado na *intranet* e apresentado na forma simplificada e prática de perguntas e respostas, procura auxiliar a compreensão acerca desse tema complexo, cujo estudo, sem pretender o esgotamento da matéria, procura enfrentar maiores dúvidas suscitadas e repercussões da nova Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007). Procura, ainda, fornecer subsídios direcionados à ampliação do Serviço Público essencial de Saneamento Básico em território catarinense, nos Municípios das diversas regiões hidrográficas, destacando os principais aspectos da legislação, regulamentos e normas

técnicas vinculadas à prestação dos serviços afetos ao tema;

c.5) Pequenas Centrais Hidrelétricas - O Centro de Apoio do Meio Ambiente expediu uma recomendação ao presidente da FATMA, com o objetivo de prestar esclarecimentos e suspender as licenças ambientais de Pequenas Centrais Hidrelétricas até que dúvidas técnicas e lacunas nos procedimentos administrativos fossem sanadas. A recomendação também indicou a adoção da Avaliação Integrada de Bacia Hidrográfica como o instrumento adequado para tratar da questão e teve a aprovação do Ministério do Meio Ambiente, que já trabalha nesse sentido na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.

Após a realização de várias reuniões, foi criado um grupo de trabalho composto pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, FATMA, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS), Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) e Comitês de Bacia, com o objetivo de avaliar e propor modificações no licenciamento ambiental e outorga para a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH). A Proposta do MPSC é que o grupo de estudos elabore um Termo de Referência para os Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas, que exija dos empreendimentos hidrelétricos uma visão sistêmica da bacia para fins de licenciamentos ambientais. A fase atual do processo é de levantamento de dados e o cruzamento de informações dos procedimentos de outorga adotados pela SDS com os licenciamentos ambientais emitidos pela FATMA.



8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de Apoio a Órgãos de execução recebidas	472
Pesquisas realizadas	197
Palestras ministradas	2
Participação em reuniões	116
Participação em audiências públicas	2
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	16
Participação em Órgãos externos ou outras entidades, representando a Instituição	12
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	1.078
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.830
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.706
Pessoas atendidas (do público externo)	173
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	17

8.3.6.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do consumidor ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção da saúde e segurança do consumidor, do serviço de atendimento ao consumidor e da qualidade dos produtos e serviços.

8.3.6.2 Proteção da saúde e da segurança do consumidor

Deu-se continuidade a ações que visam a resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos e serviços, com ênfase nos casos relativos à qualidade da água tratada; a produtos de origem animal não-inspecionados; a resíduos de agrotóxicos em alimentos e segurança em espaços de lazer (estádios, ginásios de esportes, cinemas, teatros e outros).

8.3.6.3 Ampliação do serviço de atendimento ao consumidor

Deu-se continuidade a ações que visam a incentivar a instalação de serviços de proteção ao consumidor (Procons) nos municípios catarinenses, a fim de possibilitar ao consumidor a defesa extrajudicial e judicial de seus direitos, bem como a ampliação dos serviços de vigilância sanitária municipais.

8.3.6.4 Qualidade de produtos e serviços

Implementação de ações que visam a coibir a venda de produtos e a prestação de serviços com vícios de qualidade ou quantidade, os quais afrontam direitos básicos do consumidor, inclusive a adulteração de combustíveis automotivos, a adição de água em cortes de frango e a comercialização de produtos e serviços da construção civil em desacordo com os padrões técnicos exigidos.

8.3.6.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.6, foram realizadas as seguintes atividades na área do consumidor relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) no Programa de Proteção Jurídico-Sanitária de Consumidores de Produtos de Origem Animal, estabeleceu-se a articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia, existente desde outubro de 1999, com vistas a uma efetiva repressão à produção e à comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo.

Foi prestado apoio na articulação e organização de 86 fiscalizações municipais promovidas pelos órgãos parceiros e Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor a fim de coibir a comercialização de produtos impróprios ao consumo e interditar abatedouros clandestinos, o que resultou na apreensão e inutilização de aproximadamente 30 toneladas de produtos clandestinos. Essas ações já são rotina tanto dos órgãos envolvidos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, VISA Estadual e Municipais, Polícia Ambiental e Secretaria de Estado da Fazenda) quanto das Promotorias de Justiça que orientam as equipes coordenadas pelos médicos veterinários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.

Em setembro, foi encaminhado, por mensagem eletrônica, fôlder sobre esse Programa para distribuição nos Municípios fiscalizados, por sugestão do Conselho Consultivo, com o intuito de sensibilizar os consumidores acerca da importância do trabalho. Em 2008, foi concluído o levantamento relativo ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM (da sua existência nos Municípios e do número de empresas que possuem o serviço) e está em andamento o levantamento sobre o Serviço de Inspeção Estadual - SIE (relativo à responsabilidade técnica das empresas que o possuem).

Em relação ao glaceamento de pescados (teor de água de glaceamento dos pescados em limite superior ao permitido pela legislação e ausência de informação no rótulo do produto), foram realizadas duas reuniões com todos os órgãos públicos envolvidos na questão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO/SC e Sindicato das Indústrias de Pesca de Itajaí – SINDIP, visando à adequação dos rótulos desses produtos (informação correta sobre o peso).

Concernente ao Expediente de Apoio n. 20/2003, de 15 de julho de 2003, sobre excesso de água em frangos congelados, o Centro de Apoio deflagrou com os órgãos fiscalizadores competentes processo de combate à fraude por adição de água nos frangos comercializados/produzidos no Estado de Santa Catarina. Foram realizadas 3 reuniões com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com o apoio da Diretoria de Vigilância Sanitária – VISA e PROCON/SC, visando a proceder a coleta de marcas de frango suspeitos de fraude para análise.

Os laudos em desacordo dos produtos de marcas catarinenses foram encaminhados aos Promotores de Justiça das Comarcas onde a empresa fabricante é sediada, juntamente com minutas de TAC, denúncias e ACP, subsídios legislativos e outros materiais de apoio (oito encaminhamentos realizados). Em decorrência, foi ajuizada ACP, na Comarca de Ipumirim e instaurados diversos procedimentos administrativos. Os laudos em desacordo de produtos coletados no mercado de consumo catarinense, cujo fabricante pertence a outro Estado, foram remetidos à Comarca na qual o produto foi coletado para a adoção das medidas cabíveis por parte do Promotor de Justiça com atribuição na área do consumidor.

A partir de abril de 2008, foi estabelecida uma parceria entre o Ministério Público e o Instituto Geral de Perícia - IGP- a fim deste realizar os testes de adição de água em cortes de frango, contando com o pleno envolvimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/SC. Ao explicar o trabalho que estava sendo realizado no Estado de Santa Catarina à sede do Ministério da Agricultura, em Brasília, em reunião a nível nacional, este serviu de modelo/subsídio para a edição do “Programa Complementar de Combate à Fraude em Carne de Aves” do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (Ofício-Circular n. 13/2008), com o intuito de suprir a falta de norma técnica que estabelece parâmetros de análise do teor de água em cortes de frango. Foi divulgada pela sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em Brasília, a todo o território nacional, a implantação e implementação do “Programa Complementar de Combate à Fraude em Carne de Aves”, por conta do modelo de plano de ação adotado em SC e encaminhada mensagem eletrônica a todas Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, em 30 de julho, informando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA editou o citado Programa de Combate a Fraude em Carne de Aves, nos termos que se pretendia desenvolver em Santa Catarina. Com a edição da normativa, o Instituto Geral de Perícia iniciou, com o auxílio da 29ª Promotoria de Justiça da Capital, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, as análises nos cortes de frango comercializados na Grande Florianópolis, que em regra são os mesmos distribuídos pelo Estado (detentores de Serviço de Inspeção Estadual e Federal);

a.2) Programa Combustível Legal: objetiva o aperfeiçoamento da articulação já existente entre o Ministério Público e as entidades públicas e privadas para a efetiva repressão às irregularidades

na distribuição e comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina. Nesse sentido, foram promovidas ações de: a) gerenciamento das informações prestadas pela Agência Nacional de Petróleo, acerca dos índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis; coleta de combustível para análise e remessa dos laudos aos Promotores de Justiça do Estado, o que totalizou 330 coletas (30 por mês jan./nov. - 265 encaminhamentos às Promotorias de Justiça); b) comunicação aos Promotores de Justiça sobre postos de combustível que comercializam combustível de marca diversa da bandeira ostentada no estabelecimento (64 comunicações); c) encaminhamento de informações sobre irregularidades administrativas constatadas nas fiscalizações mensais à Agência Nacional de Petróleo – ANP (33 encaminhamentos);

a.3) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat: parceria institucional visando à proteção dos cidadãos e da sociedade, em atendimento à proposta do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H). Destacam-se as seguintes atividades: a) participação em 22 reuniões do PBQP-H; b) realização de 5 fiscalizações, que totalizaram 52 Municípios, além da Região Oeste, em lojas de materiais de construção e empresas fabricantes de blocos cerâmicos para acompanhamento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelas Promotorias de Justiça;

b) Ações:

b.1) instauração de Inquérito Civil Estadual n. 003, de 9 de setembro de 2004, para a apuração dos fatos e das responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água. Foram atendidas 16 solicitações de apoio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, referente a inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados para verificar as condições do controle e vigilância da qualidade da água. Foram realizadas reuniões com representantes do Laboratório Central – LACEN e da Gerência em Saúde Ambiental - GESAM para verificar as ações a serem implementadas neste ano e atualizar os dados referentes à vigilância da qualidade da água. Nesse contexto, foram solicitadas informações a esses órgãos quanto à atividade da rede de laboratórios públicos e sobre as capacitações efetuadas pela mencionada gerência.

O CCO também participou: na capacitação para a Vigilância Ambiental em Saúde relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano - VIGIÁGUA, promovida pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, órgão do Ministério da Saúde, no mês de maio, para fiscais sanitários de 42 Municípios; na reunião específica ocorrida no Curso de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – VIGIAGUA, promovido pela Vigilância Sanitária do Estado e a Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde, do Ministério da Saúde, juntamente com representantes do Laboratório Central – LACEN e com a Gerência em Saúde Ambiental – GESAM para discutir a situação do Estado de Santa Catarina quanto à vigilância da qualidade da água; de reunião com o Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CME a fim de estender o Termo de Cooperação Técnica firmado pelo Ministério Público com Universidades e Secretaria de Segurança Pública – quanto à disponibilização da rede laboratorial das instituições de ensino para análises subsidiárias da qualidade da água;

b.2) promoção de projeto para “Fomentar Órgãos Municipais de Defesa dos Consumidores (Procons)”, desenvolvido desde 2000. Foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica n. 13, de 26 de agosto de 2008, com a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e Gerência Estadual do Procon para promover condições e estabelecer regras para a execução do intercâmbio de informações entre as partes. O material de apoio foi disponibilizado na Intranet – inclusive termo de adesão para ser firmado entre Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor e Procons Municipais;

c) Atividades:

c.1) Expediente de Apoio n. 33/2003, de 14 de agosto de 2003, sobre o cumprimento do Estatuto do Torcedor (normas de segurança): foram realizados 30 encaminhamentos às Promotorias de Justiça do Consumidor, em razão de vistorias feitas pela Confederação Brasileira de Futebol e Federação Catarinense de Futebol;

c.2) Expediente de Apoio n. 70, de 2 de março de 2007, sobre cumprimento da RDC 305/2005-ANVISA por laboratórios de análises clínicas: em razão da intervenção do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, foi iniciado o processo de inspeção dos laboratórios de análises clínicas e postos de coleta privados, bem como de todos os laboratórios públicos do Estado, pela Diretoria de Vigilância Sanitária (que promoveu a capacitação de 39 profissionais da área, das VISAs Regionais e Municipais) e Conselhos de classe competentes, visando à adequação desses à RDC 305/2005-ANVISA (Regulamento Técnico para Funcionamento dos Laboratórios Clínicos, que prima pelas boas práticas para a garantia da qualidade dos serviços prestados);

c.3) Expediente de Apoio n. 88, de 24 de abril de 2008, sobre a oferta de crédito aos consumidores: encaminhada mensagem eletrônica a todas as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no dia 29 de maio, sobre a instauração do Expediente de Apoio n. 88/2008. A primeira providência tomada no âmbito desse expediente de apoio foi a solicitação de informações sobre empréstimos consignados ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS, ao Banco Central (autorização e controle) e a outras instituições públicas.

Também foi elaborado e disponibilizado na intranet às Promotorias de Justiça de todo o Estado pôlderes e cartazes para orientar a população sobre os cuidados necessários ao contratar um financiamento ou empréstimo consignado e para alertar os cidadãos sobre como reconhecer fraudes e práticas abusivas. Trinta e três Promotorias de Justiça aderiram voluntariamente à campanha, assim como as Entidades e Associações: Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do INSS – FEAPESC (46 Associações), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, Polícia Militar e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;

c.4) Expediente de Apoio n. 92/2008, de 7 de fevereiro de 2008, sobre o comércio irregular de GLP: o Centro de Apoio Operacional do Consumidor, em parceria com o Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC, a Agência Nacional do Petróleo - ANP e Corpo de Bombeiros, intermediou contatos para a efetiva fiscalização e regularização do mercado de GLP, visando à garantia da segurança dos consumidores. Foram solicitadas fiscalizações à ANP e Corpo de Bombeiros em empresas da Grande Florianópolis, bem como ao IMETRO/SC em Rio Negrinho, conforme pedido da Promotoria de Justiça daquela comarca;

c.5) Proposta de Atuação – Direito de Informação do Consumidor: encaminhada mensagem eletrônica a todas as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no dia 17 de março, sobre material de apoio disponibilizado na Intranet em relação ao cumprimento da Lei n. 10.962/2004 e Decreto n. 5.903/2006 (afixação de preço em vitrinas), tendo em vista o Termo de Cooperação Técnica n. 11, de 5 de setembro de 2007, firmado com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, para resguardar o direito de informação do consumidor no Estado de Santa Catarina;

c.6) Proposta de Atuação – Serviço de Vigilância Sanitária Municipal (Expediente de Apoio n. 19, de 21 de agosto de 2003): no primeiro semestre foi expedido novo questionário para todas as Prefeituras Municipais do Estado, bem como para as 36 Regionais de Vigilância Sanitária, visando a atualizar os dados compilados neste Centro referentes à implantação/desenvolvimento dos serviços de vigilância sanitária nos municípios catarinenses. Diante das informações prestadas, o diagnóstico sobre a situação do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal em Santa Catarina foi concluído.

Encaminhou-se mensagem eletrônica a todas Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no dia 22 de setembro, que esclareceu o objetivo dessa proposta e informou sobre a disponibilização de material de apoio e suporte técnico;

c.7) Proposta de Atuação – Agrotóxicos: os Centros de Apoio Operacional do Consumidor e do Meio Ambiente, em parceria com os órgãos públicos deste Estado (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, Fundação do Meio Ambiente - FATMA, IBAMA, Diretoria de Vigilância Sanitária - VISA/SC, Laboratório Central - LACEN, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC, Centro de Informações Toxicológicas - CIT/SC, Polícia Militar Ambiental, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado da Agricultura) responsáveis pela fiscalização do uso e comércio de agrotóxicos, desde o mês de agosto, desenvolvem trabalho para coibir o uso indiscriminado destes produtos, tanto na produção quanto na ordem de consumo (resíduos em alimentos).

Foram realizadas três reuniões desses órgãos a fim de se discutir e pactuar as providências concretas a serem tomadas e aprovada, por unanimidade, por ocasião da última reunião de 2008, a proposta de encaminhamento à Assembleia Legislativa para alteração da Lei Estadual n. 11.069, de 29 de dezembro de 1998, que trata do controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos – ofício expedido no mês de dezembro. No mês de outubro, com o auxílio do IBAMA, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, foi realizada fiscalização na Região de Santo Amaro da Imperatriz para coibir o comércio de agrotóxicos clandestinos;

c.8) Elaboração de Parecer Técnico, no mês de junho, sobre nova metodologia de cálculo para Quitação Antecipada estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução n. 3.516, de 6 de dezembro de 2007;

c.9) Encaminhamentos relacionados ao Aditivo n. 001/2006 ao Convênio de Cooperação Técnica n. 21/2002: esse aditivo foi firmado entre o Ministério Público, Secretaria de Estado da Saúde e Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina para a promoção da saúde dos consumidores. Foram realizados 78 encaminhamentos sobre irregularidades a Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, Vigilâncias Sanitárias Municipais, Conselho Regional de Farmácia e Diretoria de Vigilância Sanitária, bem como solicitação de uma vistoria ao órgão estadual responsável;

c.10) Informativo sobre a controvérsia de necessidade de perícia em relação a crimes contra as relações de consumo: informativo disponibilizado na Intranet, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou que o delito previsto no inciso IX do art. 7º da Lei n. 8.137/1990 pressupõe a demonstração inequívoca da impropriedade do produto para o uso (necessidade de perícia). Uma mensagem eletrônica foi enviada a todas as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no dia 6 de outubro, informando o material de apoio disponibilizado;

c.11) Enviada mensagem eletrônica para as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, em 13 de fevereiro, sobre as resoluções expedidas, respectivamente, pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que determinam novas regulamentações para o serviço de telefonia móvel e as coberturas obrigatórias dos planos de saúde (material de apoio disponibilizado na Intranet);

c.12) Enviada mensagem eletrônica para as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, em 5 de março, sobre as novas resoluções do Banco Central referentes à cobrança de tarifas bancárias de pessoas físicas (material de apoio disponibilizado na Intranet);

c.13) Serviços Postais e Municípios: no dia 23 de outubro, foi enviada mensagem eletrônica a todas as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor informando a disponibilização de material de apoio em relação à adequada prestação dos serviços postais (problemas afetos à numeração ou identificação de logradouros/ruas/linhas/propriedades por parte dos Municípios);

c.14) No início do mês de dezembro, foi enviada mensagem eletrônica a todos os Membros para informar a entrada em vigor das novas regras sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. O Decreto n. 6.523, de 31 de julho de 2008 regulamenta o Código de Defesa do Consumidor ao fixar normas gerais sobre o serviço por telefone, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público Federal. A regra geral é que os setores sejam regulados por agências reguladoras ou entidades assemelhadas, a exemplo dos serviços de telefonia fixa e móvel, transporte aéreo, TV a cabo, etc.;

c.15) Campanha de Combate à Pirataria: foi lançada, no dia 3 de dezembro (Dia Nacional de Combate à Pirataria), campanha de combate à pirataria no Estado. Em parceria com as Polícias Civil e Militar, Receita Federal e Secretaria de Estado da Fazenda, além dos Centros de Apoio Operacional Criminal e da Ordem Tributária, foi criado um grupo permanente de repressão e combate à pirataria para desenvolver ações em todo o Estado e subsidiar as Promotorias de Justiça. Também foi lançada uma campanha educativa para alertar a população sobre as consequências do consumo de produtos falsificados, com a confecção de cartazes e panfletos. A iniciativa tem o apoio da campanha “Pirata: tô fora” do Ministério da Justiça e do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal;

c.16) Enviada mensagem eletrônica para as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, em 11 de dezembro, em razão de sugestão formulada pela 1ª Promotoria de Justiça de Curitiba, com minuta de ofício sobre o cumprimento da Lei Estadual n. 14.370/2008, a ser expedido para o Setor de Vigilância Sanitária Municipal. Anteriormente, relacionado ao tema de “drugstore”, no dia 26 de agosto, foi encaminhada mensagem eletrônica sobre as decisões dos Tribunais Superiores em relação ao funcionamento desse tipo de estabelecimento.



8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF)

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	488
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	7
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	494
Pesquisas realizadas	298
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	400
Palestras ministradas	4
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	74
Participação em audiências públicas	5
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	18
Participação em Órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	51

Ofícios, e-mails e fax expedidos	4.569
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.969
Pessoas atendidas (do público externo)	486
Outras atividades de apoio	638
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	13

8.3.7.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da cidadania e fundações ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção à saúde, às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos e na orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas e fundações privadas.

8.3.7.2 Proteção à Saúde

Deu-se continuidade às ações que visam a garantir ao cidadão o acesso universal, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a erradicação da cobrança indevida por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o adequado fornecimento de medicamentos aos usuários do Sistema.

8.3.7.3 Proteção às Pessoas com Deficiências

Deu-se continuidade às ações visando a fiscalizar e fazer cumprir os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de proteção e garantia de acesso, por parte das pessoas com deficiência, aos edifícios, aos equipamentos públicos e aos meios de transporte coletivo, bem como a garantir o acesso dessas pessoas à rede regular de ensino.

8.3.7.4 Proteção aos Idosos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, visando a zelar pela correta aplicação das normas relativas ao idoso, evitar a ocorrência de abusos e lesões a seus direitos e contribuir com o seu bem-estar, especialmente por meio de vistorias em entidades asilares e de ações articuladas com outros organismos e instituições, além de estimular a criação de Conselhos Municipais do Idoso.

8.3.7.5 Atenção à Saúde Mental

Deu-se continuidade ao Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas, mediante a realização de vistorias por parte do Ministério Público, em conjunto com outros órgãos públicos (Vigilância Sanitária Estadual, Corpo de Bombeiros, Conselho Estadual de Entorpecentes, CIDASC e EPAGRI) nos locais que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas. O objetivo é orientar a instituição sobre os critérios mínimos para o funcionamento de seus serviços, notadamente no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado e rotinas de funcionamento e tratamento, bem como desempenhar ações com o intuito de tutelar os direitos das pessoas portadoras de transtornos psíquicos e velar pela correta implantação e gestão da política de saúde mental nos municípios catarinenses.

8.3.7.6 Fiscalização das Fundações

Deu-se continuidade ao Sistema de Cadastramento e Prestação de Contas (SICAP) das Fundações Privadas a fim de atualizar o cadastro de fundações particulares existentes em Santa

Catarina e padronizar suas prestações de contas, de modo a tornar mais eficaz e efetiva a fiscalização legalmente atribuída ao Ministério Público, bem como disciplinar a instituição dessas Fundações e a promoção de alterações estatutárias.

8.3.7.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.7, foram realizadas as seguintes atividades na área da cidadania e fundações relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Abusividade de Cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS): objetiva reprimir a abusividade de cobrança por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à garantia de acesso universal, igualitário, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão catarinense. O programa também possibilita uma visão estatística sobre as demandas dirigidas às Promotorias de Justiça, especialmente pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde. Abaixo, mostra-se a tabela referente ao período de 1996 a dezembro de 2008:

Processos	Quantidade	Percentual
Abertura de PAP	10	1.41%
Abertura de Inquérito Civil	2	0.28%
Requisição de Inquérito Policial	147	20.79%
Ajustamento de Conduta	0	0,00%
Ação Civil Pública	1	0.14%
Denúncia	42	5.94%
Arquivado	92	13,01%
Não-informado	413	58.42%
Comunicado à entidade CREMESC	10	1.41%
Total	707	100.00%

a.2) Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias: objetiva proteger as pessoas portadoras de transtornos psíquicos de eventuais abusos e fiscalizar as internações psiquiátricas involuntárias, nos termos da Lei Federal n. 10.216/2001. Nesse programa foram analisadas comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações e, nas hipóteses de descumprimento das recomendações, nos preenchimentos dessas foram requisitadas informações. Tendo em vista a aceitação e a conclusão positiva da implantação, em caráter temporário, do CIPI - Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias, através do Convênio de Cooperação Técnica n. 005/2007 entre o Ministério Público, o Instituto São José, o Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina - IPq e o Hospital Santa Catarina de Blumenau e, com o objetivo de dar-lhe continuidade, porém em caráter definitivo, foi elaborado pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações minuta de Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério Público e os respectivos institutos e o hospital. A minuta foi encaminhada à Secretaria Estadual de Saúde, ao Instituto São José, ao Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina - IPq e ao Hospital Santa Catarina de Blumenau para análise e possíveis alterações nas cláusulas elaboradas. Assim, no dia 6 de novembro de 2008, foi firmado o Convênio de Cooperação Técnica n. 40/2008 com as respectivas instituições, em caráter definitivo. Atualmente o convênio está sendo cumprido regularmente por todos os envolvidos.

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações encaminhou, através de ofício

aos Promotores de Justiça das Comarcas de Criciúma, Curitiba e Joinville, o material referente ao Sistema de Cadastro Estadual de Internações Psiquiátricas Involuntárias – CIPI e solicitou que se fizesse contato posterior com as três instituições para implantação do sistema. São elas respectivamente: Casa de Saúde Rio Maina Ltda – Clínica Psiquiátrica, Fundação Hospitalar de Curitiba – Hospital Hélio Anjos Ortiz e Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. Atualmente esses três hospitais, bem como os demais situados no Estado, comunicam as ocorrências via postal. Esse contato tem por escopo fazer com que todos os hospitais psiquiátricos ou hospitais com leitos destinados a internações psiquiátricas sejam adicionados ao Convênio, o que tornará possível o preenchimento das comunicações de internações, bem como o acesso do banco de dados cadastral para alteração e visualização, por intermédio de sistema virtual, via Internet. Outrossim, objetivase, também, com a implementação do referido sistema, permitir ao(à) Promotor(a) de Justiça da Comarca onde haja internações psiquiátricas involuntárias que faça, dentre outras ações, notificações ao hospital ou mesmo requerimentos de auxílio ao Centro de Apoio Operacional com o intuito de sanar pendências porventura existentes acerca do processo de internação;

a.3) Programa de Vistoria a Entidades Asilares: objetiva coordenar as ações de fiscalização aos estabelecimentos que abriguem as pessoas idosas em regime asilar. Está em fase de execução avançada: o CCF está acompanhando as ações desencadeadas nas Promotorias de Justiça a partir das vistorias realizadas desde o segundo semestre de 2005. Especificamente no primeiro semestre de 2008, no dia 20 de fevereiro de 2008, o CCF acompanhou a Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí em vistoria destinada a verificar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com instituição de longa permanência para idosos localizada naquele Município.

No dia 27 de maio de 2008, o CCF realizou atividade de apoio à Promotoria da Comarca de Campo Belo do Sul, consistente em vistoria realizada em instituição estabelecida naquele Município que, além de pessoas carentes e com transtornos mentais, abrigava idosos. E, em atenção à solicitação do Promotor de Justiça da Comarca de Criciúma. O CCF contactou os órgãos participantes do citado Programa a fim de organizar vistoria realizada em 26 de novembro de 2008 em asilo situado naquele Município;

a.4) Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações: objetiva gerenciar o Banco de Dados de Fundações, criado pelo Ato n. 00059/MP/2002, que normatizou e padronizou a forma de prestação de contas anual das fundações privadas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina. O Programa utiliza sistema informatizado elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominado SICAP (Sistema de Cadastro e Prestação de Contas). A situação atual das fundações privadas cadastradas no SICAP no Estado de Santa Catarina é a seguinte: 185 ativas (44 na Capital e 141 no interior); 38 extintas; e 29 em processo de extinção. Prestaram contas, em 2008, 110 fundações, num total de 372 prestações, sendo que 173 são referentes a 2007 e 199 prestações de contas são referentes a outros exercícios;

a.5) Programa de Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiência aos Edifícios Públicos: objetiva promover a adequação, mediante a supressão de barreiras e obstáculos dos prédios públicos estaduais e municipais, de modo a garantir a livre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Está em curso na Capital, sob a condução da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, em caráter de experiência-piloto. A fase seguinte será a interiorização do programa às demais Promotorias de Justiça da Cidadania. Foram iniciadas tratativas junto ao Tribunal de Justiça com a finalidade de se adequar os prédios públicos sedes de Fóruns às normas de acessibilidade;

a.6) Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas: objetiva, inicialmente, a realização de vistorias pelo Ministério Público, em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual - eventualmente com a Municipal -, Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC), Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), em estabelecimentos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso

ou abuso de substâncias psicoativas (Comunidades Terapêuticas), com o intuito principal de fazer com que tais estabelecimentos exerçam suas atividades em consonância com as normas contidas na Resolução RDC n. 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, espaço para atividades e rotinas de funcionamento e tratamento. Durante o ano de 2008, foram vistoriados, a pedidos de Promotores(as) de Justiça, três estabelecimentos situados em Itajaí (Centro de Recuperação da Paciência Vale Ebenezer, Comunidade Terapêutica Vida Nova e Centro de Tratamento Alternativo Pró-Vida), um localizado em Porto União (Comunidade Terapêutica Hermon), um situado em Biguaçu (Centro de Recuperação Casa de Nazaré) e quatro localizados em Palhoça: CRETA, unidades IX, XI e XIII, e Comunidade Terapêutica “Paz e Bem”;

b) Ações:

b.1) Dengue: diante da informação enviada pela Secretaria de Estado da Saúde de que, entre janeiro e maio de 2007, 796 focos do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, foram detectados em 39 dos 293 municípios catarinenses, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF) desencadeou uma ação de prevenção epidemiológica, informando todas as Promotorias de Justiça com atuação na Cidadania sobre as condições de suas Comarcas, alertando sobre os riscos da proliferação do inseto, sugerindo o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Municípios no combate ao mosquito e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, caso necessárias, e disponibilizando minutas de recomendação, termos de ajustamento e ações civis públicas.

Números atualizados em 31.12.2008, pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) da Secretaria de Estado da Saúde, demonstraram que em 41 municípios catarinenses haviam sido identificados 565 focos de proliferação do mosquito transmissor. Outrossim, a DIVE tem informado periodicamente ao CCF quais os Municípios que têm paralisado os programas de combate à dengue e tais informações são retransmitidas às respectivas Promotorias de Justiça para as providências cabíveis. Até o momento, o CCF recebeu informações das Promotorias de Justiças dando conta de que dos 293 Municípios do Estado de Santa Catarina, 108 (36,86%) já prestaram esclarecimentos sobre quais os procedimentos que estão adotando para combater a proliferação de focos do mosquito *Aedes aegypti*;

b.2) Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Pública: o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF), em conjunto com o Centro de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) do Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou nos dias 27 e 28 de março de 2008, na Capital, o Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Pública, visando a instrumentalizar os Membros do Ministério Público, Juízes de Direito e operadores jurídicos para o acompanhamento das questões relativas aos direitos do cidadão junto aos sistemas públicos de saúde, mediante a concepção, formulação, desenvolvimento e implantação de estratégias de enfrentamento das questões que envolvem os serviços de saúde.

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República, em Porto Alegre, Humberto Jacques de Medeiros, iniciou os trabalhos, palestrando sobre o “Direito à saúde: o passado, o presente e o futuro - realidade e perspectivas” e o último palestrante foi o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Teori Albino Zavascki, com o tema “Saúde Pública, Direitos Fundamentais e Poder Judiciário”. O curso abordou a crescente judicialização dos problemas relacionados à saúde pública; a visão dos tribunais em temas relacionados à internação hospitalar, os exames clínicos e a assistência farmacêutica; o controle social do Sistema Único de Saúde e os operadores jurídicos; a realidade e as perspectivas do direito sanitário brasileiro; entre outros temas. Foram realizadas oficinas e exposição de trabalhos sobre assistência farmacêutica, internação hospitalar, exames clínicos e controle social. Estiveram presentes Membros do Ministério Público Catarinense, de São Paulo, Paraná, Tocantins, Rondônia e Amapá, Juízes de Direito e Procuradores do Estado, num total

de 60 participantes;

b.3) Conselho Municipais de Entorpecentes: uma das iniciativas estratégicas na seara da cidadania, constante do Plano Geral de Atuação 2008 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, foi a de promover o adequado atendimento em saúde mental e aos dependentes químicos. Essa iniciativa envolve, dentre outras ações, as destinadas a gestionar a implantação de conselhos municipais de entorpecentes e/ou álcool e drogas. De acordo com dados obtidos no site do Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SC (link: <http://www.ssp.sc.gov.br/conen/comem.htm>), dos 98 Conselhos Municipais de Entorpecentes-COMENs/Conselhos Municipais Antidrogas-COMADs já criados no Estado, 36 se encontram, no momento, desativados.

Com o intuito de alterar esse quadro, uma das ações propostas na iniciativa estratégica acima mencionada foi a de se realizar Recomendações aos Prefeitos municipais para criação e implantação de Conselhos Municipais de Entorpecentes nos Municípios que ainda não os tivessem criado. Assim, em 20.05.2008, o CCF encaminhou aos(às) Promotores(as) de Justiça, via *e-mail*, minutas de Recomendações, com o objetivo de fazer com que o Poder Público municipal crie os Conselhos Municipais de Entorpecentes/Conselhos Municipais Antidrogas, onde sejam inexistentes ou reative aqueles que, por algum motivo, não estejam em funcionamento;

b.4) Tabagismo: conforme informação disponível no site do Instituto Nacional do Câncer - INCA (link: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/frameset.asp?item=dadosnum&link=mundo.htm>), o tabagismo é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) **a principal causa de morte evitável em todo o mundo**. A OMS estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1 bilhão e 200 milhões de pessoas (entre as quais 200 milhões de mulheres), sejam fumantes. Pesquisas comprovam que aproximadamente 47% de toda a população masculina e 12% da população feminina no mundo fumam. Enquanto nos países em desenvolvimento os fumantes constituem 48% da população masculina e 7% da população feminina, nos países desenvolvidos a participação das mulheres mais do que triplica: 42% dos homens e 24% das mulheres têm o comportamento de fumar. Mas sabe-se que os malefícios ocasionados pelo cigarro não atingem apenas aqueles que efetivamente dele fazem uso. Os fumantes ditos passivos também sofrem os efeitos danosos à saúde provocados pela inalação da fumaça proveniente do(s) cigarro(s) consumido(s) por outrem. Assim sendo, com o intuito de auxiliar os(as) Promotores(as) de Justiça que porventura desejarem atuar na seara da prevenção do uso do tabaco, foi que, em 21.05.2008, o CCF encaminhou àqueles(as), via *e-mail*, o texto completo da Lei Estadual n. 7.592/1989 e seu regulamento (Decreto Estadual n. 6.556/1991) que proíbem o uso de fumo em lugares fechados, dados acerca da legislação federal vigente sobre tabaco no Brasil, bem como modelo de requisição dirigida à Vigilância Sanitária Municipal a fim de que essa proceda à realização de vistoria nos locais referidos no art. 1º da Lei Estadual acima citada, com o objetivo de aferir o cumprimento das normas nela estabelecidas;

b.5) Publicação das Listas de Espera por Cirurgias: devido ao significativo número de reclamações por parte de usuários do SUS às diversas Promotorias de Justiça com atuação na área da Cidadania, trazidas ao conhecimento do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações nas reuniões promovidas com os núcleos regionais no ano de 2007, inseriu-se dentre as iniciativas estratégicas na seara da cidadania, constantes do Plano Geral de Atuação 2008 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a promoção do acesso integral e gratuito ao Sistema Único de Saúde – SUS, que envolve, dentre outras ações, as destinadas a promover a autogestão do sistema. Assim, uma das ações propostas na iniciativa estratégica acima mencionada foi a de recomendar às unidades conveniadas ao SUS a publicação das listas de espera por cirurgias nos Municípios do nosso Estado. Em 26 de junho de 2008, o CCF encaminhou aos(às) Promotores(as) de Justiça, via *e-mail*, minutas de Recomendações, com o objetivo de fazer com que as Secretarias Municipais de Saúde providenciassem a publicação das listas de espera por cirurgias, sob a responsabilidade de suas Unidades de Saúde (próprias, conveniadas ou contratadas) para que fossem disponibilizadas à consulta pública;

b.6) Conselhos Municipais de Idosos: uma das iniciativas estratégicas na seara da cidadania, constante do Plano Geral de Atuação 2008 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, foi a de promover a correta aplicação das leis de proteção aos idosos, que envolve, dentre outras, ações destinadas a gestionar a criação e efetiva implantação de Conselhos Municipais de Idosos (CMI). Em consulta formulada ao Conselho Estadual do Idoso (CEI), este Centro de Apoio Operacional obteve uma relação contendo os dados dos Conselhos Municipais do Idoso já criados em Santa Catarina e que se encontram cadastrados naquele órgão. Tomando-se por base as informações constantes do levantamento acima citado, apenas 17 dos 293 (5,8%) municípios catarinenses estão com o respectivo Conselho Municipal do Idoso criado. Para a alteração desse quadro, uma das ações propostas na iniciativa estratégica acima mencionada foi a de se efetuar Recomendações ou realizar Ajustamentos de Conduta com os Prefeitos municipais para a criação ou reativação, conforme o caso, dos Conselhos Municipais do Idoso. Assim, em 3 de julho de 2008, o CCF encaminhou aos(às) Promotores(as) de Justiça, via e-mail, dados acerca da atual situação dos Conselhos Municipais de Idosos nos municípios catarinenses, bem como minutas de Recomendações e de Termo de Ajustamento de Conduta, com o intuito de fazer com que o Poder Público municipal crie tais Conselhos, onde sejam inexistentes, ou reative aqueles que, por algum motivo, não estejam em funcionamento;

b.7) Legislação Básica do SUS - Quadro Sinótico: o Centro Operacional de Apoio da Cidadania e Fundações (CCF) compilou neste Quadro Sinótico a Legislação básica relativa ao Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de auxiliar os Promotores de Justiça e a sociedade na fiscalização da correta aplicação das normas legais. O Quadro Sinótico está disponível ao público na página do MPSC na *internet* desde agosto de 2008. As Leis, Decretos, Portarias e Resoluções estão divididas por assuntos, em ordem alfabética, e com palavras-chave para facilitar a busca pela norma desejada;

b.8) Câmara Técnica de Medicamentos – CATEME: o grande número de solicitações de fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o surgimento de questionamentos sobre a eficácia terapêutica, a adequação e até mesmo a ocorrência de fraudes na obtenção desses remédios levaram o Ministério Público de Santa Catarina a buscar parceria para a avaliação técnica dos exames e laudos médicos dos pacientes que procuram as Promotorias de Justiça em busca de auxílio para ter acesso ao tratamento quando há negativa pelo poder público. Tendo em vista tal objetivo, o Ministério Público de Santa Catarina e a Associação Catarinense de Medicina (ACM) firmaram, em 16 de setembro de 2008, Termo de Cooperação para a criação da Câmara Técnica de Medicamentos (CATEME). A solenidade realizou-se na sede do MPSC em Florianópolis.

Os profissionais que integram a Câmara Técnica auxiliarão os Promotores de Justiça que atuam na área da cidadania durante a fase de apuração da necessidade de um paciente receber ou não um medicamento por via judicial. Vale frisar que muitos remédios receitados ainda estão em fase de teste, sem base científica que ateste o seu efeito, o que gera uma preocupação com a segurança dos pacientes. A CATEME irá analisar os exames prescritos e o histórico do paciente para verificar, por exemplo, se está correta a prescrição e se o remédio recomendado tem eficácia terapêutica. Conforme consta do referido Termo de Cooperação, os pareceres elaborados pela Câmara Técnica de Medicamentos serão custeados com recursos provenientes do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL);

b.9) Padronização dos pleitos administrativos por medicamentos no âmbito municipal: outra iniciativa estratégica na seara da cidadania, constante do PGA/2008 do MPSC, foi a de garantir o correto fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, iniciativa esta que envolve, dentre outras, ações destinadas a ajustar a padronização dos pleitos administrativos por medicamentos no âmbito municipal para a formalização dos deferimentos e indeferimentos. Tal iniciativa teve origem na constatação efetuada por diversas Promotorias de Justiça com atuação na curadoria da cidadania de que muitos dos cidadãos que têm seus pleitos por medicamentos negados pela administração pública não possuem nenhum documento comprobatório dessa negativa e, muito menos, a justificativa de tal decisão. Dessa maneira, buscando uma maior transparência e

maior comprometimento dos Municípios com a saúde pública e, em especial, com o fornecimento de medicamentos para seus munícipes, usuários do SUS, é que, em 29.09.2008, o CCF elaborou e encaminhou aos(as) Promotores(as) de Justiça minutas de Recomendação e de Termo de Ajustamento de Conduta a serem utilizadas quando da necessidade de fazer com que as Secretarias Municipais de Saúde providenciem a padronização dos pleitos administrativos por medicamentos, com os deferimentos e indeferimentos dos pedidos;

b.10) Prescrição de medicamentos pelo princípio ativo: as Promotorias de Justiça com atuação na área da cidadania têm detectado, em diversas Comarcas do Estado, a prescrição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com o nome comercial do medicamento, sem menção ao princípio ativo, conforme determina a legislação. O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF), buscando alterar esta situação, elaborou modelos de recomendação e de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), encaminhados em 04 de novembro de 2008 a todas as Promotorias de Justiça com atribuição na seara da cidadania para aplicação nos casos em que o problema acima descrito for detectado, com o objetivo de fazer com que os Municípios, por intermédio das respectivas Secretarias Municipais de Saúde, determinem aos profissionais de medicina da rede pública municipal a adoção de denominação comum brasileira (princípio ativo), quando de suas prescrições a usuários do SUS, e a prescrição, preferencialmente, de remédios constantes das listas de medicamentos padronizados;

b.11) Saúde Mental – Adequação dos serviços de assistência psicossocial: um levantamento da Coordenação Estadual de Saúde Mental mostra que 155 (52,90%) dos 237 municípios catarinenses com menos de 20 mil habitantes não possuem um serviço de saúde mental instalado. Para alterar esse quadro, o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), em 10.11.2008, remeteu aos Promotores de Justiça com atuação na área minutas de recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta e de ação civil pública para fazer com que os Municípios ajustem a gestão do serviço de assistência psicossocial.

Diversos tipos de serviços podem ser utilizados para proporcionar atenção às pessoas com transtornos mentais, dentre os quais o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviço de Saúde Mental (articulado com a rede básica de saúde) e a instituição de leitos em hospitais a serem utilizados por pessoas com transtornos mentais em casos em que a internação se faça necessária, após esgotadas todas as possibilidades de atendimento em unidades extra-hospitalares e de urgência para fornecer os cuidados ao paciente até sua estabilização. Para os Municípios com população abaixo de 20.000 habitantes não há necessidade de instalação de CAPS, mas deve haver um serviço de saúde mental articulado com a rede básica de saúde (o Programa de Saúde da Família, por exemplo);

b.12) Trânsito: a segurança no trânsito deve ser uma preocupação constante de todos, uma vez que a prevenção, além de garantir os direitos constitucionais à vida e à saúde, através da redução do número de mortos e feridos em acidentes de trânsito, implica em substancial diminuição dos custos hospitalares e previdenciários. Dessa forma, o CCF idealizou a realização de um Termo de Cooperação Técnica que vise a identificar os locais de maior incidência de acidentes com mortes nas rodovias catarinenses e apurar suas causas. Por intermédio do referido termo, pretende-se, ainda, viabilizar estratégias para combater o problema e fornecer aos Membros do Ministério Público os subsídios necessários para sua atuação (dados, laudos, minutas, material de apoio, etc.). Participam da referida Cooperação as seguintes entidades e instituições: MPSC, Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina, Polícia Rodoviária Federal, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento Estadual de Infraestrutura, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Agência Nacional de Transportes Terrestres. Todas essas entidades e instituições já manifestaram aquiescência em aderir ao termo, ressaltando-se que a participação da ANTT está na iminência de ser incluída na pauta dos assuntos a serem discutidos e deliberados pela Diretoria da Agência, o que, segundo informado pelo Coordenador da Unidade Regional da ANTT no Rio Grande do Sul, deverá ocorrer em breve;

c) Atividades:

c.1) Participação em Audiência Pública cuja discussão foi acerca do tema Saúde Mental no Município de São José, ocorrida no dia 26 de fevereiro no Plenário da Câmara de Vereadores de São José. A audiência pública foi promovida pela Comissão de Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de São José, e a participação ocorreu a pedido da Promotora de Justiça Darci Blatt, em exercício na 5ª Promotoria de Justiça de São José. O Ministério Público de SC fez-se presente, representado pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann;

c.2) Realização de palestra pela Coordenadora-Geral do Centro de Apoio Operacional e Fundações, Procuradora de Justiça Dra. Vera Lúcia F. Copetti, no dia 13 de março, na Câmara de Vereadores de Joaçaba, sobre o tema “Violência contra mulheres: Lei Maria da Penha”;

c.3) Participação no evento “Estação Mulher” promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL) no dia 26 de março. Representou o MPSC a Coordenadora-Geral do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Procuradora de Justiça Dra. Vera Lúcia Ferreira Copetti que proferiu palestra cujo tema foi “A Evolução dos Direitos da Mulher”;

c.4) Participação em reunião ocorrida no dia 25 de abril, em Caçador, com a presença dos Promotores de Justiça Davi do Espírito Santo, da 25ª Promotoria de Justiça da Capital, Osvaldo Juvêncio Cioffi Júnior, da 1ª Promotoria de Justiça de Caçador, Marco Antônio Schutz de Medeiros, da 1ª Promotoria de Justiça de Canoinhas, Luiz Suzin Marini Júnior, da 2ª Promotoria de Justiça de Concórdia e Fernando da Silva Comin, da 1ª Promotoria de Justiça de Mafra, cuja discussão foi acerca de recentes notícias veiculadas sobre a atuação do Ministério Público no denominado “processo de migração” ou “unificação” das fundações vinculadas academicamente à Universidade do Contestado. O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações fez-se presente, representado pelo seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann;

c.5) Participação em Audiência Pública que teve como tema a situação do Instituto Psiquiátrico de Santa Catarina (IPQ), ocorrida no dia 5 de maio na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A Audiência Pública foi promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a convite do Deputado Genésio Goulart, Presidente da referida Comissão. O Ministério Público de SC fez-se presente, representado pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann. Na ocasião, foi relatado pelo Coordenador o trabalho incansável dos Membros do Ministério Público, decorrente das deficiências na estruturação da rede de saúde mental nos Municípios, o que faz com que frequentemente o(a) Promotor(a) de Justiça seja procurado(a) para resolver situações pontuais de internação compulsória ou involuntária de pacientes acometidos de transtornos mentais ou em razão do uso de substâncias psicoativas. Lembrou o Promotor que grande parte dos problemas vivenciados pelo IPQ advém dessas deficiências, já que muitos pacientes são encaminhados à instituição por não encontrarem atendimento na região onde vivem. Não há, conseqüentemente, como resolver de forma isolada os problemas do Instituto sem que os Municípios cumpram as suas partes no atendimento psicossocial;

c.6) Participação na II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, realizada nos dias 29 e 30 de maio, em Goiânia–GO. O Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, membro da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – COPEDH, representou o MPSC. Dentre os assuntos tratados na reunião figuraram a apresentação de relato de situação das metas nos Estados, a apresentação de boas práticas nos Estados, e sua repetição pelo país por intermédio de GNDH, a definição de Ações Integradas dos Ministérios Públicos e a definição de Metas e Convênios com Órgãos Públicos e Privados;

c.7) Participação em Painel de Referência de Auditoria, ocorrido no dia 12 de junho, no

auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cujo objetivo foi o de discutir o Planejamento da Auditoria que visará à avaliação dos aspectos estruturais e gerenciais no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Santa Catarina – SAMU/SC. O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações fez-se presente, representado pelo seu Coordenador, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann;

c.8) Participação em Audiência Pública com o tema “A Situação dos Hospitais no Estado de Santa Catarina”, ocorrida no dia 19 de junho no Plenarinho Paulo Stuart Wrigth, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A Audiência Pública foi promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a convite do Deputado Genésio Goulart, Presidente da referida Comissão. O Ministério Público de SC fez-se presente, representado pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo H. M. Lehmann. Na oportunidade foram relatadas pelo Coordenador as atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério Público, por todo o Estado, relacionadas ao tema;

c.9) Participação na “VII Jornada Catarinense de Psiquiatria – Psiquiatria e Lei”, evento promovido pela Associação Catarinense de Psiquiatria, nos dias 27 e 28 de junho, em Florianópolis. Representando o MPSC, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, proferiu palestra cujo tema foi “Internação Psiquiátrica: Aspectos Éticos, Médicos e Legais”. Discutiu-se também nesse evento outros temas, como “Dependência Química e Criminalidade”, “Capacidade Laborativa x Capacidade Civil”, “Psicopatia na Vida Cotidiana”, “Violências Domésticas”, “Violência e Transtornos de Personalidade” e “Perícias Psiquiátricas”;

c.10) Participação na “II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de Santa Catarina”, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/SC, no dia 7 de agosto, em Florianópolis. Representou o MPSC o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Dr. Leonardo Henrique Marques Lehmann, que mediu uma palestra sobre o tema “Acessibilidade: Você Ainda tem Compromisso”;

c.11) Participação no “IV Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde”, promovido pela Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde, ocorrido nos dias 10, 11 e 12 de setembro, em Fortaleza-CE. Representou o MPSC o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, que atuou como facilitador da roda de conversa sobre o tema “*Fundações Estatais de Direito Privado*”, além de ter presidido mesa do painel sobre “*Sistemas de informação Gerando Informação em Saúde e Portal da Transparência*”;

c.12) Participação na “Conferência Estadual dos Direitos Humanos de Santa Catarina”, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de setembro, em Florianópolis. Representou o MPSC o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann, que atuou como facilitador do grupo de trabalho n. 3, cujo tema de discussão foi “*Pacto Federativo e Responsabilidade dos Três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública*”;

c.13) Participação em Audiência Pública com o tema “*Avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) de Santa Catarina*”, ocorrida no dia 17 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A audiência pública foi promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a convite do Deputado Estadual Genésio Goulart, presidente da referida Comissão. O Ministério Público de SC fez-se presente, representado pelo Coordenador do CCF, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann. Na oportunidade, foram relatadas pelo Coordenador as atividades desenvolvidas no âmbito do Ministério Público, por todo o Estado, relacionadas ao tema;

c.14) Participação no “1ª Congresso Brasileiro de Saúde Mental”, ocorrido nos dias 3, 4 e 5 de dezembro, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis. Representou o

MPSC o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann que participou do “Simpósio do Ministério Público – Gestão dos Serviços de Saúde Mental”, no qual fez uma exposição sobre o tema “O Papel do Ministério Público na Gestão dos Serviços de Saúde Mental”;

c.15) Participação na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, ocorrida nos dias 15, 16, 17 e 18 de dezembro, em Brasília-DF. Participaram da conferência, representando o MPSC, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Promotor de Justiça Leonardo Henrique Marques Lehmann e o Promotor de Justiça Alan Boettger, da Comarca de Canoinhas.



8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON)

O Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	75
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	26
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	64
Pesquisas realizadas	120
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	28
Participação em reuniões	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	1
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	9
Ofícios, e-mails e fax expedidos	537
Ofícios, e-mails e fax recebidos	523
Pessoas atendidas (do público externo)	28
Pesquisas realizadas <i>ex officio</i>	9
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	3

8.3.8.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do controle de constitucionalidade ocorreu de modo a dar continuidade a ações que visam à harmonização das atividades dos diversos Órgãos de Execução do Ministério Público, no que tange ao aforamento das ações diretas de inconstitucionalidade, estimulando-os, a partir do exercício ordenado e sistemático do controle concentrado de constitucionalidade, a manter os ordenamentos jurídicos municipais e estaduais dentro dos parâmetros definidos pelos princípios e pelas normas constitucionais.

8.3.8.2 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.8, foram realizadas atividades na área do controle de constitucionalidade, relativas, principalmente, aos programas mantidos pelo Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade:

a) Programas:

a.1) Programa de Efetividade das Ações Diretas de Inconstitucionalidade: consiste em remeter cópia dos acórdãos aos Órgãos de Execução competentes, com o objetivo de desfazer os atos praticados com amparo na lei declarada inconstitucional e apurar eventuais danos e responsabilidades das pessoas envolvidas;

a.2) Programa de Controle de Normas Relativas à Admissão de Pessoal sem Concurso Público: consiste na adoção de um conjunto sistemático de providências destinadas a combater diversas formas de admissão de pessoal sem concurso público, tais como a criação irregular de cargos comissionados, a contratação abusiva por tempo determinado, a transposição e a transformação de cargos e outras formas inconstitucionais de acesso ao serviço público;

a.3) Programa de Intensificação do Controle de Constitucionalidade de Leis e Atos Normativos Estaduais e Municipais: consiste em realizar o permanente acompanhamento da edição de leis e atos normativos estaduais e municipais nos respectivos Diários Oficiais, realizando estudos dos casos que apresentem indícios de inconstitucionalidade, bem assim, analisando as representações, notícias ou pedidos recebidos de terceiros;

8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP)



O Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	
Coordenadoria de Inteligência e Dados Estruturados	699
Coordenadoria de Assessoramento Técnico	97
Coordenadoria de Investigações Especiais	193
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.143
Ofícios, e-mails e fax recebidos	907

Nas atividades de inteligência, conforme dados da tabela acima, o Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas realizou inúmeras tarefas, seja na deflagração de operações, seja na participação conjunta com os Promotores de Justiça em investigações que, em face da necessidade de manter-se sigilo, não podem ser divulgadas.



8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE)

O Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de execução recebidas	268
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	346
Pesquisas realizadas	86
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	155
Palestras ministradas	5
Eventos promovidos	11
Participação em reuniões	42
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	36
Participação em Órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	10
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros Órgãos	17
Ofícios, e-mails e fax expedidos	397
Ofícios, e-mails e fax recebidos	266
Pessoas atendidas (do público externo)	4
Outras atividades de apoio	164
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	9

8.3.10.1 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados, foram realizadas diversas reuniões e atendimentos aos Promotores de Justiça que atuam na área cível e eleitoral, com a formulação de diversas pesquisas e estudos. Foram também realizados seis encontros regionais para elaboração dos planos estratégicos de atuação.

8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, como Órgão Auxiliar, realizou no ano de 2008 as seguintes atividades:

Ato realizado	Quantidade
Apoio operacional oferecido a eventos promovidos diretamente por outros Órgãos internos e externos	38
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	51
Expedição de certidões e certificados	2.249
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	132
Elaboração de minutas para publicações diversas	4

Eventos realizados	Participantes	Período	Carga horária
1. Curso Júri: Teoria e Prática	117	7, 8, 14 e 15 de março, 18 e 19 de abril, 30 e 31 de maio e 20 e 21 de junho de 2008	44 h/a
2. Seminário Eleições 2008 – São Miguel d'Oeste	83	18 de março de 2008	5 h/a
3. Seminário Eleições 2008 – Chapecó	89	19 de março de 2008	5 h/a
4. Seminário de Aperfeiçoamento Profissional para Assistentes Sociais do MPSC	14	3 e 4 de abril de 2008	16 h/a
5. Curso à distância de Disseminadores de Educação Fiscal	49	14 de abril a 16 de junho de 2008	80 h/a
6. Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Pública	80	27 e 28 de março de 2008	16 h/a
7. Seminário Eleições 2008 – Joaçaba	164	23 de abril de 2008	5 h/a
8. Seminário Eleições 2008 – Lages	73	24 de abril de 2008	5 h/a
9. Curso BrOffice Writer	11	7 e 9 de maio de 2008	8 h/a
10. Seminário Eleições 2008 – Joinville	80	8 de maio de 2008	5 h/a
11. Seminário Eleições 2008 – Mafra	110	9 de maio de 2008	5 h/a
12. Curso BrOffice Writer	10	14 e 16 de maio de 2008	8 h/a
13. Seminário Licitações: Aspectos Práticos na Identificação de Fraudes	134	15 e 16 de maio de 2008	16 h/a
14. Curso BrOffice Writer	11	28 e 30 de maio de 2008	8 h/a
15. Curso BrOffice Writer	8	4 e 6 de junho de 2008	8 h/a
16. Seminário Eleições 2008 – Rio do Sul	127	5 de junho de 2008	5 h/a
17. Seminário Eleições 2008 – Itajaí	89	6 de junho de 2008	5 h/a
18. Seminário Eleições 2008 – Blumenau	56	11 de junho de 2008	5 h/a
19. Curso BrOffice Writer	12	11 e 13 de junho de 2008	8 h/a
20. Seminário Eleições 2008 – Florianópolis	64	12 de junho de 2008	5 h/a

21. Curso BrOffice Writer	11	18 e 20 de junho de 2008	8 h/a
22. Curso Adobe Connect	18	23 de junho a 4 de julho de 2008	44 h/a
23. Curso BrOffice Writer	12	25 e 27 de junho de 2008	8 h/a
24. Seminário Eleições 2008 – Criciúma	68	26 de junho de 2008	5 h/a
25. Seminário Eleições 2008 – Tubarão	69	27 de junho de 2008	5 h/a
26. Curso BrOffice Writer	12	2 e 4 de julho de 2008	8 h/a
27. Curso SIG	12	15 a 29 de julho de 2008	15 h/a
28. Curso BrOffice Writer	9	16 e 18 de julho de 2008	8 h/a
29. Curso BrOffice Writer	8	30 de julho e 1º de agosto de 2008	8 h/a
30. Curso SIG	12	5 a 8 de agosto de 2008	15 h/a
31. Curso BrOffice Writer	15	6 e 8 de agosto de 2008	8 h/a
32. Curso BrOffice Writer	11	13 e 15 de agosto de 2008	8 h/a
33. Curso BrOffice Writer	11	20 e 22 de agosto de 2008	8 h/a
34. Curso de Atualização em Linguagem e Redação Jurídico-Forense (presencial)	64	25 a 29 de agosto de 2008	20 h/a
35. Curso de Atualização em Linguagem e Redação Jurídico-Forense (via TV web)	147	25 a 29 de agosto de 2008	20 h/a
36. Treinamento I2	12	15 a 26 de setembro de 2008	44 h/a
37. Congresso da Região Sul sobre Combate às Irregularidades na Administração Pública	33 vinculados ao MPSC	16 e 17 de outubro de 2008	44 h/a
38. Curso Básico de Capacitação em Inteligência para Membros do MPSC	30	24, 25 e 26 de setembro e 8, 9, 10 e 11 de outubro de 2008	56 h/a
39. Curso Básico de Capacitação em Inteligência para Membros do MPSC	37	22, 23 e 24 de outubro e 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2008	56 h/a
40. A Lei da Política Nacional do Saneamento Básico (lei 11.445/07) e o Inquérito Civil Público Estadual 04/04/PGJ/MPSC	149	30 e 31 de outubro de 2008	13 h/a
41. VI Encontro Nacional de Promotores de Justiça de Defesa da Ordem Tributária	72	6 e 7 de novembro de 2008	16 h/a
Total	2.193	-	679 h/a

Programas	Participantes	Período	Carga Horária
1. Programa de Acompanhamento dos Novos Servidores	47	Fevereiro a dezembro de 2008	40 h
2. Programa de Competências Humanas – CME	10	5 de agosto de 2008	3 h
3. Programa de Competências Humanas – CIJ	10	8 de agosto de 2008	3 h
4. Programa de Competências Humanas – CMA	5	28 de agosto de 2008	3 h
5. Programa de Competências Humanas – CCO	8	29 de agosto de 2008	3 h
6. Programa de Competências Humanas – CCR	8	29 de agosto de 2008	3 h
7. Programa de Competências Humanas - CECCON	9	21 de novembro de 2008	3 h
8. Programa de Competências Humanas - COT	6	27 de novembro de 2008	3 h
9. Programa de Competências Humanas – CEAF	5	11 de dezembro de 2008	3 h
10. Programa “Yoga Laboral”	90	Abril a dezembro de 2008	108 h
Total	198	-	172 h

Foram realizadas diversas atividades inéditas no âmbito do Ministério Público, como os Seminários Regionais acerca das eleições, com número expressivo de participantes, além de outros cursos em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União. O Congresso Anual do Ministério Público, que deveria acontecer no mês de dezembro, não foi realizado em razão das fortes chuvas que assolaram o Estado. Outra inovação foi a transmissão pela TVWeb MPSC do Curso de Português ministrado pelo Professor Adalberto Kaspary, o que possibilitou a participação de alunos em todo o Estado. Iniciaram-se os projetos de implantação do ensino a distância, que integra várias tecnologias de mídia e videoconferência, o que possibilitará o treinamento de todos os Servidores e Membros do Ministério Público com eficiência e economia de recursos. Ressalta-se, também, a reforma iniciada nas dependências do CEAF para a ampliação do espaço físico e adequação de novas tecnologias para a melhoria da qualidade nas realizações dos eventos.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional realizou, também, serviço de revisão gramatical da Língua Portuguesa para os Centros de Apoio e Órgãos da Administração do Ministério Público de Santa Catarina. Segue abaixo tabela das revisões realizadas:

Objeto Revisado	Quantidade
Relatório de Gestão Institucional 2007	1
Revisão do Anteprojeto do PGA 2009	1
Estudo de implantação do Projeto Dicas de Redação Forense	1
Revisão de modelos no SIG	286

Revisão do Treinamento do SIG – Módulos e versões: Introdução, Pendências e prazos, Cadastro de Atendimento, Cadastro de Protocolos, Consulta Básica, Editor de Textos, Configurações, Agenda, Cadastro de Procedimentos, Representação e Procedimentos Antigos, Pasta Digital, Gerenciador de Arquivos, e Cadastro de Representação	19
Revisão da Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense n. 12 e 13	2
Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	14
Centro de Apoio Operacional Criminal	1
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	1
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	1
Secretaria-Geral do Ministério Público	10
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	27
Assessoria do Procurador-Geral de Justiça	5
Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	5
Colégio de Procuradores	2
Total de revisões	376

8.5 Da Comissão de Concurso

Em 14 de novembro de 2007, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Edital de Concurso n. 003/PGJ/2007, que abriu, no período de 19 de novembro a 19 de dezembro, as inscrições do XXXIII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina para provimento de 27 cargos vagos de Promotor de Justiça Substituto. Dentre as regras previstas, destaca-se aquela referente à reserva de 5% das vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais. Inscreveram-se ao concurso, no prazo final determinado, 1.990 candidatos.

Durante o ano de 2008, a Comissão de Concurso prosseguiu com a realização das provas preambulares objetivas e subjetivas de Direito Penal e Processual Penal, Direito Civil e Processual Civil e Direitos Difusos e Coletivos, com a aprovação, em cada uma das etapas, do total de candidatos a seguir discriminado:

XXXIII Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC	Quantidade
Candidatos inscritos	1.991
Candidatos aprovados na prova Preambular	169
Candidatos aprovados na prova de Direito Penal e Processual Penal	80
Candidatos aprovados na prova de Direito Civil e Processual Civil	36
Candidatos aprovados na prova de Direitos Difusos e Coletivos	26
Candidatos com inscrições definitivas deferidas	26

As demais etapas do concurso (exame psicotécnico, prova de tribuna, entrevista e prova oral) serão realizadas durante o mês de março de 2009, segundo o cronograma divulgado pela Comissão de Concurso.

8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

As atividades técnicas e administrativas subordinadas à Secretaria-Geral do Ministério Público são executadas por intermédio da Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo (COGER), que compreende sete Coordenadorias e 14 Gerências, conforme segue:

- Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO);
 - Gerência de Informações e Projetos (GEPROJ);
- Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG);
- Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC);
 - Gerência de Desenvolvimento (GEDES);
 - Gerência de Rede e Banco de Dados (GERED);
 - Gerência de Suporte (GESUP);
- Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD);
 - Gerência de Compras (GECOMP);
 - Gerência de Almoxarifado (GEALM);
 - Gerência de Manutenção (GEMAN);
 - Gerência de Patrimônio (GEPAT);
 - Gerência de Transportes e Serviços Gerais (GETSG);
- Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH);
 - Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal (GECAD);
- Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN);
 - Gerência de Contabilidade (GECON);
 - Gerência de Finanças (GEFIN);
- Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ);
 - Gerência de Arquivos e Documentos (GEDOC); e
 - Gerência de Biblioteca (GEBIB).

Completam o quadro responsável pela atividade-meio as seguintes unidades:

- Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO), subordinada à Procuradoria-Geral de Justiça; e
- Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD), subordinada à Secretaria-Geral do Ministério Público.

No decorrer de 2008, essas unidades administrativas, comandadas quase exclusivamente por Servidores efetivos, atuaram de maneira decisiva para a produção, sob o comando da Secretaria-Geral do Ministério Público, dos seguintes resultados quantitativos e qualitativos em prol dos Órgãos Institucionais.

8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo (COGER)

Produtos	Quantidade
Planejamento dos serviços administrativos	1
Avaliação dos serviços administrativos	12
Programas	2
Acompanhamento da RLD	12

Acompanhamento da RCL – LRF	12
Acompanhamento da Receita FERMP	12
Avaliação do Relatório de Gestão – LRF	12
Avaliação do Orçamento do MPSC	12
Avaliação do Orçamento do FERMP	12
Avaliação do Orçamento do FECEAF	12
Avaliação do Orçamento do FRBL	12
Avaliação das despesas (MPSC-FERMP-FECEAF-FRBL)	12
Estudos	5
Participação em comissões	8
Reuniões de trabalho	157

Destacam-se, entre as atividades conduzidas pela COGER, conjuntamente com a COFIN, COAD, COPAG, COPEO, COPIJ, CORH, COTEC, COMSO e COAUD, os seguintes resultados:

a) mudança da área administrativa para instalações em outro edifício: transferência da quase totalidade dos setores administrativos que ocupavam parte do Edifício Palas para o Edifício Dona Wanda, situado nas proximidades do Edifício-Sede, no centro da Capital. Com isso, abriu-se espaço físico para a instalação de novas Promotorias de Justiça. Nas instalações foram reaproveitadas luminárias e divisórias retiradas do Edifício-Sede, móveis usados depositados no Almoxarifado e oito aparelhos de ar condicionado retificados, o que reduziu parcialmente os gastos com a ocupação do novo endereço da área administrativa;

b) operação de transferência de contas-correntes para o Banco do Brasil: firmado centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento (transferência de aproximadamente mil contas-correntes), processamento das movimentações financeiras de pagamento a credores e recebimentos relativos ao recolhimento de boletos bancários compensáveis em favor da Instituição;

c) novo posto de atendimento bancário no Edifício-Sede: modificação do espaço físico destinado ao Banco do Brasil para instalação de novo Posto de Atendimento Bancário no Edifício-Sede, no mesmo padrão das agências bancárias do Banco do Brasil; e

d) montagem da Biblioteca do Gabinete e do Setor de Livraria: formado grupo de trabalho para buscar soluções na montagem de *site* com catálogo de obras jurídicas, sistema de administração dos pedidos, processamento e expedição das encomendas, como também na definição dos requisitos para aquisição dos livros e do lançamento de edital que resultou na contratação de duas empresas distribuidoras. Foi, também, criado o Setor de Livraria, vinculado à Gerência de Biblioteca, para a gestão operacional da Biblioteca do Gabinete.

8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO)

Produtos	Quantidade
Planejamento Estratégico (ou revisão)	1
Plano Plurianual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	1
Lei de Diretrizes Orçamentárias (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	1
Orçamento Anual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	1
Elaboração de projetos	8
Atualizações e cálculos	8

Estudos de <i>layout</i> – construções, reformas e aluguéis	96
Acompanhamento de obras	5
Organização de eventos (ou apoio)	1
Acompanhamento de programas e ações (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	1
Trabalhos gráficos	20
Acompanhamento de Fundos (FERMP-FRBL-FECEAF)	2
Participação de grupos de trabalho externos (outras instituições públicas)	4
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	6

Destacam-se, entre as atividades da COPEO, em parceria com todas as demais unidades, os seguintes resultados:

a) gerenciamento dos Portais do PGA e do FRBL: o Portal do PGA foi desenvolvido para acesso a informações sobre o PGA do Ministério Público de Santa Catarina e interação entre a equipe de elaboração do PGA e Membros por intermédio de fórum de discussão. Já o portal do FRBL foi implementado para prover aos Promotores de Justiça maior transparência de todas as movimentações de recursos ocorridas com as verbas do FRBL (convênios e perícias) e viabilizar o lançamento de editais com objetivos previamente delimitados pelo próprio fundo;

b) mapeamento de processos administrativos: iniciado o mapeamento de processos nas áreas administrativas com foco em documentação e identificação de oportunidades de inovação. O resultado parcial desse trabalho já tem servido como subsídio para o desenvolvimento do Sistema de Solicitações;

c) elaboração do PGA 2009: participação no auxílio à elaboração do Plano Geral de Atuação 2009, bem como definição da metodologia utilizada para realização desse trabalho;

d) avaliação do PGA 2008: levantamento de informações quanto à realização do planejamento feito no Plano Geral de Atuação 2008 e no Plano Estratégico das Regiões 2008;

e) elaboração do manual de processos da Corregedoria-Geral: mapeamento de processos da Corregedoria-Geral com foco na construção de um manual de processos;

f) estruturação do Gerenciamento de Projetos: difusão da cultura de trabalho por projetos, que aplica boas práticas para seu gerenciamento. Foi realizado treinamento introdutório ao assunto e elaborou-se metodologia inicial para Gerenciamento de Projetos. Os próximos passos serão estabelecer uma ferramenta institucional para gerenciamento de projetos, definir as regras para sua solicitação, avaliação, seleção e aprovação e aprimorar a metodologia utilizada;

g) custo de implantação e manutenção de Promotorias: levantamento minucioso do custo médio de implantação de uma Promotória de Justiça e de sua manutenção ao longo de um ano para permitir o planejamento das ações no tocante à aquisição de bens e serviços;

h) Campanha Boas Práticas: diagnóstico com base nos resultados de 200 questionários aplicados nas Promotorias de Justiça de Blumenau, Palhoça, Fórum do Estreito, Fórum da Capital, Fórum do Norte da Ilha, Garopaba e Criciúma e nas áreas administrativas do MPSC;

i) arquitetura e engenharia: estudos de *layout* do espaço físico das novas unidades da área administrativa e de Promotorias de Justiça e elaboração do projeto arquitetônico inicial para a construção do prédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Jaraguá do Sul. Projeto de reforma do 1º andar do Edifício-Sede, que visa à criação de espaço de eventos multiuso.

8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Produtos	Quantidade
Folha de Pagamento – Normal	
Inclusões	
Membros/Servidores	140
Diárias	1.456
Substituições	1.457
Gratificação de Coordenadores Administrativos PJs	1.385
Férias	1.476
Serviços extraordinários (hora extra)	329
Ajuda de custo	213
Auxílio-Educação	63
Atrasados (cálculo e inclusão)	214
Estagiários/Bolsistas – Inclusão	523
Estagiários/Bolsistas – Exclusão	429
Descontos de telefonemas particulares	89
Movimentações	
Promoções	388
Licenças e afastamentos	442
Lotações	432
ACMP	3.257
ASPROJUS	1.602
Contas-Correntes	1.532
Seguradoras	139
Vale-Transporte	12
Expedientes	
Ofícios/Notas	207
Certidões	53
Declarações	15
Margens consignáveis	573
Projeções/Relatórios	27
Elaboração de contracheque pensionista	452
Envio de contracheques inativos/pensionistas	3.784
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	26

8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Planejamento	10
Avaliação	80

Participação em comissões	21
Reuniões de trabalho	182
Atendimento de Pessoas	546
Gerência de Desenvolvimento (GEDES)	
Manutenção nos sistemas existentes	502
Treinamento (pessoal GEDES)	2
Orientações	430
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	84
Setor de Análise de Sistemas (GEDES)	
Projetos	14
Setor de Programação (GEDES)	
Sistemas Desenvolvidos	13
Gerência de Rede (GERED)	
Usuários em rede	2.586
Licenças de usuários de rede	2.586
Setor de Infraestrutura de Rede (GERED)	
Usuários de <i>e-mail</i>	1.500
Licenças de usuários de <i>e-mail</i>	1.492
Ocupação do servidor de <i>e-mail</i>	40%
Setor de Serviços de Rede (GERED)	
Ocupação do servidor de arquivo PGJ	74%
Ocupação do servidor do banco de dados	42%
Disponibilidade do servidor de rede	99,90%
Disponibilidade do servidor de <i>e-mail</i>	99,90%
Disponibilidade do servidor de <i>Internet</i>	99,90%
Orientações	1.184
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	67
Atendimento de pessoas	181
Atendimento de telefones	4.472
<i>E-mails</i>	1.535
Viagens a trabalho	15
Gerência de Suporte (GESUP)	
Atendimento de <i>hardware</i>	2.176
Atendimento de <i>software</i>	778
Pedido de serviço – Garantia	551
Pedido de serviço – Assistência Técnica	1.093
Pedido de serviço – Manutenção de impressoras (tampão)	56
Pedido de serviço – Suprimentos de impressoras (tampão)	54
Orientações	787
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	32

Atendimento de pessoas	800
Atendimento de telefones	1.500
E-mails	500
Tv Web - Gravação	72
Tv Web - Transmissão	51
Desenvolvimento de treinamento a distância	2
Setor de Atendimento (GESUP)	
Total de incidentes abertos	8.289
Total de incidentes fechados	8.126

Destacam-se, entre as atividades da COTEC, em parceria com todas as demais unidades, os seguintes resultados:

a) reestruturação do cabeamento de dados do Edifício-Sede: instalação de modernos *switches* e de novo cabeamento interligando os pontos de rede de cada andar do Edifício-Sede ao Núcleo de Processamento de Dados para melhorar a comunicação de dados, incrementar a segurança do tráfego e ampliar a disponibilidade de pontos de rede em decorrência do crescimento do quadro de pessoal. A infraestrutura anterior não permitia o gerenciamento e o controle efetivo dos pontos de rede, o que deixava margem para interferências e invasões;

b) acesso remoto aos roteadores da rede das Promotorias de Justiça: *modems* (via rede de telefonia) foram adquiridos para realizar o suporte remoto aos roteadores da rede de dados do interior, no caso de inoperância;

c) novas impressoras multifuncionais monocromáticas e coloridas: em virtude do crescimento da Instituição e necessidade de atendimento da demanda por novos serviços, foram adquiridas novas impressoras comuns e multifuncionais monocromáticas e coloridas;

d) modernização do parque de computadores: instalados nos gabinetes das Promotorias e Procuradorias de Justiça e nos setores administrativos mais de 550 novos microcomputadores, adquiridos no final de 2007. Os novos microcomputadores permitiram a substituição de máquinas na plataforma *Windows 98*, que geravam excessiva demanda de chamados técnicos, não permitiam a elevação da segurança da rede de dados e não tinham capacidade para rodar o SIG/MP;

e) participação no projeto de doação de microcomputadores aos Conselhos Tutelares: força-tarefa para configurar e efetuar manutenções em 390 microcomputadores com sistema operacional *Windows 98*, que estavam em desuso por não ter capacidade para rodar os principais softwares usados pelo MPSC, para doação aos Conselhos Tutelares;

f) velocidade dos links de rede ampliada em 284,37%: ampliação da velocidade de *download* da rede de dados em 284,37%, com crescimento do quantitativo de pontos de presença em 6,2% (de 127 para 135 pontos) e redução em 7,1% do valor pago mensalmente à operadora vencedora do pregão (de R\$ 83 mil/mês para R\$ 77 mil/mês), conforme tabela a seguir:

TECNOLOGIA	VELOCIDADE MÍNIMA	2007	2008
MPLS (Vetor)	256 Kbps	71	13
	512 Kbps	2	0
ADSL	384 Kbps	10	0
	768 Kbps	4	0
	1 Mbps	24	37
	1,5 Mbps	13	9
ADSL 2+	2 Mbps	0	47
	4 Mbps	0	15
	8 Mbps	0	11
ATM	16 Mbps*	1	1
IP Dedicado	5 Mbps	1	1
	30 Mbps**	1	1
TOTAL DE PONTOS		127	135
TOTAL VELOCIDADE MÍNIMA		120,61 Mbps	346,83 Mbps

* Era de 34 Mbps e foi reduzido para 16 Mbps.

** Era de 4 Mbps, passou para 10 Mbps e depois para 30 Mbps.

Para tanto, foram adquiridos roteadores com elevado padrão de criptografia, de modo a tornar mais seguro o tráfego de dados e garantir a performance dos *links* contratados. A logística de instalação dos equipamentos e configuração das rotas em cada unidade foi realizada pela equipe própria da Gerência de Rede, auxiliada por consultoria e com a colaboração dos Técnicos em Informática. Nesse período também foram substituídos pontos de rede sem fio (*wireless*) por pontos de cabeamento estruturado, aproveitando as instalações existentes, principalmente nas Comarcas-polo. A medida foi fruto de análise técnica na qual se constatou o excessivo número de chamados técnicos para atender a rede sem fio, que é afetada por fatores como interferência de outras redes e equipamentos de comunicação, condições climáticas, obstáculos e disposição física das dependências de cada unidade do MPSC;

g) Centro de Operações da Rede nasce da experiência no suporte às Promotorias: desde que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, com o apoio dos Técnicos em Informática lotados nas Promotorias de Justiça das Comarcas-polo, assumiu a gestão dos *links* da rede de dados do MPSC, antes terceirizada, surgiu a necessidade de operar um painel de controle com os principais registros técnicos, dados e notas. Assim nasceu o Centro de Operações de Rede, que foi desenvolvido por servidor efetivo com 100% de *software* livre com as tecnologias MySQL no banco de dados, Apache+PHP no servidor *web* e AJAX no navegador. Uma solução comercial de NOC – Network Operation Center – equivaleria, no mínimo, a cerca de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

O que o NOC faz:

- monitora em tempo real a disponibilidade dos *links* de dados;
- armazena o histórico de quedas, tempo indisponível e calcula a conformidade ao SLA (tempo entre a queda, atendimento e restabelecimento do *link*);
- apresenta os dados organizados geograficamente, e PJs por região;
- busca na base de informações a partir de critérios detalhistas como número de *access points*, velocidade do *link*, modelo do roteador ou tecnologia;
- alerta sobre Promotorias de Justiça que estão online, mas podem estar passando por tráfego

intenso ou instabilidade no *link*;

- oferece aos operadores ferramentas de diagnóstico que facilitam a compreensão do problema e o acesso rápido aos equipamentos de rede;
- contém um ambiente centralizado e autossuficiente para a tarefa de monitorar os *links* e tomar medidas corretivas ou preventivas.

Os operadores podem deixar notas sobre uma determinada comarca informando sobre soluções de problemas, abertura de chamados, informações relevantes e alertas aos outros operadores e técnicos;

h) reformulação do atendimento técnico ao usuário: consistiu na elevação da qualificação do pessoal dos pontos de atendimento de ligações telefônicas (primeiro nível da gestão de incidentes), o que evita a desconfortável transferência de ligações de um lado para outro. O segundo nível de atendimento, mais especializado, somente é acionado se faltar conhecimento ou informação para o primeiro nível;

i) notebooks e ferramentas para técnicos em informática: adquiridos *notebooks*, mochila e ferramentas com o propósito de oferecer as condições necessárias à otimização do suporte a cargo dos Técnicos em Informática das Comarcas-polo, de modo a reduzir o tempo de atendimento dos chamados técnicos;

j) aumento da disponibilidade dos serviços em rede: a implantação de projeto de virtualização de Servidores de rede garantiu maior independência do *hardware* e aumentou a disponibilidade e a segurança dos serviços de TI. Também contribuiu para a estabilidade do ambiente à vedação a testes de serviços, troca de equipamentos ou de configurações no horário de expediente, que passaram a ser realizados sempre no período noturno ou nos finais de semana. Com isso, reduziram-se as paradas do portal, *intranet*, correio eletrônico e diretórios de rede;

l) instalação de grupo gerador no Edifício-Sede para atender NPD: dispositivo automático de segurança para os serviços e equipamentos de alto custo da rede, o grupo gerador garante energia mesmo em casos de falhas da operadora estatal, principalmente nos finais de semana, quando ocorrem desligamentos preventivos ou falhas;

k) módulo de gestão das Coordenadorias Administrativas: desenvolvido com o objetivo de gerenciar os ocupantes dos cargos de Coordenador e Vice-Coordenador Administrativo nas Comarcas, bem como dos fóruns da Capital. O sistema permite a elaboração, alteração e exclusão das normas que definem os ocupantes dos cargos, além de consultar a relação dos coordenadores administrativos em exercício nas Comarcas, junto aos vice-coordenadores e substitutos, se existirem. É possível consultar, também, as Comarcas sem coordenadores administrativos designados;

m) sistema de solicitações de bens permanentes e material de expediente: permitirá a todos os Servidores e Membros registrarem e acompanharem seus pedidos de bens permanentes e materiais de consumo por intermédio da Intranet. As solicitações seguirão um fluxo específico (controlado por *workflow*) para efetuar o controle automatizado do processo. Assim, os gestores poderão verificar e intervir para agilizar o atendimento. Será possível o registro de anotações pelos intervenientes e do *status online* do andamento dos pedidos feitos por cada solicitante, o que torna mais transparente a tramitação;

n) sistema de acompanhamento de medicamentos: desenvolvido para auxiliar na atuação dos Órgãos de execução no tocante ao ajuizamento de ações para fornecimento de medicamentos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além do acompanhamento dos processos ajuizados, os Membros do MPSC podem cadastrar novos processos, decisões, recursos, contestações e outras peças e informar seus resultados e efeitos;

o) gestão compartilhada e padronização das publicações no Diário Oficial Eletrônico: o Diário Oficial Eletrônico foi instituído para controlar e compartilhar a inserção das publicações pelos Órgãos da Administração Superior e pelas Promotorias de Justiça, com a adoção de certificação

digital e a geração automática de documento eletrônico. Também foi padronizado o formato e o fluxo de edição de atos e normas internas: do autor ao revisor de conteúdo, deste ao revisor de forma, que, então, é submetido à assinatura da autoridade competente e, enfim, é publicado no DOE;

p) elaboração do Projeto de Telefonia IP: após diversos estudos foram efetuadas especificações para aquisição de equipamentos e softwares de telefonia IP, considerando o alto custo do investimento, o tempo de retorno, a qualidade da voz para não ter eco, as funcionalidades a serem agregadas e as diversas alternativas existentes no mercado para implantação inicial nos Edifícios-Sede, Dona Wanda e Palas;

q) implantação do sistema de informações I2: a necessidade de gerenciar, proteger, prevenir e difundir informações que servem de subsídio à atuação dos Membros do Ministério Público no planejamento, preservação e execução das metas de diversas áreas de atribuição resultou na aquisição do *software* denominado I2 para análise investigativa, tratamento dos dados e produção de relatórios;

r) ferramenta de ensino a distância e reuniões virtuais: aquisição e implantação de ferramenta de ensino a distância para possibilitar a produção de treinamentos síncronos e assíncronos na implantação de sistemas como SIG/MPSC, migração para o BrOffice e de outros sistemas, além de permitir a realização de reuniões por intermédio de vídeo-conferência. Para orientar a equipe responsável pela produção de cursos, foi criada uma comissão especial de trabalho, cuja tarefa é definir os temas e aprovar os materiais produzidos;

s) ferramenta de *software* de proteção corporativa: aquisição de *software* de proteção - ESET NOD32 - contra vírus, *trojans*, *worms*, *spywares*, *adwares*, *rootkits* com licenciamento para 2.000 (duas mil) estações de trabalho e servidores.

Também foram destaque as seguintes atividades:

- migração para a suíte de escritório BrOffice, mediante substituição de *software* pago por gratuito e oferta de treinamento;
- ampliações das caixas postais funcionais e setoriais;
- implantação de base de conhecimento e documentação da Gerência de Rede (GERED);
- aproveitamento de equipamentos antigos para testes de sistemas virtualizados;
- ampliação da área de armazenamento para 3 *terabyte* (*storage* EVA 4000) e 1,8 *terabyte* (MSA1000);
- teste de soluções de anti-*spam*;
- teste de soluções de anti-vírus;
- aquisição de 40 roteadores cisco para as Promotorias de Justiça do interior, aquisição de 11 *switches* cisco 2960 48 TT para o Edifício-Sede e aquisição de 50 *access point* para a rede do interior;
- migração do sistema operacional do serviço de correio;
- testes de solução de virtualização de *software* livre;
- aquisição de três servidores *blades* com acesso a *storage* para utilização em virtualização;
- aquisição de licenças de *windows* 64 bits, três servidores *blade*, licenças de porta de *switches fiber Channel*, 40 fitas para *backup* e licenças de espaço em *storage*;
- aquisição de duas licenças de *Windows enterprise* 2008 *server*, três de *software* de virtualização, uma de *software* de gerenciamento de máquinas virtuais e outra de *bisnis copy* para eva4000;
- número de servidores físicos e virtuais: 59, sendo 17 físico e 42 virtuais;
- instalação do *software Dotproject* para a Gerência de Projetos;
- instalação do *Groupwise mobile* – piloto para teste;

- instalação do *software Mantis* e Media Wiki para a GEDES, em ambiente com *backup*;
- implantação de banco MySQL centralizado para aplicações de *software* livre;
- trocas e instalação de equipamentos de rede nas Promotorias de Justiça;
- alteração no tipo de criptografia de *wep* para *wpa* na rede de dados do MPSC;
- troca das máquinas da GERED e GESUP com peças doadas pela Receita Federal;
- instalação de banco SQL *Server* para o projeto I2;
- teste de aplicação para substituir o *Ichain (Access Manager)*;
- cursos em segurança da informação;
- participação no *Cisconetworks 2008* - 2 participantes;
- participação no *VMWARE Virtualization Fórum 2008*;
- instalação de *software Adobe Connect*;
- estudo de solução para melhor refrigeração do CPD; e
- estudo de ligação de Promotorias das Comarcas-polo com fibra através do CIASC.

8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Administração de contratos com valores mensais fixos	27
Administração de contratos com valores mensais não-fixos	24
Administração dos imóveis locados	9
Administração de compras, serviços e cursos diversos realizados por meio de compra direta e por processos licitatórios	27
Administração de despesas globais controladas sem contrato	52
Participação em comissões	3
Reuniões de trabalho	480
Gerência de Compra (GECOMP)	
Solicitação de orçamento	1.735
Autorização de despesas encaminhadas	1.495
Processos licitatórios instaurados	64
Processos licitatórios homologados	62
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	360
Gerência de Manutenção (GEMAN)	
Atendimento de manutenção de rotina	1.622
Atendimento de manutenção emergencial	63
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	384
Gerência de Transporte e Serviços Gerais (GETSEG)	
Viagens realizadas no Estado	298
Viagens realizadas fora do Estado	15
Atendimento da Capital	6.319
Manutenção em veículos	93

Veículos da frota	42
Correspondências enviadas	58.990
Correspondências recebidas	58.990
Reuniões de trabalho	15
Gerência de Patrimônio (GEPAT)	
Administração dos bens móveis	4.599
Administração dos bens de informática	1.304
Administração da baixa de bens em geral	624
Administração das doações	624
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	22
Gerência de Almoxarifado (GEALM)	
Bens permanentes e de consumo	9.661
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	64

Destacam-se, entre as atividades da COAD, em parceria com todas as demais unidades, os seguintes resultados:

a) convênio entre MPSC e TJSC: após diversas reuniões realizadas entre equipes do MPSC e do TJSC, foi apresentada minuta de novo convênio atinente ao ressarcimento de despesas das Promotorias de Justiça nos Fóruns e aos procedimentos para a tramitação de pedidos de reformas ou mudanças dos espaços físicos. O novo convênio foi assinado em dezembro de 2008;

b) licitações: lançados 32 pregões por conta dos recursos do orçamento do Ministério Público e 32 pregões por conta dos recursos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público, cujas principais aquisições foram veículos, móveis, livros, equipamentos de informática, materiais de expediente e limpeza, além da contratação de diversos serviços para manutenção de toda a estrutura da Instituição;

c) controle de contratos: acompanhamento e controle de 51 contratos de fornecimento de bens, serviços e manutenção;

d) locações: firmados mais três contratos de locações, o que totaliza nove imóveis atualmente administrados pelo MPSC;

e) troca de celulares: substituição dos aparelhos celulares de serviço do MPSC, em comodato, por aparelhos novos e atualizados tecnologicamente;

f) rescisão de contrato de manutenção de impressoras: a identificação de falha grave na prestação de serviço por empresa de manutenção e fornecimento de cartuchos de toner para impressoras laser e multifuncionais resultou na rescisão do contrato, com aplicação de sanções. Efetuada nova licitação para contratação do serviço.

8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Setor de Registro Funcional	
<i>Elaboração de Atos:</i>	
Nomeação	140
Exoneração	34
Exoneração a pedido	60
Aposentadoria	3
<i>Elaboração de Portarias:</i>	
Adicional por Tempo de Serviço (ATS)	21
Afastamentos	7
Concessões de gratificação	46
Cessação de gratificação	29
Marcação de férias - Membros	685
Concessão de férias – Membros	235
Suspensão de férias – Membros	28
Transferência de férias – Membros	153
Marcação de férias – Servidores	321
Concessão de férias – Servidores	1
Suspensão de férias – Servidores	109
Transferência de férias – Servidores	290
Licença-luto	21
Licença-maternidade	15
Licença-paternidade	19
Licença-núpcias	29
Licença para frequentar cursos	3
Concessão de licença-prêmio	346
Desaverbação de licença-prêmio	2
Lotação/Relotação	102
Licença para Tratamento de Saúde	208
Licença por motivo de doença de pessoa da família	28
Licença para Tratamento de Interesse Particular	3
Redução de carga horária	1
Repreensão	2
Retificação	3
Elaboração de notas	213
Elaboração de ofícios	241
Elaboração de termos de posse	77
Designação de substitutos de outro cargo	256
Concessão automática ATS	21
Elaboração de declarações	103

Cadastramento:	
Atos	471
Portarias	5.927
Procedimentos administrativos	993
Agendamento de perícia médica	162
Escaneamento de portarias e atos	6.398
Atualização cadastral	76
Sistema de protocolo	9.007
Sector de Desenvolvimento Humano	
<i>Programa de Estágio</i>	
Elaboração de convênios	39
Elaboração de termos de compromisso	132
Elaboração de termos de rescisões	90
Realização de seleção de bolsistas	160
Cadastramento de bolsistas	258
Elaboração de publicações	236
Elaboração de declarações	194
Controle de frequência e aproveitamento	372
Controle de avaliações	200
Orientações	264
<i>Estágio Curricular Obrigatório</i>	
Elaboração de convênio	2
Elaboração de termos de compromisso	8
Elaboração de publicações	8
<i>Programas</i>	
Elaboração de programas institucionais	2
Confecção de relatórios	48
Gerência de Cadastro e Legislação (GECAD)	
<i>Informações Processuais:</i>	
Averbação de Tempo de Serviço	44
Aposentadoria	3
Isenção previdenciária	16
Exercício findo	8
Auxílio-Creche	26
Licença para tratamento de interesse particular	4
Mandato eletivo	2
Informação processo de disfunção	23
Revisão situação funcional	28
Retificação de processo Licença-Prêmio (LP)	1
Promoção	21
Desaverbação	2
Remoção	5
Transcrição funcional	17

<i>Elaboração de Documentos:</i>	
Declarações	8
Certidões	105
Atribuições dos cargos	1
Proventos para o Tribunal de Contas	3
Contagem de tempo para aposentadoria	38
Minuta de Ato, Portaria, Lei, Edital e Convênio	22
<i>Estudos:</i>	
Análise dos assentamentos funcionais	150
Consultas/assuntos	39
<i>Atribuições da Comissão de Assuntos Funcionais:</i>	
Reuniões	12
Avaliação de processo de bolsa de estudo	3
Cálculo de benefício da bolsa de estudo	24
Revisão de cálculo de bolsa de estudo	3
Análise de requerimentos para promoção por aperfeiçoamento	303
Concessão de Função Gratificada (FG)	11
Participação em comissões	6
Licença-Maternidade	1
Concessão de Auxílio-Transporte	1
Disposição de Servidores	3
Opção de Vencimentos	2
Portaria de Concessão de LP	18
Portaria de Concessão de ATS	14

Destacam-se, entre as atividades da CORH, em parceria com todas as demais unidades, os seguintes resultados:

a) nova lei de estágios: em face da vigência da Lei n. 11.788/2008, a qual regulamenta o estágio como ato educativo escolar que deverá ser acompanhado por professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, as instituições de ensino passam a verificar a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas pelo estudante e as atividades descritas no termo de compromisso. Resultou em estudo apresentado à SGMP, visando à adequação do Ato n. 110/2008/PJ;

b) descrição das atividades de estágio: com o objetivo de aprimorar os processos seletivos de estudantes e atender às exigências das instituições de ensino, iniciou-se, no segundo semestre de 2008, o levantamento das atividades desenvolvidas por todos os bolsistas de ensino médio e superior do Programa Bolsa de Estágio;

c) Projeto de Desenvolvimento de Bolsistas: considerando que o Programa Bolsa de Estágio atende, atualmente, 58 estudantes de ensino superior e 53 de ensino médio, foi elaborado projeto para o desenvolvimento profissional desses estudantes e incremento do Programa Bolsa de Estágio, devido à relevância do estágio para a formação cidadã e acadêmica do estudante. A proposta apresentada objetiva enriquecer a atuação dos estudantes e permite que, além de realizarem suas atividades diárias, compreendam onde se inserem nas ações do Ministério Público. Também abarca o apoio e a orientação aos supervisores de estágio e visita a escolas de ensino médio a fim de divulgar

o Programa Bolsa de Estágio e, assim, recrutar estudantes carentes de recursos financeiros;

d) proibição do manuseio e transporte de valores por menores de 18 anos: em atenção ao Decreto n. 6.481, que aprova a lista das piores formas de trabalho infantil (TIP), entre as quais encontra-se a realização de “serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (*office-boys*, mensageiros, contínuos)”, foi feita exposição à SGMP com o objetivo de orientar os supervisores de estágio para que os estudantes não realizem atividades que impliquem o transporte e manuseio de valores;

e) Setor de Registro Funcional: o procedimento de registro de informações funcionais de Membros e Servidores é o que mais se destaca, devido ao volume de dados inseridos no sistema. A equipe desse setor é capaz de prestar as informações concernentes à vida funcional dos Membros e Servidores, vez que foi adotada uma relação horizontalizada na execução das tarefas;

f) procedimentos de afastamento regular: sensibilização dos Membros e Servidores que exercem cargos de chefia e coordenação para o emprego da informatização dos procedimentos de afastamento regulamentar. Um dos exemplos é a edição de portaria coletiva de férias dos Servidores via sistema, o que dispensa o uso excessivo de papel e trâmites burocráticos. Além de agilizar o processo de marcação propriamente dito, tal prática se coaduna com a Campanha Boas Práticas;

g) revisão de portarias e atos: procedimentos de confecção de portarias e atos, que se destaca pelo seu volume, revisados por três pessoas para reduzir número de erros nos documentos. A diminuição do retrabalho torna-se ainda mais relevante ao se levar em conta o aumento no número de colaboradores na instituição nos últimos anos;

h) compilação de toda legislação de pessoal: compilação de toda a legislação de pessoal para agilizar as consultas necessárias às indagações recebidas oralmente ou por *e-mail*, o que facilita também a elaboração de notas e informações nos processos administrativos;

i) abono de permanência: efetuados levantamentos dos tempos de contribuição para fins de aposentadoria de Membros e Servidores, nos quais foram identificadas as modalidades de aposentadoria em que eles se enquadram e as datas em que farão jus a esse benefício. Também foram definidas as datas em que os Membros/Servidores farão jus ao abono de permanência, o que resulta na comunicação com antecedência e precisa ao interessado. Inclusive, é enviado por *e-mail* o requerimento do benefício já preenchido para ser assinado e protocolado na Secretaria-Geral do Ministério Público;

j) processos de averbação de tempo de serviço: as portarias de concessão de adicionais por tempo de serviço e licenças-prêmio são geradas a partir de relatório retirado do sistema do CIASC. Em caso de inconsistência, são conferidos os processos de averbação de tempo de serviço constantes das pastas funcionais, do CIASC e do SRH. Em seguida, são elaboradas notas que apontam os problemas encontrados e sugerem correções. Após o aval da Secretaria-Geral, as correções sugeridas são implementadas.

8.6.7 Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN)

Produtos	Quantidade
Coordenador	
Registro das receitas do MPSC	60
Registro das receitas do FRBL	240
Registro das receitas do FECEAF	48
Registro das receitas do FERMP	60
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do MPSC	3.233
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FRBL	25

Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FECEAF	24
Informe de disponibilidade de dotação e financeiro do FERMP	128
Autorização de nota de empenho	5.022
Análise e assinatura de nota de empenho	5.022
Autorização para pagamento da despesa liquidada	4.296
Controle e previsão dos gastos	48
Avaliação dos balancetes mensais	48
Avaliação dos balanços anuais	4
Gerência de Contabilidade (GECON)	
Balancete do MPSC	12
Balancete do FRBL	12
Balancete do FECEAF	12
Balancete do FERMP	12
Balanço do MPSC	1
Balanço do FRBL	1
Balanço do FECEAF	1
Balanço do FERMP	1
Relatório de controle interno do MPSC-TCE	1
Relatório de controle interno do FRBL-TCE	1
Relatório de controle interno do FECEAF-TCE	1
Relatório de controle interno do FERMP-TCE	1
Geração e transmissão do ACP-TCE-MPSC	6
Geração e transmissão do ACP-TCE-FRBL	6
Geração e transmissão do ACP-TCE-FECEAF	6
Geração e transmissão do ACP-TCE-FERMP	6
Elaboração e prestação de contas de adiantamentos concedidos a Servidores do MPSC	106
Conferência e encaminhamento dos processos Licitatórios à COAD	40
Baixa de bens móveis do patrimônio do MPSC	624
Arquivamento e guarda de empenhos, notas fiscais, ordens bancárias, correspondências e faturas	5.016
Elaboração anual da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) à Receita Federal	1
Elaboração de Rendimentos Isentos e Não-tributáveis para a COPAG	12
Elaboração de ofícios e notas	100
Gerência de Fianças (GEFIN)	
Controle de autorização de despesas por saldo de dotação orçamentária	2.432
Controle de credores	296
Boletim de execução orçamentária	294
Emissão de notas de empenho	5.022
Bloqueio e desbloqueio de saldo orçamentário	431
Liquidações de empenhos	4.296
Emissão de ordens bancárias	1.688

Comunicação de crédito	2.181
Resgate e aplicação de recursos financeiros	163
Emissão de Guia de Recolhimento de Plano de Saúde (IPESC)	12
Emissão de Guia de Contribuição Previdenciária (IPESC)	82
Emissão de Guia de Recolhimento de Imposto sobre Serviço	323
Emissão de Declaração da Fonte de Imposto sobre Serviço	323
Emissão de Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social	96
Adiantamentos	69
Pagamento de diárias	764
Prestação de contas de adiantamento	106
Balancete de prestação de contas	106
Reuniões de trabalho	7

8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ)

Produtos	Quantidade
Coordenadoria	
Recebimento de processos do TJ	31.830
Distribuição de processos	31.830
Encaminhamento de processos ao TJ	31.657
Pesquisas realizadas	296
Reuniões de trabalho	3
Pautas para câmaras cíveis do TJ	636
Pautas para câmaras criminais do TJ	121
Elaboração do esquema de câmaras do TJ	24
Impressão de pareceres para as pautas	12.720
Ofícios para o TJ	160
Certidões de intimação	156
Intimações de acórdãos por <i>e-mail</i>	156
Relações de intimação das decisões do TJ (recebimento)	414
Editais de acórdãos (recebimento e organização)	2.037
Pareceres escaneados	1.407
Envio de revistas de Jurisprudência janeiro e julho	668
Revisão da formatação de pareceres	517
Gerência da Biblioteca (GEBIB)	
Pesquisas realizadas	1.097
Empréstimos	9.583
Indexações	5.543
Livros comprados	531
Livros recebidos por doação (intercâmbio)	324
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	10
Conferência de Planilhas na Base de Dados	5.159

Atendimento usuários	13.552
E-mails	277
Gerência de Arquivo e Documentos (GEDOC)	
Exemplares recebidos do DOE	200
Caixas, pastas A-Z e encadernações recebidas das Coordenadorias, Centros, Assessorias e SGMP, com documentos da Instituição	1.408
Caixas processadas e cadastradas na base de dados (GED)	1.162
Folhas higienizadas e ordenadas	221.886
Processos indexados e inseridos na base de dados	826
Páginas digitalizadas	32.609
Pesquisas e consultas realizadas	1.456
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	3
Atendimento de pessoas	153
Atendimento telefônico	872
E-Mails	724
Edição de imagens	17.370
Imagens vinculadas na base de dados	13.697

Destacam-se, entre as atividades da COPIJ, em parceria com todas as demais unidades, os seguintes resultados:

a) em 2008, com o aumento da base de pareceres, foram adotados procedimentos técnicos com os quais se obteve maior agilidade nas pesquisas e, conseqüentemente, maior rapidez no processo para a confecção das pautas de julgamento;

b) intensificação da comunicação e relacionamento com a Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça, o que agiliza, dessa forma, o protocolo de documentos e a troca de informações;

c) reativação da comunicação entre o Sistema de Automação do Judiciário com o da Procuradoria-Geral de Justiça, que facilita e corrige, sobremaneira, o cadastramento dos processos judiciais; e

d) Criação do Setor de Livraria na Gerência de Biblioteca, que disponibilizou aos Membros a aquisição de livros por intermédio da página eletrônica “Biblioteca do Gabinete”.

8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO)

Serviços e Produtos	Quantidade
Análise de sistemas de informação digital	8
Apoio à organização de eventos	209
Apoio a campanhas institucionais	144
Atendimento a Membros e Servidores	1.206
Atendimento à mídia e ao cidadão	1.672
Avaliação dos serviços e produtos de Comunicação Social	9
Consultoria	10
Elaboração de planos de trabalho	5
Elaboração de projetos	5

Estudos	2
Ofícios/Notas	70
Participação em comissões	1
Planejamento dos serviços e produtos de Comunicação Social	11
Relacionamento com a mídia	263
Relatórios	3
Reuniões de trabalho	203
Serviços de cadastro	517
Serviços de criação gráfica	552
Serviços de distribuição eletrônica	1.317
Serviços de distribuição postal	59
Serviços de editoração eletrônica	27
Serviços de fotojornalismo	208
Serviços de impressão	48.365
Serviços de internet e intranet	2.590
Serviços de pesquisa de notícias (<i>clipping</i>)	15.870
Serviços de redação	672
Serviços de telejornalismo	18
Treinamento	19

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Coordenadoria de Comunicação Social:

VideO Seu Direito

Desenvolvimento e execução, sob a supervisão do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, dos primeiros trabalhos do projeto de produção própria de vídeos institucionais com caráter educativo, denominado “VideO Seu Direito”. Tal projeto foi executado totalmente com recursos próprios pela equipe da Coordenadoria de Comunicação Social, utilizando-se para tanto câmera de vídeo, fitas mini-DV e mídias digitais (CD e DVD) doados pela Receita Federal, além de ilha de edição adquirida anteriormente em licitação para o projeto de transmissões pela *web* das sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público. A execução do projeto ocorreu em duas frentes em 2008:

a) DVD institucional - pré-produção, gravação e edição de um vídeo institucional denominado “Os Direitos do Cidadão e o Promotor de Justiça”, com nove minutos de duração. É o primeiro de uma série planejada para contemplar informações sobre as funções do Procurador de Justiça, contextualizando o papel do MPSC no Sistema de Justiça, e para mostrar de que forma o cidadão é atendido pela Instituição. O DVD foi disponibilizado para todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça. Tem menu interativo, capítulos e extras, no formato *slideshow*, criados como suporte a palestras junto à comunidade;

b) Canal no YouTube - o vídeo que compõe o primeiro DVD do projeto foi disponibilizado num canal próprio do Ministério Público de Santa Catarina no YouTube (www.youtube.com.br/ministeriopublicosc), numa decisão estratégica da Procuradoria-Geral de Justiça para atrair o público infante-juvenil e divulgar os vídeos educativos com custo zero. No Youtube foram publicados o

vídeo na versão integral e outros quatro vídeos com versões reduzidas e temáticas. Foram acrescentados, também, recursos interativos, de forma a tornar os vídeos mais atrativos aos jovens.

Campanhas institucionais

A Coordenadoria elaborou ilustrações, cartazes, panfletos, *fôlderes*, notícias e conteúdos próprios para a Internet (de forma a facilitar o acesso à informação) para campanhas e iniciativas institucionais desenvolvidas pela Procuradoria-Geral de Justiça, muitas vezes por intermédio dos Centros de Apoio Operacional, e também pelas Promotorias de Justiça, que levam ao conhecimento dos cidadãos informações sobre seus direitos e outros esclarecimentos e visam, assim, a prevenção de irregularidades, fraudes, etc. Como exemplos, destacam-se os materiais gráficos e conteúdos produzidos para divulgar as seguintes campanhas e iniciativas:

- Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público;
- campanha de conscientização e prevenção contra a farra do boi no Estado – que contou, inclusive, com a divulgação de *spots* em diversas rádios do Estado;
- campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”;
- uso racional e substituição de sacolas plásticas;
- “10 dicas para não cair numa armadilha com empréstimos consignados e financiamentos”, que obteve, inclusive, a veiculação de *spots* para rádio, iniciativa voluntária de três emissoras catarinenses, em apoio à iniciativa;
- divulgação de iniciativa para estimular a criação ou reativação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes ou Antidrogas no Estado;
- divulgação do telefone número 100, destinado ao recebimento de denúncias de exploração sexual e tráfico infanto-juvenil;
- divulgação dos seminários de esclarecimento sobre as eleições municipais de 2008, em todas as regiões do Estado;
- recomendação às Promotorias de Justiça para requerimento de júri popular para homicídios praticados no trânsito;
- divulgação de iniciativa visando à disponibilização das listas de espera por cirurgias pelos Municípios para consulta pública para dar transparência à demanda;
- campanha de esclarecimento sobre crianças e adolescentes desaparecidos em Santa Catarina e sobre como colaborar para encontrá-los;
- esclarecimentos sobre a manipulação, comércio e consumo de alimentos de origem animal próprios para consumo;
- carta-compromisso aos candidatos, em 2008, a Prefeito Municipal e ao cargo de Vereador com os direitos infanto-juvenis;
- informações sobre adição irregular de água em frango congelado e resultado de testes realizados em laboratório a pedido do MPSC;
- divulgação de iniciativa visando à padronização dos procedimentos para assegurar o fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde a pacientes sem recursos para adquiri-los;
- informações sobre a situação do Estado e de prevenção e combate ao mosquito transmissor da dengue;
- iniciativa para o fortalecimento dos Procons nos Municípios do Estado;
- campanha “Direção + Álcool = Crime: um alerta em defesa da vida”, com a realização de *blitz* educativas em diversos Municípios do Estado – a campanha contou inclusive com uma estande na 25ª edição da Oktoberfest, em Blumenau;

- divulgação em Santa Catarina da campanha nacional “Voto não tem preço, tem consequência”;
- divulgação da criação e esclarecimentos sobre o funcionamento da Câmara Técnica de Medicamentos, cujo objetivo é assegurar qualidade nos tratamentos realizados via Sistema Único de Saúde e evitar fraudes na concessão dos remédios;
- campanha de esclarecimento sobre adoção de crianças e adolescentes em Santa Catarina;
- esclarecimentos sobre parceria firmada pelo MPSC com o Procon estadual para proteger os consumidores e coibir os maus fornecedores em Santa Catarina;
- campanha “Mutirão da Solidariedade” - adesão do MPSC à iniciativa lançada pela Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), com apoio da Associação dos Servidores do MPSC (Assemp), pela qual mais de sete toneladas de alimentos, roupas e materiais de limpeza foram doadas e transportadas aos atingidos pelas chuvas que assolaram o Estado no mês de novembro;
- iniciativa que objetivou conscientizar os médicos que atuam pelo Sistema Único de Saúde para a prescrição de medicamentos pelo princípio ativo para facilitar o acesso da população aos remédios;
- campanha “Natal Solidário – 5ª edição”, pela qual 58 crianças de zero a 12 anos, filhas dos prestadores de serviços gerais e de copas do MPSC, foram beneficiadas com festa e presentes de Natal;
- apoio à divulgação da campanha contra a esmola e o trabalho infantil, desenvolvida pela 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma; e
- campanha de conscientização e combate à pirataria - que obteve, inclusive, a veiculação de *spots* para rádio, iniciativa voluntária de duas emissoras catarinenses, em apoio à iniciativa.

Ferramentas no Portal do MPSC

Foram desenvolvidas três ferramentas de consulta para o cidadão no Portal do Ministério Público de Santa Catarina, por solicitação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, e com apoio da Gerência de Desenvolvimento: *site* sobre crianças e adolescentes desaparecidos; *site* sobre adoção; e *site* sobre navegação segura na *web*, com foco na prevenção à pedofilia (esse último foi preparado ao final de 2008, para publicação no início de 2009).

Coleção Suporte Técnico-Jurídico

Além da editoração eletrônica e impressão, em gráfica contratada por licitação, do “Plano Geral de Atuação para 2008”, “Relatório de Gestão Institucional 2007”, “Revista Jurídica n. 12”, “Revista Jurídica n. 13” e “Revista Jurídica - Edição Especial”, foi lançada a “Coleção Suporte Técnico-Jurídico”, sob a condução da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. A coleção busca oferecer, por meio de livros e guias elaborados pelos Centros de Apoio Operacional, subsídios para a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça. Em 2008, foram editados pela “Coleção Suporte Técnico-Jurídico” o “Manual do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude” e o “Guia do Saneamento Básico”. Todas as publicações foram disponibilizadas para consulta ao cidadão no Portal do MPSC, em formato PDF.

Diário Oficial Eletrônico

Manteve-se, até dezembro, a montagem e divulgação dos conteúdos recebidos para publicação no Diário Eletrônico do MPSC, no portal institucional na Internet, que trazia os atos e editais anteriormente publicados no Diário Oficial da Justiça. Ao final do ano foi elaborado o *lay-out* para

a nova versão do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Santa Catarina, instituído pela Lei Complementar n. 424/2008, que a partir de 2009 substituiu também a versão impressa das publicações do MPSC no Diário Oficial do Estado.

Blogs

Foi dado destaque na Internet institucional aos *links* que dão acesso aos *blogs* mantidos pelas Promotorias de Justiça em páginas externas, cujo conteúdo é de responsabilidade dessas. Foi criado “botão” ilustrativo de acesso, na capa do Portal do MPSC, ao espaço de divulgação desses *blogs*, que se traduzem em canais de comunicação com a sociedade. Também foram divulgados novos *blogs* acrescidos ao espaço.

Expedição de publicações

A Coordenadoria de Comunicação Social expediu, em 2008, aproximadamente 12.000 exemplares de publicações diversas para o público interno (Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores) e externo, que ofereceram subsídio à atuação ministerial, como as “Revistas Jurídicas” e a “Coleção Suporte Técnico-Jurídico”, ou conferiram transparência à atuação da Instituição, como o “Plano Geral de Atuação para 2008” e o “Relatório de Gestão Institucional 2007”. A expedição das publicações foi realizada dentro do princípio de economia. Para tanto, foram entregues em mãos os exemplares cujos destinatários se encontravam na região da Grande Florianópolis e aproveitadas viagens de representantes da Instituição para o Interior do Estado, evitando-se ao máximo as despesas com Correio. Segundo o mesmo critério, também foram expedidas aproximadamente 1.000 cópias do DVD institucional “Os Direitos do Cidadão e o Promotor de Justiça”.

Revisão de Português

A equipe da Coordenadoria passou a contar com Servidora especialista em revisão textual, promovendo a revisão de português das publicações (relatórios, guias, livros e materiais da “Coleção Suporte Técnico-Jurídico”), de materiais gráficos produzidos para campanhas e iniciativas institucionais (cartazes, panfletos, *fôlderes*, etc.) e de conteúdos publicados na Internet e Intranet.

2º Congresso Anual do MPSC

Foi elaborado, sob a supervisão do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, material gráfico para a divulgação do 2º Congresso Anual do Ministério Público de Santa Catarina, com o tema “O Ministério Público, a Sociedade e os 20 Anos da Constituição, uma Parceria pela Cidadania”, que seria realizado nos dias 5 e 6 de dezembro, mas acabou adiado em razão do estado de calamidade provocado pelas fortes chuvas que atingiram o Estado no período. A impressão dos materiais também foi suspensa.

Campanhas Boas Práticas

Deu-se continuidade à divulgação da campanha institucional interna denominada “Campanha Boas Práticas - economizando recursos públicos, protegendo a natureza”. Em atendimento às diretrizes da campanha, foi mantido o papel reciclado na impressão das publicações e outros materiais gráficos do MPSC. Também foi preparada licitação para contratação dos serviços de gráfica para o

próximo exercício, com modificações nas gramaturas de papel e na dimensão de alguns itens para alcançar economia no contrato.

Redação de notícias

A elaboração e divulgação de notícias no portal institucional para os veículos de comunicação e para o público interno do MPSC foi ampliada a 672 textos no ano. Além das fotografias, nas notícias divulgadas para a mídia passaram a ser agregadas com mais frequência informações como ilustrações, mapas e gráficos, além de efetuados *links* para textos complementares ou que tratem de assuntos correlatos. Foi criado o “Informativo da Administração”, veículo de comunicação eletrônico voltado ao público interno, com notícias de interesse para a atuação de Membros e Servidores.

Atendimento aos profissionais da mídia

Os critérios para um melhor atendimento aos profissionais dos veículos de comunicação foram aperfeiçoados com o suporte oferecido pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Manteve-se o zelo pela agilidade no atendimento aos profissionais e as diretrizes de eficiência, clareza e interesse público na divulgação de fatos relacionados à atuação ministerial.

Clipping de Jornais e Revistas

O serviço de leitura, seleção e publicação de notícias sobre a atuação do Ministério Público ou de interesse para a Instituição foi ampliado para 61 veículos de comunicação (jornais e revistas), com sua disponibilização diária em banco de dados na Intranet.

Clipping das Emissoras de TV

Com apoio da Gerência de Suporte, foi disponibilizado mais um microcomputador para a Coordenadoria destinado ao serviço de captura digital dos telejornais das emissoras locais, o que totaliza duas máquinas para a execução do serviço. O Clipping permite o acompanhamento diário de 10 programas jornalísticos de cinco canais de televisão. Em 2008, foram disponibilizadas 240 reportagens de televisão na Intranet institucional, com registro da atuação do MPSC ou de possível interesse para a atuação de Membros e Servidores.

8.6.10 Assessoria Militar

Serviços e Produtos	Quantidade
Institucional	
Acompanhamento de assuntos institucionais do Ministério Público	22
Acompanhamento de assuntos institucionais da PMSC e outros Órgãos	32
Elaboração de projetos e convênios	1
Elaboração de pareceres, sindicâncias, processos administrativos, IPM, etc.	5
Apoio	
Apoio ao Gabinete do PGJ	85
Planejamento de viagens do PGJ	39

Apoio aos Procuradores	102
Apoio aos Promotores	225
Acompanhamento protocolar aos Membros do MP	55
Apoio aos Servidores	64
Apoio a Policiais Militares	28
Segurança	
Prestação de segurança pessoal e patrimonial (instalações físicas, transporte, comunicação e informática)	53
Recepção e acompanhamento de autoridades e visitas	48
Supervisão do sistema de segurança contra incêndio	5
Operações realizadas	5
Realização de diligências	12
Atendimento de ocorrências	14
Processos de aquisição, registro e transferências de armas e munições	67
Protocolos de atendimentos/segurança pessoal de Membros ameaçados	37
Trânsito	
Processos relacionados à segurança dos veículos oficiais, de Membros e Servidores - registro, transferência, licenciamento, vistorias, CNH, defesa prévia	244
Efetivo	
Providências pertinentes à gestão do efetivo Policial Militar (escala de serviço, controle de refeições, controle de armamento e munições, fardamento, etc.)	192
Cerimonial	
Realização de cursos, treinamentos, estágios, palestras e reuniões	12
Apoio e organização de eventos – audiências, palestras, programas, encontros, seminários, jornadas, simpósios, fóruns, congressos, etc.	223
Providências pertinentes à gestão das recepcionistas / telefonistas	96
Providências pertinentes à gestão das copeiras e garçons	23
Providências pertinentes à supervisão de serviços terceirizados	54
Expedição de convites	6.125
Documentos	
Expedição de documentos (ofícios, comunicações, exposições de motivos, etc.)	430

Quanto aos aspectos qualitativos da atuação da Assessoria Militar, destacam-se as seguintes atividades:

a) segurança e apoio:

a.1) foram realizadas operações policiais em algumas cidades do Estado em apoio aos Membros que foram vítimas de ameaças em decorrência da atuação funcional, o que culminou na prisão de alguns Agentes;

a.2) foi realizado policiamento e segurança geral nas diversas etapas do XXXIII Concurso de Ingresso à Carreira do MPSC;

a.3) foi dada continuidade ao serviço de apoio aos Membros do Ministério Público relacionado

ao controle, emprego e manutenção dos armamentos, com a realização de uma grande quantidade de processos de registros e/ou renovações de certificados de armas de fogo, principalmente em decorrência do recadastramento geral determinado pelo Governo Federal, além dos inúmeros atendimentos prestados a respeito do assunto;

b) cerimonial:

b.1) foi prestado apoio à realização de 223 eventos, reuniões e solenidades do Ministério Público, que demandou uma grande quantidade de atividades desenvolvidas pelo setor de cerimonial nos aspectos de planejamento e execução, entre elas a expedição de mais de seis mil convites;

b.2) foi realizada segurança, recepção e traslado de palestrantes, além do apoio e do cerimonial na execução do “XXX Encontro Estadual do Ministério Público”, ocorrido de 20 a 24 de agosto, em Itá;

b.3) foi prestado apoio ao Centro Operacional Civil e Eleitoral do Ministério Público para a organização e realização dos “Seminários Regionais Eleitorais”, que envolveram um público direto de mais de mil pessoas atendidas em mais de quatro mil quilômetros percorridos em todo o Estado;

c) operações policiais:

c.1) foram empregados policiais militares da Assessoria Militar na execução de policiamento ostensivo na região das sedes da Instituição Ministerial (edifício Sede, Palas, Promotorias da Infância, Promotorias da Palhoça e Promotorias de São José), durante o cumprimento de escalas de horas extras, no atendimento a diversas ocorrências policiais e de bombeiro, inclusive na realização de evacuação de um edifício em razão de incêndio num apartamento. Tal ação colaborou para a segurança das pessoas e dos estabelecimentos e para a redução da criminalidade;

c.2) foi realizada atividade de policiamento orientado para solução de um grave problema de ordem pública que estava ocorrendo no entorno do Centro de Educação Continuada, no centro da Capital, o que foi alvo da gratidão dos Professores, dos alunos e daquela comunidade; e

c.3) foi destacada uma equipe com quatro policiais voluntários da Assessoria Militar para atuação na atividades de socorro, assistência e segurança aos flagelados das enxurradas no mês de novembro, que atuaram diretamente no Morro do Baú e Ilhota, localidades onde ocorreram 15 óbitos. A solidariedade ministerial também se manifestou com a arrecadação e distribuição de mais de sete toneladas de donativos.

8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD)

Espécie	Quantidade
Setor de Auditoria Interna	
Auditorias/Perícias/Cálculos	41
Consultorias/Pesquisas	34
Procedimentos Administrativos	468
Outras atividades	77
Total do Setor	620
Setor de Auditoria e Apoio Técnico a Fundações ¹	
Prestação de Contas	232

Prestação de Contas Retificadora	199
Outras Atividades	10
Total do Setor	441
Setor de Auditoria e de Suporte aos Órgãos de Execução de 1º e 2º graus e Centros de Apoio Operacional²	
Auditorias/Perícias/Cálculos	45
Consultorias/Pesquisas	1
Total do Setor	46
Total Geral	1.107

1) (2) - No mês de novembro de 2008, os Setores foram transferidos para a Coordenadoria de Assessoramento Técnico do Centro de Apoio de Informações e Pesquisas (CIP) e as atividades passaram a não ser mais computadas.

No final de 2008, foi modificada a estrutura da Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD), que apresentava três setores: Setor de Auditoria Interna, Setor de Auditoria e Apoio Técnico a Fundações e Setor de Auditoria e de Suporte aos Órgãos de Execução de 1º e 2º Graus e Centros de Apoio Operacional. Esses dois últimos foram transferidos para o Centro de Apoio de Informações e Pesquisas (CIP). Entre as atividades realizadas no decorrer do ano, destacam-se:

a) no Setor de Auditoria Interna:

a.1) conclusão dos trabalhos de auditoria na Coordenadoria de Recursos Humanos, que colaborou com a melhoria dos controles internos e revisão de atos normativos;

a.2) acompanhamento dos gastos com pessoal de Membros e Servidores, que verificou a adequada aplicação dos recursos públicos e dos percentuais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

a.3) apoio na elaboração de normas que disciplinam o melhor funcionamento das Áreas Administrativas;

a.4) análise dos procedimentos licitatórios que envolveram as aquisições do Ministério Público catarinense; e

a.5) auditoria em doações, baixas e convênios, que resultaram em economias significativas para a Instituição.

b) no Setor de Auditoria e Apoio Técnico a Fundações:

b.1) apoio técnico-contábil aos trabalhos de intervenção nas fundações;

b.2) elaboração de orientações técnicas a serem observadas pelas fundações na realização de suas prestações de contas; e

b.3) trabalhos de auditoria em fundações com problemas de gestão.

c) no Setor de Auditoria e de Suporte aos Órgãos de Execução de 1º e 2º graus e Centros de Apoio Operacional:

c.1) apoio aos Centros de Apoio na resolução de procedimentos instaurados por Membros do Ministério Público;

- c.2) apoio na identificação e apreensão de documentos para instruir procedimentos investigatórios; e
- c.3) realização de cálculos e perícias, na condição de perito ou perito assistente.

IV COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-Geral de Justiça

Gercino Gerson Gomes Neto

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Gladys Afonso

Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Gladys Afonso - *Coordenadora*

Raul Schaefer Filho

Secretária-Geral do Ministério Público

Cristiane Rosália Maestri Böell

Procurador de Justiça Assessor do Procurador-Geral de Justiça

Raul Schaefer Filho

Promotores de Justiça Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Alex Sandro Teixeira da Cruz

Leonardo Henrique Marques Lehmann

Colégio de Procuradores de Justiça - CPJ

Presidente: Gercino Gerson Gomes Neto

Anselmo Agostinho da Silva

Paulo Antônio Günther

Luiz Fernando Sirydakís

Demétrio Constantino Serratine

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Jobél Braga de Araújo

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

Vilmar José Loef

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Raulino Jacó Brüning

Humberto Francisco Scharf Vieira

Sérgio Antônio Rizelo

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Nelson Fernando Mendes

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

Francisco José Fabiano

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Sidney Bandarra Barreiros

Lenir Roslindo Piffer

Paulo César Ramos de Oliveira

Secretário: Paulo de Tarso Brandão

Conselho Superior do Ministério Público

Presidente: Gercino Gerson Gomes Neto
 Paulo Ricardo da Silva
 José Galvani Alberton
 Paulo Roberto Speck
 Pedro Sérgio Steil
 José Eduardo Orofino da Luz Fontes
 Antenor Chinato Ribeiro
 Narcísio Geraldino Rodrigues
 Jacson Corrêa
Secretária: Cristiane Rosália Maestri Böell

Corregedor-Geral do Ministério Público

Paulo Ricardo da Silva

Subcorregedora-Geral

Lenir Roslindo Piffer

Promotor de Justiça Secretário da Corregedoria-Geral

Marcílio de Novaes Costa

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral

Eliana Volcato Nunes
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
 Ivens José Thives de Carvalho
 Monika Pabst

Coordenadoria de Recursos

Tycho Brahe Fernandes - Coordenador

Promotores Assessores do Coordenador de Recursos

Fabiano Henrique Garcia
 Laudares Capella Filho

Ouvidor

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Gustavo Viviani de Souza - *Diretor*

Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações

Vera Lúcia Ferreira Copetti - *Coordenadora-Geral*

Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral

Ricardo Paladino - *Coordenador-Geral e.e.*

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Raulino Jacó Brüning - *Coordenador-Geral*
 Mauro Canto da Silva - *Coordenador*

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Rodrigo Cunha Amorim - *Coordenador-Geral*

Centro de Apoio Operacional Criminal

César Augusto Grubba - *Coordenador-Geral*
 Onofre José Carvalho Agostini - *Coordenador*

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Priscilla Linhares Albino - *Coordenadora-Geral*

Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas

Robison Westphal - *Coordenador-Geral*
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - *Coordenador de Inteligência e Dados Estruturados*
 Rafael de Moraes Lima - *Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional*
 Adalberto Exterkötter - *Coordenador de Assessoramento Técnico*
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - *Coordenador de Investigações Especiais*

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Luís Eduardo Couto de Oliveira Souto - Coordenador-Geral

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Ricardo Paladino - Coordenador-Geral

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Rafael de Moraes Lima - Coordenador-Geral

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais**Representante do Segundo Grau:**

Sidney Bandarra Barreiros

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste	sem representante
2ª Região - Oeste	Júlio André Locatelli
3ª Região - Meio Oeste	Maria Amélia Borges Moreira
4ª Região - Planalto Serrano	Tatiana Rodrigues Borges Agostini
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Giovanni Andrei Franzoni Gil
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Jussara Maria Viana
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e do Tijucas	sem representante
8ª Região - Grande Florianópolis	Davi do Espírito Santo
9ª Região - Planalto Norte	Rodrigo Kurth Quadros
10ª Região - Norte	Geovani Werner Tramontin
11ª Região - Sul	Ruy Vladimir Soares de Sousa
12ª Região - Extremo Sul	Ricardo Figueiredo Coelho Leal

Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Ilze Maria Granzotto Nunes

Assessoria Militar

Ten. Cel. Rogério Martins

Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

Nelson Alex Lorenz

Coordenadoria de Auditoria e Controle

Jair Alcides dos Santos

Coordenadoria de Comunicação Social

Aline Pedroso Felkl

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

Márcio Abelardo Rosa

Gerência de Contabilidade

Nelcy Volpato

Gerência de Finanças

Ivania Maria de Lima

Coordenadoria de Operações Administrativas

Doris Mara Eller Brüggmann

Gerência de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerência de Compras

Samuel Wesley Elias

Gerência de Manutenção e Conservação

Rômulo César Carlesso

Gerência de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Gerência de Transportes e Serviços Gerais

Nair Terezinha da Silva

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Maria Inês Finger Martins

Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais

Cinthya Garcia

Gerência de Informações e Projetos

Paulo Cesar Allebrandt

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas

Denis Moreira Cunha

Gerência de Arquivo e Documentos

Selma de Souza Neves Machado

Gerência de Biblioteca

Terezinha Weber

Coordenadoria de Recursos Humanos

Silvana Maria Pacheco

Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal

Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Oldair Zanchi

Gerência de Desenvolvimento

Giorgio Santos Costa Merize

Gerência de Rede e Banco de Dados

Alexandre Tatsch

Gerência de Suporte

Rodrigo de Souza Zeferino

V PROMOTORES DE JUSTIÇA, POR ENTRÂNCIA E ANTIGUIDADE NA CARREIRA

Entrância Especial

Ernani Dutra
 Donaldo Reiner
 Eroni José Salles
 Sadi Brigido Jung
 Saulo Torres
 Ricardo Francisco da Silveira
 Gercino Gerson Gomes Neto
 Moacir José Dal Magro
 Francisco Bissoli Filho
 Newton Henrique Trennepohl
 Heloísa Crescenti Abdalla Freire
 Norival Acácio Engel
 Fábio de Souza Trajano
 Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
 Luiz Eduardo Braunsperger
 James Faraco Amorim
 Ivens José Thives de Carvalho
 Walkyria Ruicir Danielski
 Paulo Roberto Luz Gottardi
 Alexandre Herculano Abreu
 Durval da Silva Amorim
 Ernani Guetten de Almeida
 Vânio Martins de Faria
 Genivaldo da Silva
 Américo Bigaton
 Janir Luiz Della Giustina
 Aor Steffens Miranda
 Eliana Volcato Nunes
 Sandro José Neis
 Mário Luiz de Melo
 Lio Marcos Marin

Rogério Antônio da Luz Bertoncini
 Rui Arno Richter
 Viviane D'Ávila Winckler
 Cristiane Rosália Maestri Böell
 Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
 Murilo Casemiro Mattos
 Sidney Eloy Dalabrida
 Fábio Strecker Schmitt
 Neori Rafael Krahl
 Monika Pabst
 Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
 Marcílio de Novaes Costa
 Jorge Orofino da Luz Fontes
 Onofre José Carvalho Agostini
 Eduardo Mendonça Lima
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa
 Rogê Macedo Neves
 Jayne Abdala Bandeira
 Abel Antunes de Mello
 Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
 Carlos Henrique Fernandes
 Davi do Espírito Santo
 César Augusto Grubba
 Rui Carlos Kolb Schiefler
 Henrique Limongi
 Ary Capella Neto
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
 Hélio José Fiamoncini
 André Fernandes Indalencio
 Paulo Antonio Locatelli
 Alex Sandro Teixeira da Cruz

Cid Luiz Ribeiro Schmitz
 Protásio Campos Neto
 Rosemary Machado Silva
 Vera Lúcia Coro Bedinoto
 Flávio Duarte de Souza
 Marcelo Truppel Coutinho
 Margaret Gayer Gubert Rotta
 Ângela Valença Bordini
 Ricardo Marcondes de Azevedo
 Miguel Luís Gnigler
 Marcelo Wegner
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
 Sérgio Ricardo Joesting
 Andreas Eisele
 Leonardo Henrique Marques Lehmann
 Gustavo Mereles Ruiz Díaz
 Fernando Linhares da Silva Júnior
 Maristela Nascimento Indalencio
 Thais Cristina Scheffer
 Darci Blatt
 Maury Roberto Viviani
 Eduardo Paladino
 Júlio César Mafra
 Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
 Felipe Martins de Azevedo
 Daniel Paladino
 Francisco de Paula Fernandes Neto
 Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
 Vânia Augusta Cella Piazza
 Fabiano David Baldissarelli

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
 Carlos Alberto Platt Nahas
 Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
 Jádel da Silva Júnior
 Elizabete Mason Machado
 Ruy Vladimir Soares de Sousa
 José Eduardo Cardoso
 Márcia Aguiar Arend
 Leda Maria Hermann
 Raul de Araujo Santos Neto
 Vera Lúcia Butzke
 Cláudia Mara Noll
 Debora Wanderley Medeiros Santos
 Rosan da Rocha
 Ricardo Luis Dell'Agnolo
 Álvaro Luiz Martins Veiga
 Andréa da Silva Duarte
 Alexandre Schmitt dos Santos
 Cristina Costa da Luz Bertoncini
 Alexandre Daura Serratine
 Alexandre Wiethorn Lemos
 Luis Suzin Marini Júnior
 Rogério Ponzi Seligman
 Assis Marciel Kretzer
 Joubert Odebrecht
 Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
 Andrey Cunha Amorim
 Julio André Locatelli
 Marcelo Brito de Araújo
 Mário Vieira Júnior
 Juliana Padrão Serra de Araújo
 Rafael de Moraes Lima
 Luiz Augusto Farias Nagel
 Joel Rogério Furtado Júnior
 Sandro Ricardo Souza
 Helen Crystine Corrêa Sanches
 Geovani Werner Tramontin
 George André Franzoni Gil
 Kátia Rosana Pretti Armange
 Luciano Trierweiller Naschenweng

Rodrigo Millen Carlin
 Rosangela Zanatta
 Sandro de Araujo
 Cristina Balceiro da Motta
 Maria Luzia Beiler Girardi
 Anelize Nascimento Martins Machado
 Fabrício Nunes
 Milani Maurilio Bento
 Nazareno Bez Batti
 Fabiano Henrique Garcia
 Affonso Ghizzo Neto
 Celso Antonio Ballista Junior
 Jonnathan Augustus Kuhnen
 Gustavo Viviani de Souza
 Fabrício José Cavalcanti
 Márcio Conti Junior
 Aurélio Giacomelli da Silva
 Ana Paula Cardoso Teixeira
 Marcelo Mengarda
 Alexandre Piazza
 Marcelo Gomes Silva
 Diana Spalding Lessa Garcia
 Maria Amélia Borges Moreira Abbad
 André Otávio Vieira de Mello
 Wilson Paulo Mendonça Neto
 Gilberto Polli
 João Carlos Teixeira Joaquim
 Hélio Sell Júnior
 Pedro Roberto Decomain
 Eraldo Antunes
 Karla Bardio Meirelles Menegotto
 Viviane Damiani Valcanaia
 Ricardo Figueiredo Coelho Leal
 Vânia Lúcia Sangalli
 José Orlando Lara Dias
 João Carlos Linhares Silveira
 Simone Cristina Schultz
 Cristian Richard Stahelin Oliveira
 José de Jesus Wagner
 Douglas Alan Silva

Laudares Capella Filho
 Jean Michel Forest
 Odair Tramontin
 Sandra Goulart Giesta da Silva
 Ricardo Viviani de Souza
 Heloisa Melo Enns
 José Renato Côrte
 Deize Mari Oechsler
 Luciana Rosa
 Benhur Poti Betiolo
 Fernando da Silva Comin
 Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
 Silvana Schmidt Vieira
 Ricardo Paladino
 Mauricio de Oliveira Medina
 Amélia Regina da Silva
 Alexandre Carrinho Muniz
 Jackson Goldoni
 Rodrigo Silveira de Souza
 Rodrigo Kurth Quadro
 Gustavo Wiggers
 Leonardo Todeschini
 Alvaro Pereira Oliveira Melo
 Luiz Fernando Góes Ulysséa
 Rafael Alberto da Silva Moser
 Alan Boettger
 Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
 Marco Antonio Schütz de Medeiros
 Alicia Henrique Hirt
 Max Zuffo
 Susana Perin Carnaúba
 Jussara Maria Viana
 Andréa Machado Speck
 Daniel Westphal Taylor
 Murilo Adaghinari
 Cristiano José Gomes
 Caio César Lopes Peiter
 Mauro Canto da Silva
 Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo

Entrância Inicial

Victor Emendörfer Filho
 Cristina Elaine Thomé
 Luciana Schaefer Filomeno
 João Alexandre Massulini Acosta
 Nilton Exterkoetter
 Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
 Silvana do Prado Brouwers
 Adalberto Exterkötter
 Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
 Cristine Angulski da Luz
 Cesar Augusto Engel
 Carla Mara Pinheiro Miranda
 Patrícia Dagostin Tramontin
 Roberta Mesquita e Oliveira
 Lenice Born da Silva
 Nádea Clarice Bissoli
 Fabrício Franke da Silva
 Andrea Gevaerd
 Gláucio José Souza Alberton
 Nataly Lemke
 Marcio André Zattar Cota
 Lara Peplau
 Wagner Pires Kuroda

Fred Anderson Vicente
 Ana Cristina Boni
 Giovanni Andrei Franzoni Gil
 Renee Cardoso Braga
 Cléber Augusto Hanisch
 Rafael Meira Luz
 Luis Felipe de Oliveira Czesnat
 André Braga de Araújo
 Jadson Javel Teixeira
 Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
 Cássio Antônio Ribas Gomes
 Jorge Eduardo Hoffmann
 Priscilla Linhares Albino
 Tatiana Rodrigues Borges Agostini
 Marcelo de Tarso Zanellato
 Diógenes Viana Alves
 Raul Gustavo Juttel
 Eduardo Chinato Ribeiro
 Belmiro Hanisch Júnior
 Rodrigo Cunha Amorim
 Ernest Kurt Hammerschmidt
 Marcionei Mendes
 Caroline Moreira Suzin

André Teixeira Milioli
 Henrique da Rosa Zieseemer
 Luciana Uller
 Jean Pierre Campos
 Guilherme Luis Lutz Morelli
 Glaucio José Riffel
 Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
 Eduardo Sens dos Santos
 Samuel Dal-Farra Napolini
 Carlos Renato Silvy Teive
 Fernanda Crevanzi Vailati
 Fabiano Francisco Medeiros
 Carlos Eduardo Cunha
 Germano Krause de Freitas
 Júlio Fumo Fernandes
 Diego Rodrigo Pinheiro
 Alexandre Estefani
 Mônica Lerch Lunardi
 Alessandro Rodrigo Argenta
 Henrique Laus Aieta
 Fernanda Broering Dutra
 Caroline Cristine Eller
 Mirela Dutra Alberton

Substitutos

Regina Kurschus
 Raul Rogério Rabello
 Ivanize Souza de Oliveira
 Henriqueta Scharf Vieira
 Mário Waltrick do Amarante
 Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes
 Analú Librelato Longo
 Thiago Carriço de Oliveira
 Luiz Fernando Fernandes Pacheco
 Rejane Gularte Queiroz
 Alceu Rocha
 Marina Modesto Rebelo
 Tehane Tavares Fenner
 Elaine Rita Auerbach
 Arthur Koerich Inacio
 Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques
 Maycon Robert Hammes
 Marcelo Sebastião Netto de Campos
 Roberta Magioli Meirelles

Graziella Casaril
 Débora Pereira Nicolazzi
 Felipe Prazeres Salum Müller
 Caroline Sartori Velloso
 Aline Dalle Laste
 Barbara Elisa Heise
 Sandra Faitlowicz Sachs
 Grazielle dos Prazeres Cunha
 Kariny Zanette Vitoria
 Giancarlo Rosa Oliveira
 Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
 Letícia Baumgarten Filomeno
 Eder Cristiano Viana
 Andréia Soares Pinto Favero
 Giselli Dutra
 Chimelly Louise de Resenes Marcon
 Marcio Gai Veiga
 Anderson Adilson de Souza